

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Igor Binotto Benetti

**DA PECUÁRIA À LAVOURA: TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS,
AMBIENTAIS E PRODUTIVAS COM O AVANÇAR DOS *GRINGOS* NO
PAMPA, ESTUDO EM SÃO MARTINHO DA SERRA/RS**

Santa
Maria, RS
2024

Igor Binotto Benetti

**DA PECUÁRIA À LAVOURA: TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS,
AMBIENTAIS E PRODUTIVAS COM O AVANÇAR DOS *GRINGOS* NO PAMPA,
ESTUDO, EM SÃO MARTINHÓ DA SERRA/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Orientador: Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto

Santa Maria, RS
2024

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Binotto Benetti, Igor
DA PECUÁRIA À LAVOURA: TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS,
AMBIENTAIS E PRODUTIVAS COM O AVANÇAR DOS GRINGOS NO
PAMPA, ESTUDO EM SÃO MARTINHO DA SERRA/RS / Igor
Binotto Benetti.- 2024.
104 p.; 30 cm

Orientador: Everton Lazzaletti Picolotto
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 2024

1. Agricultura 2. Pampa 3. Território Agropecuário 4.
Pecuária I. Lazzaletti Picolotto, Everton II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, IGOR BINOTTO BENETTI, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Igor Binotto Benetti

**DA PECUÁRIA À LAVOURA: TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS,
AMBIENTAIS E PRODUTIVAS COM O AVANÇAR DOS *GRINGOS* NO PAMPA,
ESTUDO, EM SÃO MARTINHO DA SERRA/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Aprovada em 23 de fevereiro de 2024:

Everton Lazzaretti Picolotto, doutor (UFSM)
(Presidente/Orientador) (videoconferência)

Claudio Marques Ribeiro, doutor (UNIPAMPA)
(videoconferência)

Marcos Botton Piccin, doutor (UFSM)
(videoconferência)

Santa Maria, RS
2024

RESUMO

DA PECUÁRIA À LAVOURA: TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS, AMBIENTAIS E PRODUTIVAS COM O AVANÇAR DOS *GRINGOS* NO PAMPA, ESTUDO, EM SÃO MARTINHO DA SERRA/RS

AUTOR: Igor Binotto Benetti
ORIENTADOR: Everton Lazzaretti Picolotto

O presente trabalho tem como objetivo central compreender as transformações socioculturais ambientais e produtivas ocorridas no município de São Martinho da Serra/RS a partir da chegada de um grupo de descendentes de imigrantes italianos originários da Quarta Colônia de Imigração. O grupo pesquisado, hoje ocupa a maior parte do território agropecuário do município, baseado no cultivo de soja. Território esse, que antes da chegada do grupo pertencia a grandes *estancieiros* e *pecuaristas familiares*, fundamentados na atividade da pecuária extensiva em formação campestre, característica do bioma Pampa. Para a compreensão destas transformações a pesquisa baseou-se nos seguintes objetivos específicos: 1) Compreender o processo de reestruturação produtiva em curso no país que levou a decadência da pecuária no Pampa gaúcho e possibilitou a entrada de novos agentes em suas áreas (como as famílias do grupo pesquisado); 2) reconstruir a trajetória das famílias para compreender como uma estrutura determinada do capital econômico e cultural tende a impor um modo de reprodução particular; 3) analisar a dinâmica interna das famílias e como essa contribui para a realização dos investimentos e ampliação dos negócios; 4) demonstrar as consequências da ocupação do território agropecuário pelo grupo pesquisado em relação às transformações socioculturais, ambientais e produtivas, no recorte espacial proposto. Para isso, a metodologia utilizada parte de uma pesquisa qualitativa, baseado estudo das trajetórias de sete famílias que descendem de imigrantes italianos e que migraram da Quarta Colônia/RS para São Martinho da Serra/RS a partir de 1980 e, que hoje consideram-se *médios* e *grandes* produtores de soja no município. As famílias escolhidas cultivam no mínimo 300 hectares de terra própria e/ou arrendada. Foram utilizadas como ferramentas metodológicas a obtenção de dados secundários a partir do IBGE e MAPBIOMAS, além de entrevistas semiestruturadas e observação direta diante o grupo pesquisado. Foram identificadas grandes transformações ambientais na paisagem, sobretudo na conversão de campos nativos em lavouras de soja, chegando a aproximadamente 80% do território agropecuário, além de supressão de atividades tradicionais como a pecuária bovina e ovina; diminuição do pessoal ocupado no meio rural; diminuição da população rural e total do município; concentração de terra; diminuição dos estabelecimentos agropecuários; aumento considerável do PIB municipal e pouca contratação de trabalhadores rurais originários do município em detrimento de mão de obra externa.

Palavras chave: Agricultura. Pampa. Território Agropecuário. Pecuária.

ABSTRACT

FROM LIVESTOCK TO CROPS: SOCIOCULTURAL, ENVIRONMENTAL AND PRODUCTIVE TRANSFORMATIONS WITH THE ADVANCE OF THE *GRINGOS* IN THE PAMPA, A STUDY IN SÃO MARTINHO DA SERRA/RS

AUTHOR: Igor Binotto Benetti
ADVISER: Everton Lazzaretti Picolotto

The main objective of this work is to understand the sociocultural, environmental and productive transformations that have occurred in the municipality of São Martinho da Serra/RS since the arrival of a group of descendants of Italian immigrants from the Fourth Immigrant Colony. The group investigated today occupies most of the agrarian territory of the municipality, based on soybean cultivation. Before the arrival of the group, this territory belonged to large landowners and family ranchers based on extensive cattle raising in the countryside characteristic of the Pampean biome. To understand these transformations, the research was based on the following specific objectives 1) to understand the process of productive restructuring underway in the country that led to the decline of cattle ranching in the Pampas of Rio Grande do Sul and made possible the entry of new agents in their areas (such as the families of the surveyed group); 2) reconstruct the trajectories of the families to understand how a given economic and cultural capital structure tends to impose a particular mode of reproduction; 3) analyze the internal dynamics of the families and how this contributes to investments and business expansion; 4) demonstrate the consequences of the occupation of the agrarian territory by the investigated group in relation to socio-cultural, environmental and productive transformations in the proposed spatial area. For this purpose, the methodology used is based on a qualitative study of the trajectories of seven families descended from Italian immigrants who migrated from Quarta Colônia/RS to São Martinho da Serra/RS in the 1980s and who today are considered medium and large soybean producers in the municipality. The families chosen cultivate at least 300 hectares of their own and/or rented land. The methodological tools used were secondary data from IBGE and MapBiomias, as well as semi-structured interviews and direct observation by the research group. Major environmental transformations in the landscape were identified, especially the conversion of native pastures into soybean plantations, reaching approximately 80% of the agricultural territory, as well as the suppression of traditional activities such as cattle and sheep raising; decrease in the number of people employed in rural areas; decrease in the rural and total population of the municipality; concentration of land; decrease in agricultural establishments; considerable increase in municipal GDP and little hiring of rural workers from the municipality to the detriment of external labor.

Keywords: Agriculture. Pampa. Agricultural territory. Livestock.

LISTA DE FIGURAS

ARTIGO 1

Figura 01 – Mapa do Rio grande do Sul com a indicação das áreas originárias de campo e matas	22
Figura 02 - Comportamento do uso e cobertura do solo no Rio Grande do Sul, para as categorias: Formação florestal; formação campestre; soja e arroz nos anos de 1985, 1995, 2005, 2015 e 2022.....	30
Figura 03 - Mapa de Localização de São Martinho da Serra – RS	32
Figura 04 - Avanço da soja em áreas de formação campestre em São Martinho da Serra/RS nos respectivos anos de (1985; 1995; 2005; 2015; 2022).....	39
Figura 05 – Uma das poucas Estância que restam em São Martinho da Serra, 20/10/2023	43
Figura 06 – Plantação de trigo em São Martinho da Serra 20/10/2023.	44
Figura 07 – Propriedade de um dos <i>gringos</i> entrevistados	50

ARTIGO 2

Figura 01 – Localização e distância entre Silveira Martins, Três Mártires e São Martinho da Serra	58
Figura 02 – Localização e distância entre Silveira Martins e Três Mártires	61
Figura 03 – Horta de um dos <i>grandes</i> proprietários entrevistados	87
Figura 04 – Galinheiro de um dos <i>médios</i> proprietários entrevistados	87
Figura 05 – Chiqueiro de um dos <i>grandes</i> proprietários entrevistados.....	88

LISTA DE GRÁFICOS

ARTIGO 1

Gráfico 01 - Comportamento do uso e cobertura do solo por hectare no Rio grande do Sul para as seguintes categorias: Formação florestal; formação campestre; soja e arroz nos anos de 1985, 1995, 2005, 2015 e 2022.	31
Gráfico 02 - Comportamento do preço do Boi vivo entre 1977-2006	37
Gráfico 03 - O uso e cobertura do solo no município de São Martinho da Serra/RS nas últimas quatro décadas.	40
Gráfico 04 - Comportamento das principais atividades agropecuárias no município de São Martinho da Serra entre 1995-2020.	40
Gráfico 05 – Produção de soja em toneladas a partir de 1995 em São Martinho da Serra	46
Gráfico 06 - Número total de estabelecimentos agropecuários em 2006 e 2017.....	47
Gráfico 07 – PIB municipal a preços correntes (Mil reais)	47
Gráfico 08 – População urbana, rural e total dos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022 (São Martinho da Serra).....	48

LISTA DE TABELAS

ARTIGO 1

Tabela 01 - Número de estabelecimentos agropecuários conforme a área em São Martinho da Serra/RS nos anos 2006 e 2017.....	46
Tabela 02 – Total de pessoal ocupado no meio rural de São Martinho da Serra (1995-2006-2017) (A) e pessoal ocupado por atividade em 2017 (B)	48

ARTIGO 2

Tabela 01 – Os vinte municípios com maior área de cultivo de batata inglesa em toneladas entre 1990, 2000, 2010 e 2022	62
Tabela 02 - Quantidade de área própria, arrendada e total entre os grupos 1 e 2	65
Tabela 03 – Área total de uso e cobertura do solo em São Martinho da Serra entre 1995-2005.	67
Tabela 04 – Grupo de entrevistados conforme as categorias geracionais, pais batateiros e filhos.....	68
Tabela 05 – Nº de empregados fixos e temporários entre os produtores	69

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA	11
1.1.	PROBLEMA	13
1.2.	OBJETIVOS.....	13
1.2.1.	Objetivo Geral	13
1.2.2.	Objetivos Específicos.....	13
1.3.	ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA INVESTIGAÇÃO.....	13
2	ARTIGO 1 - A OCUPAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO AGROPECUÁRIO DE SÃO MARTINHO DA SERRA/RS: DESCENSO SOCIAL DOS <i>ESTANCIEIROS</i> E ASCENSÃO SOCIAL DOS <i>GRINGOS</i> ...	16
2.1.	INTRODUÇÃO.....	17
2.2.	A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS NO RIO GRANDE DO SUL.....	20
2.3.	SÃO MARTINHO DA SERRA E A METAMORFOSE SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO AGROPECUÁRIO	31
2.4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS	51
3	ARTIGO 2 - OS <i>GRINGOS</i> E A EXPANSÃO DA SOJA EM SÃO MARTINHO DA SERRA/RS.....	54
3.1.	INTRODUÇÃO.....	55
3.2.	DOS BATATEIROS AOS SOJICULTORES: A CHEGADA E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO AGROPECUÁRIO DE SÃO MARTINHO DA SERRA	60
3.3.	AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS <i>COLONOS</i>	72
3.4.	A METAMORFOSE DOS <i>COLONOS</i> : DE AGRICULTORES À EMPRESÁRIOS DO AGRO.....	82
3.5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	92
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS	95
	BIBLIOGRAFIA GERAL.....	100

1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Este trabalho busca refletir sobre a ocupação do território na região de bioma Pampa do estado do Rio Grande do Sul. A região vem transformando, nos últimos 40 anos, seu uso e cobertura do solo, período que coincide com a chegada de muitos descendentes de *colonos* das regiões de colonização italianas e alemãs do estado. Tendo em vista que, a ocupação de um território traz consigo um feixe de relações políticas, culturais e econômicas que produzem simultaneamente relações de poder e submissão, e que, portanto, tecem a ocupação dos espaços construindo ao longo do tempo o território (MAPBIOMAS, 2022; SAQUET, 2002).

De modo geral, regiões ocupadas originalmente pelos *colonos* foram áreas de Mata Atlântica e o modelo de distribuição deste território foi baseado na ocupação de pequenos lotes de terra, ancorada na agricultura familiar camponesa. Já as áreas de Pampa, localizadas principalmente no Centro-Sul, predominam as grandes e médias propriedades baseadas na pecuária extensiva, com alta concentração fundiária, herdeiras da distribuição das sesmarias à militares luso-brasileiros. Nesse contexto, destaca-se, portanto, que existiu um contraste entre a ocupação dos territórios no estado (CHELOTTI, 2009; PICCIN, 2021; SAQUET, 2002; ZARTH, 2002).

Com suas distinções, esta base fundiária e produtiva se manteve sem transformações significativas até meados dos anos 1950. Essencialmente após a Segunda Guerra Mundial, o projeto de desenvolver o complexo agroindustrial no Brasil, criou uma conjuntura de transformação no meio rural, onde a agricultura deveria passar por uma forte modernização buscando aumentar seus índices produtivos. Com a abertura do mercado através da globalização, foram necessários o aumento da escala produtiva de produtos primários para exportação e o estabelecimento de divisas agrícolas. Além disso, o aumento da população urbana estabeleceu um mercado interno consumidor cada vez maior (SILVA, 1996).

O que se percebe é que decorrente deste projeto de modernização, o uso e cobertura do solo se modificou de maneira rápida em todo país. No Rio Grande do Sul, através do mapeamento disponibilizado pelo MAPBIOMAS (2022), pode-se perceber certa estagnação, nas últimas décadas, na abertura de novas lavouras nas áreas de Mata Atlântica. No entanto, na região de Pampa, nos últimos 40 anos houve uma passagem importante das áreas de pastagem natural para áreas de lavoura.

Isso ocorre em virtude principalmente da decadência no modelo de pecuária extensiva, que foi dominante por praticamente todo século XX, em geral, no Pampa gaúcho. Pensando junto com Piccin (2021) que faz uma reconstrução da sociologia histórica do patronato

estancieiro do Rio Grande do Sul, onde, importantes proprietários de grandes extensões de terra, entram em decadência econômica e social, sobretudo, na década de 1990, abrindo assim, espaço para a entrada de outros grupos sociais, como por exemplo, os decentes de *colonos*, objeto de pesquisa deste trabalho.

Posto isso, o objetivo geral do trabalho é analisar as transformações socioculturais, produtivas e ambientais que ocorreram em São Martinho da Serra/RS após a chegada de descendentes de imigrantes italianos que migraram da antiga Colônia de Silveira Martins, hoje denominada Quarta Colônia de imigração/RS, para o município de São Martinho da Serra. O município escolhido (São Martinho da Serra) é caracterizado por uma histórica estrutura fundiária de grandes e médias propriedades baseadas na pecuária extensiva. A hipótese central é de que este grupo migrou a partir da década de 1980 para esta região e atualmente dispõe de substancial acumulação de capital econômico e de crescente ocupação territorial, que por outrora pertencia, em geral, a *grandes estancieiros e pecuaristas familiares*.

Interessa nesta pesquisa, verificar quais foram as principais transformações ocorridas no município, analisando também, as estratégias de reprodução social que os agentes colocaram em prática ao longo deste período para que sua possível ascensão na estrutura social fosse compreendida. Em vista disso, o *habitus* internalizado na forma de uma racionalidade econômica camponesa, costumes, poupança, relações dentro do núcleo familiar, investimentos educacionais, relações de trabalho, utilização de políticas públicas, modo de acesso à terra, acesso ao processo técnico, relações com o mercado, são indicadores que nos direcionam a compreender tais estratégias.

Este trabalho justifica-se pela relevância em identificar as estratégias de reprodução social dos grupos que vêm ocupando os territórios do estado do Rio Grande do Sul. Buscando assim, compreender as dinâmicas internas e externas que constroem as relações desta ocupação e, por conseguinte, a determinação do acesso aos recursos naturais e de suas consequências para o desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, compreender estas dinâmicas é também compreender as relações de poder que contribuem para a ocupação dos territórios pelos distintos grupos sociais, visto que, na ocupação de um território agropecuário sempre há um projeto ou um modelo agropecuário. O modelo que vem sendo legitimado é o agroexportador de *commodities* e que é apreendido ao longo das últimas décadas pelo grupo pesquisado.

1.1. PROBLEMA

Quais as transformações socioculturais ambientais e produtivas ocorreram no município de São Martinho da Serra/RS a partir da chegada de descendentes de imigrantes italianos originários da Quarta Colônia/RS e, que migraram para o município a partir da década de 1980?

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Analisar as transformações socioculturais ambientais e produtivas que ocorrem em São Martinho da Serra/RS, a partir da chegada de descendentes de imigrantes italianos, originários da Quarta Colônia/RS de imigração a partir de 1980.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Compreender o processo de reestruturação produtiva em curso no país que levou a decadência dos estancieiros no Pampa gaúcho e possibilitou a entrada de novos agentes em suas áreas (como as famílias do grupo pesquisado).
- Reconstruir a trajetória das famílias para compreender como um sistema de estratégias de reprodução social tende a impor um modo de reprodução particular.
- Analisar a dinâmica interna das famílias e como essa contribui para a realização dos investimentos e ampliação dos negócios.
- Demonstrar as consequências da ocupação do território agropecuário pelo grupo pesquisado em relação às transformações socioculturais e ambientais no recorte espacial proposto.

1.3. ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA INVESTIGAÇÃO

Neste trabalho, através de uma pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso, analisou-se as transformações socioculturais, ambientais e produtivas que ocorreram em São Martinho da Serra/RS através da chegada de agricultores descendentes de imigrantes italianos, que colonizaram no final do século XIX a região central do Rio Grande do Sul, conhecida hoje, por Quarta Colônia de imigração. O trabalho baseou-se também na análise das estratégias de

reprodução social do grupo. Este grupo iniciou sua migração a partir da década de 1980 para as regiões de Pampa no município São Martinho da Serra/RS.

O meio rural da região de colônia de onde o grupo é descendente possui sua composição social predominante de famílias de *colonos*, sobretudo, descendentes de imigrantes alemães e italianos e a estrutura fundiária se caracteriza por pequenas propriedades (NEUMANN, 2003; GUIMARÃES; GEHLEN, 2015). Portanto, podemos estabelecer aqui, um grupo de pequenos agricultores familiares, que através do *habitus* de *colono* sempre esteve ligado à agricultura como meio de reprodução social e, portanto, destes agricultores originaram-se o grupo que caracteriza o objeto desta pesquisa.

O município escolhido para o trabalho de campo é São Martinho da Serra/RS, é caracterizado pela predominância dos campos com relevo plano e vegetação rasteira do bioma Pampa. A estrutura fundiária é baseada na grande e média propriedade, com produção voltada historicamente para pecuária extensiva. Posto isso, no decorrer das últimas décadas, o município vem experimentando uma transformação, passando de um modelo baseado na pecuária extensiva para a agricultura altamente tecnificada, baseada na produção de soja. Isso fica evidenciado quando lançamos mão do mapeamento feito por satélite do município. A ferramenta utilizada para isso foi a plataforma de uso e cobertura do solo do MAPBIOMAS no período de 1985 a 2022.

Deste modo, foi feita uma imersão na trajetória de sete famílias que migraram da Quarta Colônia - RS para São Martinho da Serra - RS. As famílias cultivam atualmente no mínimo 300 hectares entre terra própria e/ou arrendada. O recorte temporal proposto, entre (1980-2023) foi definido por quatro fatores principais: 1) O desenvolvimento do complexo agroindustrial (SILVA, 1996); 2) O significativo aumento na demanda internacional por exportação de *commodities*, sobretudo a partir da virada do século XX para o XXI (WILKINSON, 2023); 3) A queda na posição social de *estancieiros*, grandes proprietários de terra estudados por Piccin (2021); 4) A transformação na cobertura e uso da terra destes municípios no período de 1985-2022 (MAPBIOMAS, 2022).

Para compreender as estratégias de reprodução social, alinhadas com as transformações no espaço social delimitado, foi utilizado também o estudo da trajetória social destas famílias. O estudo de trajetórias é considerado uma técnica pertinente para este modelo de pesquisa, visto que, para a melhor apreensão do funcionamento das diversas condições sociais às quais o grupo vivenciou, inclui explorar com prudência o *modus operandi* das “redes de interdependência” que agem sobre as tomadas de decisão dos agentes (GUÉRIOS, 2011).

O sistema de estratégias de reprodução social do grupo foi ancorado na perspectiva do

conceito de *habitus* (BOURDIEU, 1983). Dito isso, entende-se com Bourdieu por estratégias de reprodução social, as práticas, não necessariamente conscientes e racionais, internalizadas pelos agentes, através das condições sociais em que os mesmos constroem sua identidade, e que são reproduzidas, buscando manter ou melhorar sua posição na estrutura social. Estas práticas são geradas pelo *habitus*, conceito utilizado também por Bourdieu (1983, p.61) como “sistema de disposições duráveis estruturadas de acordo com o meio social dos sujeitos e que seriam predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações” (BOURDIEU, 1983; BOURDIEU, 2020).

Não obstante, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, como argumenta Poupert (2012) sobre “[...] a importância da entrevista como instrumento de apreensão das condutas, trajetórias, ações etc. e, como o agente percebe a sua realidade através da fala” (POUPART, 2012, p. 216). Além de possibilitar a apreensão de dados que retomam a origem e o presente das famílias, como também, patrimônio, renda, produção e títulos escolares. Guérios (2011):

Para uma aproximação do objeto que desejamos pesquisar, torna-se imprescindível um trabalho de campo que nos leve ao máximo possível para a realidade analisada. Assim, para além das entrevistas, foi realizada a observação direta, por ser uma ferramenta fundamental, visto que, as interações diretas podem colaborar para a apreensão das significações das ações coletivas e processos sociais que não são predeterminados (POUPART, 2012). Contudo, através do delineamento dos elementos teóricos, pretendeu-se analisar a dinâmica das estratégias de reprodução social do grupo, para melhor compreendermos as transformações socioculturais ambientais e produtivas a partir da metodologia proposta.

Além desta introdução/justificativa a dissertação está dividida em dois artigos e as considerações finais gerais. O primeiro artigo busca fazer um breve histórico do processo de modernização da agricultura no Rio Grande do Sul e suas consequências quanto à ocupação dos territórios agropecuários, chegando até o contexto de São Martinho da Serra/RS. Onde posteriormente é feita uma contextualização histórica e atual do município, buscando compreender as transformações após a ocupação do território agropecuário do município, ocasionada pela migração do grupo social objeto desta pesquisa, os *gringos*. O segundo artigo, está organizado em três seções, a primeira seção apresenta o grupo pesquisado, através de suas trajetórias sociais. Na segunda seção, é feita uma análise do sistema de estratégias de reprodução social, utilizado pelo grupo para ascender economicamente. Na terceira seção, o foco será a transformação deste grupo, as rupturas e continuidades do modelo campesino praticado pelos antecessores e o modelo empresarial rural que atualmente rege as práticas do grupo.

2 ARTIGO 1 - A OCUPAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO AGROPECUÁRIO DE SÃO MARTINHO DA SERRA/RS: DESCENSO SOCIAL DOS ESTANCIEROS E ASCENSÃO SOCIAL DOS GRINGOS

THE SOCIO-SPATIAL OCCUPATION OF THE FARMING TERRITORY OF SÃO MARTINHO DA SERRA/RS: SOCIAL DESCENT OF THE ESTANCIERS AND SOCIAL ASCENSION OF THE GRINGOS

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar as transformações produtivas, socioculturais e ambientais, consequentes da ocupação do território agropecuário de São Martinho da Serra/RS por um grupo de pequenos agricultores descendentes de *colonos* italianos originários da Quarta Colônia de imigração/RS. O município de São Martinho da Serra é composto por vastos campos característicos do bioma Pampa e possui uma dinâmica socioeconômica forjada historicamente por grandes proprietários de terra que se convencionou chamar de *estancieiros*, produtores de pecuária extensiva. A chegada do grupo em meados de 1980, vem transformando os campos pastoris em lavouras de soja nos últimos 40 anos, primeiro pelo arrendamento das terras dos *estancieiros*, depois pela compra. Para compreender este processo, a metodologia deste trabalho está amparada na exploração da literatura sobre a temática, juntamente com dados secundários obtidos, sobretudo pelo IBGE e pelo MAPBIOMAS. Foi também realizado trabalho de campo, onde foram feitas entrevistas semiestruturadas e observações diretas com sete famílias pertencentes ao grupo que migrou, a partir de 1980, para São Martinho da Serra e que hoje ocupam grandes e médias áreas para o cultivo de soja no município. Foram identificadas neste trabalho, portanto, grandes índices de conversão de campos nativos em lavouras de soja chegando a aproximadamente 80% do território agropecuário, redução de atividades tradicionais como a pecuária bovina e ovina; diminuição do pessoal ocupado no meio rural; diminuição da população rural e total do município; concentração de terra; diminuição dos estabelecimentos agropecuários; aumento considerável do PIB municipal e pouca contratação de trabalhadores rurais originários do município em detrimento de mão de obra externa.

Palavras chave: Ocupação territorial. Bioma Pampa. Avanço da soja.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the productive, socio-cultural and environmental transformations resulting from the occupation of the farming territory of São Martinho da Serra/RS by a group of small farmers descended from Italian settlers from the Fourth Colony of immigration/RS. The municipality of São Martinho da Serra is made up of vast fields characteristic of the Pampa biome and has a socio-economic dynamic forged historically by large landowners who are known as estancieiros, producers of extensive livestock. The arrival of this group in the mid-1980s has transformed the pastoral fields into soybean crops over the last 40 years, first by leasing the land from the ranchers, then by buying it. In order to understand this process, the methodology of this work is based on the exploration of literature on the subject, together with secondary data obtained mainly from the IBGE and MAPBIOMAS. Fieldwork was also carried out, where semi-structured interviews and direct observations were made with seven families belonging to the group that migrated to São Martinho da Serra from 1980 onwards, and who today occupy large and medium-sized areas for soybean cultivation in the municipality. This study therefore identified high rates of conversion of native fields into soybean plantations, reaching approximately 80% of the farming territory, a reduction in traditional activities such as cattle and sheep farming; a reduction in the number of people employed in rural areas; a reduction in the rural and total population of the municipality; concentration of land; a reduction in agricultural establishments; a considerable increase in the municipal GDP and little hiring of rural workers from the municipality, to the detriment of external labor.

Keywords: Territorial occupation. Pampa Biome. Advancement of soybeans.

2.1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar e analisar as mudanças na ocupação social do território agropecuário do município de São Martinho da Serra/RS a partir da década de 1980. A região vem transformando, nos últimos 40 anos, seu uso e cobertura do solo, período que coincide com a chegada de alguns descendentes de imigrantes italianos estabelecidos na antiga colônia de Silveira Martins, hoje denominada da Quarta Colônia/RS. Tendo em vista que, a ocupação de um território traz consigo, um feixe de relações políticas, culturais e econômicas que produzem simultaneamente relações de poder, e que, portanto, tecem a ocupação dos espaços construindo

ao longo do tempo o território (MAPBIOMAS, 2022; SAQUET, 2002).

O contexto da ocupação territorial do Rio Grande do Sul possui algumas características singulares. Por se tratar de um estado dividido por dois biomas (Pampa e Mata Atlântica), os interesses pelas regiões que compõem estes biomas se deram em momentos distintos. Em meados do século XIX a economia pastoril baseada no latifúndio estancieiro luso brasileiro, já estava estabelecida, localizada nas regiões de Pampa, desenvolveu sua estrutura fundiária e dinâmicas socioculturais antes das áreas ditas de mata. A necessidade de ocupação portuguesa deste território, visto os conflitos com os espanhóis pela região, junto as características do bioma que favoreciam a produção pecuária que ali estabeleceu-se por séculos, foram fatores atenuantes neste processo de ocupação (ZARTH, 2022).

Já as regiões de Mata Atlântica foram posteriormente ocupadas, por estratégias também geopolíticas e econômicas do governo brasileiro da época, no entanto, por outros agentes e com outras características fundiárias. Nesta região foram fundadas, principalmente, as colônias de imigração Italiana e Alemã, baseadas na pequena propriedade da terra e na mão de obra familiar (CHELOTTI, 2009; ZARTH, 2022).

Durante quase todo século XX a pecuária extensiva se manteve sólida quanto à ocupação das regiões do Pampa gaúcho. Todavia, nas regiões de mata, sobretudo no período após a Segunda Guerra Mundial, o advento da modernização agrícola estabeleceu suas primeiras lavouras de trigo no Planalto gaúcho. Posteriormente as lavouras de trigo no inverno começaram a fazer dupla com a soja no verão, os resultados positivos, sobretudo da soja junto a sua crescente valorização no mercado internacional desencadearam um processo de expansão das dívidas agrícolas, ocasionado por agricultores do Sul em direção ao Centro-Oeste brasileiro, levando consigo a agricultura baseada no processo de modernização fomentado pelo Estado brasileiro (BRUM, 1988; MIRANDA, 2011; ZARTH, 2002).

Nesse processo, a partir da década de 1970, a soja se torna a principal cultura a ser praticada, tendo uma crescente ocupação dos territórios agropecuários do país. No Rio Grande do Sul, já consolidada nas regiões de Mata Atlântica onde localizam-se as áreas de colonização, sobretudo, italiana e alemã, a agricultura moderna inicia um processo de ocupação do Pampa, no entanto, é somente em meados da década de 1990, que a esta ocupação ganha força, resultante da crise que envolve a pecuária, onde o preço do Kg do boi vivo cai, dificultando a reprodução do sistema de pecuária extensiva tradicional praticado pelos grandes *estancieiros* nas regiões de Pampa. Junto a isso, a soja ganha força com sua valorização no mercado internacional e assim cada vez mais a pesquisa desenvolve novas tecnologias como a soja transgênica, por exemplo. Bem como, uma forte estruturação tecnológica da agricultura familiar

gaúcha, através do Pronaf (AQUINO, GAZOLLA E SCHNEIDER, 2018; BRUM, 1988; MAPBIOMAS, 2022; MIRANDA, 2011; PICCIN, 2021; WILKINSON, 2023).

O que se percebe é que decorrente da migração de grupos sociais que levam consigo o processo de modernização agrícola, o uso e cobertura do solo se modificou de maneira rápida em todo país. No Rio Grande do Sul, através dos mapeamentos disponibilizados pelo MAPBIOMAS (2022), pode-se perceber certa estagnação, nas últimas décadas, quanto à abertura de novas lavouras nas áreas de Mata Atlântica. No entanto, o Pampa gaúcho, foi o bioma brasileiro que mais perdeu vegetação nativa nos últimos 36 anos (MAPBIOMAS, 2022). Os mapas serão apresentados nas próximas seções do trabalho.

O objetivo do artigo é analisar as transformações produtivas, socioculturais e ambientais que a ocupação do território agropecuário por novos agentes sociais pode desencadear em uma região. No Brasil o projeto agropecuário que vem sendo desenvolvido e legitimado, sobretudo desde o período pós Segunda Guerra Mundial é o agroexportador de *commodities* e, que é praticado pelos agentes sociais pesquisados neste trabalho. Portanto, o recorte espacial deste trabalho é o município de São Martinho da Serra/RS. A escolha do município foi feita pelos seguintes fatores: 1) região de transição entre Mata Atlântica e Pampa; 2) História do município e estrutura agrária, baseada na distribuição de terras pelas sesmarias à militares luso-brasileiros e tropeiros nos séculos XVIII e XIX, formando grandes estâncias de pecuária extensiva e pequenas propriedade de *pecuaristas familiares* 3) entrada de *colonos* descendentes de imigrantes italianos, no período de crise dos *estancieiros* e, que levam consigo a modernização da agricultura e 4) transformação do uso e cobertura do solo nos últimos 40 anos, passando da pecuária para a agricultura.

Dito isso, a metodologia deste trabalho está amparada na exploração da literatura sobre a temática, juntamente com dados secundários obtidos, sobretudo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo MAPBIOMAS. Foi também realizado trabalho de campo, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observações diretas com integrantes de sete famílias de descendentes de *colonos* italianos, conhecidos por *gringos*, originários da antiga Colônia de Silveira Martins, hoje denominada Quarta Colônia de Imigração e, que migraram, a partir de 1980, para São Martinho da Serra e ocupam hoje, grandes e médias áreas para o cultivo de soja no município.

O artigo está organizado em duas seções além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção busca fazer um breve histórico do processo de modernização da agricultura no Rio Grande do Sul e suas consequências quanto à ocupação dos territórios agropecuários, chegando até o contexto de São Martinho da Serra.

A segunda seção, faz uma contextualização histórica e atual de São Martinho da Serra/RS, buscando compreender as transformações após a ocupação do território agropecuário do município, ocasionada pela migração do grupo social objeto desta pesquisa, os *gringos*. De modo que, a partir da chegada deste grupo houveram transformações no uso e cobertura do solo; das dinâmicas produtivas e econômicas, bem como, culturais e ambientais. Portanto, a seção irá abordar, em última instância, tais transformações e algumas consequências para o município.

2.2. A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS NO RIO GRANDE DO SUL

A ocupação territorial do Brasil teve no processo de colonização e imigração grande importância nas estratégias de desenvolvimento do capitalismo no país. Principalmente no decorrer do século XIX, a imigração foi uma das estratégias utilizadas pelo governo brasileiro para alcançar alguns objetivos, dentre eles estavam: a construção de um mercado interno melhor adaptado a emergência do capitalismo; substituir a mão de obra escravizada nos grandes cafezais do Sudeste; atender certo projeto de “branqueamento” da população brasileira; e não menos importante a ocupação territorial com fins geopolíticos, principalmente no Sul do país (SAQUET, 2002; ZARTH, 2002).

Dentre as regiões colonizadas no Brasil, o extremo sul teve sua ocupação considerada tardia, visto que, nos primeiros séculos desde a chegada dos portugueses a região não oferecia grandes benefícios mercantis para a época. Os primeiros movimentos colonizadores foram iniciados pelos jesuítas espanhóis, onde foram fundadas as reduções indígenas no século XVII. No entanto, a região da Bacia do Rio da Prata tornou-se estrategicamente importante, iniciando assim, uma longa disputa pelo território entre espanhóis e portugueses e, diante disso, o governo português iniciou o processo de colonização do Rio Grande no século XVIII, uma vez que, a região seria uma possível entrada dos castelhanos nos conflitos por território no Brasil (ZARTH, 2002).

Portanto, no estado do Rio Grande do Sul, os principais objetivos da colonização passavam pela ocupação do território em constante disputa com os espanhóis. Ainda no século XVIII, mais precisamente em 1756, houve um grande extermínio de indígenas missionários, numa ação paralela entre os exércitos português e espanhol, fato este, que acabou liberando um extenso território de campos nativos, além de, um grande estoque de gado deixado pelos jesuítas. Em vista disso, surge a viabilidade econômica que a região necessitava para sua

ocupação territorial, nesse sentido, o gado adaptado aos campos era o produto que segundo Zarth (2002, p. 50) “iria atrair aventureiros das províncias ao norte e transformar militares em prósperos estancieiros”, com efeito, as patentes mais altas de militares que protegiam a região em conflito com os espanhóis e missionários receberam a concessão de sesmarias como retribuição, originando assim, a classe de latifundiários dedicados a pecuária, ou melhor, o patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (PICCOLOTTO, 2022; ZARTH, 2002). Desta ocupação, também surge outro grupo social, os *pecuaristas familiares*¹, grupo esse, também importante no entendimento da ocupação do território de São Martinho da Serra, foco deste trabalho. Na seção seguinte será melhor aprofundada a importância, tanto dos *estancieiros* quanto dos *pecuaristas familiares*, em relação ao município.

Com as áreas de campo ocupadas pela colonização luso-brasileira, no Rio Grande do Sul, restavam ainda as áreas de Mata. Com a emergência do capitalismo do século XIX, o Estado brasileiro necessitava traçar novas estratégias geopolíticas, econômicas e demográficas e assim, diminuir sua extrema dependência latifundiária e escravagista. Nesse sentido, surgiram os processos migratórios, onde o Rio Grande do Sul foi um dos grandes destinatários de imigrantes europeus, principalmente, alemães e italianos, e as regiões de mata foram as escolhidas para o estabelecimento dos mesmos. Importante frisar que as áreas ocupadas tanto na região de Pampa pelas grandes estâncias quanto a Mata Atlântica, não estavam inabitadas².

Houve nesse processo, o extermínio de povos indígenas e a expulsão de pequenos posseiros para a implementação das colônias (PICCIN, 2021; ZARTH, 2002).

De modo geral, regiões ocupadas pelos imigrantes foram áreas de Mata Atlântica e o modelo de distribuição deste território foi baseado na ocupação de pequenos lotes de terra. Nesse contexto, destaca-se a existência de um contraste entre a ocupação dos territórios no estado. De um lado, as áreas de Mata Atlântica, localizadas basicamente do Centro para o Norte do estado, com a predominância de pequenas propriedades familiares. Já as áreas de Pampa,

¹ A expressão “pecuarista familiar”, quando foi utilizada pela primeira vez tinha como objetivo identificar um grupo de famílias, até então “invisíveis”, pouco descritas e estudadas, que tendo o comportamento de agricultores familiares e pequenas áreas de terra, se dedica à bovinocultura de corte extensiva. Desta forma, o termo pecuarista familiar não se refere aos demais pecuaristas (produtores de leite, suinocultura, caprinocultura e avicultura) que também são ao mesmo tempo pecuaristas e familiares (RIBEIRO, 2009, p. 63).

² [...] tanto a expansão das grandes propriedades, quanto das colônias de pequenos proprietários não se processaram em território despovoado. No primeiro caso, determinou tanto que os povos indígenas fossem exterminados, repelidos para áreas de matas ou, em parte, assimilados, quanto que as disputas por terra colocassem os pequenos posseiros ou proprietários na estrita dependência da grande propriedade fundiária. No segundo caso, os pequenos posseiros, que haviam conquistado a terra das populações indígenas, foram, no mais das vezes, aí considerados *intrusos* e expulsos para a implementação das colônias, ajustando-se em áreas de terra desprezadas ou caindo na dependência dos grandes proprietários criadores de gado (PICCIN, 2021, p. 37).

2009; SILVA NETO E FRANTZ, 2003).

Nesse período, anterior à Segunda Guerra Mundial, maior parte da população dessas regiões era rural e praticavam a agricultura tradicional, as características iriam contrastar diretamente com o modelo agrícola que iria ser instaurado no Brasil a partir da metade do século XX (BRUM, 1988, p. 59).

Até por volta da metade do século XX, não havia necessidade da distinção entre o conceito de desenvolvimento e crescimento econômico, visto que, os países considerados desenvolvidos, haviam conquistado essa posição em função da industrialização e por consequência pelo seu crescimento econômico. Já, onde a pobreza imperava, os ditos países subdesenvolvidos ou emergentes, ainda o eram, pela falta de industrialização, ponto de partida para o desenvolvimento nos moldes capitalistas (VEIGA, 2006).

No Brasil, o processo de industrialização passou por diferentes governos e, portanto, diferentes projetos. Até 1930 o principal setor da economia girava em torno do café, e os acordos políticos da época privilegiavam o setor. Contudo, o desenvolvimento de outros setores oligárquicos como o açúcar e o gado trouxeram dificuldades para o Estado conciliar os distintos interesses. Além disso, com o crescimento da população urbano-industrial novas demandas surgiram, e nesse sentido, os setores privilegiados pelas políticas econômicas (café, açúcar, gado) não davam conta de supri-las. Dessa forma, A partir de 1930 a política econômica do Brasil inicia o fortalecimento urbano-industrial, tendo na indústria seu principal foco de desenvolvimento (BRUM, 1988; SILVA, 1996).

O processo de industrialização do Brasil se auto sustentava até meados da década de 1950, tendo em vista a garantia dos recursos gerados pelos produtos do setor primário, entretanto, em 1955 a queda das cotações de exportação, especialmente do café, gerou grandes dificuldades para sustentar este processo. No contexto de expansão da economia mundial, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a saída foi a internacionalização da economia brasileira.

O governo para garantir a expansão industrial, vai lançar mão de outros mecanismos: abertura do país ao capital estrangeiro, principalmente a indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.) aumento da expansão da base monetária, através da emissão inflacionária de papel moeda (sem lastro); endividamento externo; e contenção dos salários (BRUM, 1988, p. 67).

Não menos importante, após o quadro de devastação da Segunda Guerra Mundial, o Brasil recebeu o papel de “celeiro agrícola mundial” e com a abertura do mercado internacional, muitas multinacionais, em especial americanas, se instalaram no país. Fato esse, que criou uma

forte dependência internacional, não somente nas cidades, mas também no rural brasileiro (BRUM, 1988; SILVA, 1996; VEIGA, 2006).

Este processo foi atenuado nos governos militares (1964-1985), quando o desenvolvimento do complexo agroindustrial criou a necessidade de uma transformação rápida no meio rural. A agricultura deveria passar por uma forte modernização buscando aumentar seus índices produtivos. A ênfase na exportação de produtos primários e a abertura do mercado através da internacionalização da economia tornou necessário o aumento da escala produtiva e por consequência o estabelecimento de novas divisas agrícolas. Além disso, o aumento da população urbana desenvolvia um mercado interno consumidor em plena expansão (SILVA, 1996).

É nesse período então, que entra em vigor o projeto de modernização conservadora da agricultura, conservadora, porque não altera a estrutura fundiária altamente concentrada e, mantém assim, as desigualdades provenientes desta concentração (GUIMARÃES, 1977). Implementado, sobretudo no decorrer das décadas de 1960, 1970 e 1980, o projeto tinha na chamada “Revolução Verde”³ o programa a ser seguido.

Segundo Brum (1988) a Revolução Verde desenvolveu-se em duas principais fases: a pioneira e a de grande expansão. Na fase pioneira o objetivo era experimental e foi desenvolvido entre 1943-1965, “onde a fundação Rockefeller patrocinou projetos piloto em alguns países selecionados, dentre eles estavam o México, Filipinas e em menor escala o Brasil, além dos Estados Unidos, é claro. Nesses países foram feitas pesquisas e experiências com alguns produtos agrícolas” (BRUM, 1988, p. 44). O resultado positivo da fase experimental, sobretudo no México e nas Filipinas, foi o pontapé inicial à fase de grande expansão mundial, a partir de 1965. Além do grande sucesso experimental na fase pioneira, três fatores principais combinaram-se para impulsionar o programa à nível mundial: A mudança na política de exportações de cereais do governo Norte-Americano; a internacionalização da pesquisa agrícola e os programas de difusão das tecnologias à nível mundial, tendo como foco principal a Ásia, Extremo Oriente e América latina (BRUM, 1988).

No Brasil, o modelo beneficiou, sobretudo, agricultores capitalizados ou com alguma proximidade à racionalidade capitalista, bem como, agricultores que praticavam

³ A chamada “Revolução verde” foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. Através dessa imagem humanitária, ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização (BRUM, 1988, p. 44).

tradicionalmente a produção de culturas de importância para a exportação (que tinham bom valor no mercado, como o trigo e a soja, por exemplo), além disso, beneficiou proprietários de grandes extensões de terra, como também, regiões com logística desenvolvida para o escoamento da produção, nesse caso o Centro-Sul do país. Como resultado, o projeto deixou de lado um grande contingente da população rural que não se encaixava neste modelo de agricultura. Uma das consequências disso foi o monumental êxodo rural que na década de 1970 inverte a proporção entre população rural e urbana (DELGADO, 1985; SILVA, 1996; TEIXEIRA, 2005).

O Estado por sua vez, projetava na modernização da agricultura o caminho para o desenvolvimento, havia um forte discurso em torno das novas tecnologias que aumentariam a produtividade. Os insumos químicos tornariam solos “inférteis” em produtivos, a mecanização traria eficiência e dinamismo para o setor. Não menos importante, havia disponibilidade de crédito, o chamado crédito rural⁴ tornou possível a aquisição das tecnologias difundidas pela modernização. Apesar disso, a difusão de tecnologias aos agricultores necessitava de uma articulação efetiva, para isso, o governo investiu nos setores de pesquisa e de assistência técnica e extensão rural⁵. Na década de 1970 o governo criou, por exemplo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), como também, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) (BRUM, 1988).

No Rio Grande do Sul, algumas singularidades tornaram o estado pioneiro na mecanização de algumas culturas. Brum (1988) aponta o cultivo do arroz como a primeira lavoura mecanizada no Brasil, ainda no início do século XX, alguns fatores como: 1) as condições climáticas aptas ao cultivo, 2) alguns grupos de comerciantes e profissionais urbanos capitalizados (médicos, advogados, etc.) que estavam dispostos a investir na atividade rizícola

⁴ Dos objetivos do programa de crédito rural, pode-se afirmar que a promoção da modernização da agricultura, através do incentivo ao uso de insumos modernos, foi o mais seriamente perseguido pelo Governo. Mesmo nos empréstimos aos pequenos produtores, que a legislação de crédito rural obrigava os bancos a realizar na base de 10% dos recursos sob a Resolução 69 e taxas de juros menores; era obrigatório constar, nos projetos, o item de utilização de insumos modernos (principalmente fertilizantes). Modernizar a agricultura significava utilizar insumos industriais na agricultura. Para isso, o programa de crédito rural, com taxas de juros subsidiadas, desempenhou papel significante (SANTOS, 1988, p. 401).

⁵ De 1964 a 1983, com o golpe militar houve uma reestruturação no setor de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Inicia-se neste período à Ater difusionista como um método que tinha como objetivo apenas modernizar o meio rural brasileiro, o método não inclui mais a educação dos agricultores e o foco apontava para médios e grandes agricultores, considerados os únicos capazes de industrializar a agricultura brasileira. As instituições de Acar passam agora a ser totalmente estatizadas. Em 1975 a Acar passa a ser Emater e a ABCAR passa a ser EMBRATER, nesse período a Revolução Verde ganhou força. Por conseguinte, houve grande movimento dos agricultores excluídos deste processo para as cidades (êxodo rural). Foi consequência da Revolução Verde também, o aumento das monoculturas, concentração fundiária e grandes impactos ambientais. O papel da Ater nesse processo, era o de difundir este pacote tecnológico, com objetivo de ser um canal para que a modernização alcançasse os agricultores (OLIVEIRA, 1999).

e 3) mão de obra disponível devido à proximidade das lavouras com as áreas de colonização. É necessário frisar que o contexto da mecanização do arroz não deve ser confundido com o processo de modernização agrícola após a Segunda Guerra Mundial, pois conforme Brum (1988, p. 66):

A modernização da rizicultura, no Rio Grande do Sul, no início do século XX, não teve grandes desdobramentos. Ficou circunscrita apenas a esse único produto, cultivado em áreas bem delimitadas. Outras razões e outra dinâmica marcaram o processo de modernização ocorrido depois da Segunda Guerra Mundial, num contexto histórico bastante diferente [...].

O processo de modernização agrícola, após a Segunda Guerra Mundial, teve seu pontapé inicial no cultivo de trigo na região do Planalto gaúcho. Sendo uma atividade fortemente apoiada pelo Estado, tendo em vista, o aumento do consumo interno do cereal em razão da urbanização do país. No RS, a partir de 1928 o então Presidente do Estado Getúlio Vargas criou estações fitossanitárias experimentais, originando novas variedades do cereal. Em 1930, agora na Presidência da República, Getúlio manteve as preocupações com o abastecimento interno do trigo, uma vez que, o Brasil ainda dependia das importações da Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Canadá. Sendo assim, o Estado se manteve fomentando a triticultura com intervenções cada vez maiores, como por exemplo, o Serviço de Expansão do Trigo (SET) ligado ao Ministério da Agricultura, criado em 1944 (ALVES E TEDESCO, 2015; BRUM, 1988).

No Rio Grande do Sul, houve a partir dos anos 1950 a entrada do “crédito fácil e a juros favorecidos e a garantia de preço estável” (BRUM, 1988, p. 74). Mesmo com problemas de comercialização em função do trigo estrangeiro ser de melhor qualidade e mais barato, o Estado em 1962 solucionou o problema dando ao Banco do Brasil o status de único comprador legal de trigo no país (BRUM, 1988).

Posto isso, a atividade tritícola mecanizada tem suas primeiras lavouras em 1946 nas regiões de Carazinho e Passo Fundo e ainda no decorrer da década de 1950 avançando para os municípios de Ijuí e Santo Ângelo. Mas é no processo da modernização a partir da década de 1960 que a integração entre as lavouras de trigo no inverno e soja no verão vão expandir-se para todo o Planalto gaúcho, incluindo outras regiões do Rio Grande do Sul e também para outros estados como o Mato Grosso do Sul, por exemplo (ALVES E TEDESCO, 2015; BRUM, 1988; FERNÁNDEZ, 2007).

Havia condições particulares na região do Planalto gaúcho para que a atividade fosse colocada em prática nos moldes do pacote tecnológico da Revolução Verde. O primeiro ponto são as condições naturais da região, as áreas de Mata Atlântica com solos férteis e áreas de

bioma Pampa com vastos campos de relevo levemente ondulados formam uma região de transição entre biomas (BRUM, 1988). Além disso, conforme Alves e Tedesco (2015, p. 260):

[...] a tecnologia da revolução verde foi desenvolvida para atender aos condicionantes naturais da agricultura praticada nos Estados Unidos, uma agricultura caracterizada pelo predomínio de variedades de clima temperado, que não se adaptava muito bem ao clima tropical brasileiro, embora conseguisse prevalecer na região sul do Brasil, região de clima semelhante ao de algumas regiões norte-americanas.

Mesmo sendo os *colonos* e os *estancieiros* os principais detentores da propriedade da terra no estado, o trigo mecanizado foi adotado primeiramente por alguns comerciantes urbanos e profissionais liberais, semelhantes ao caso do arroz citado anteriormente. Surge então o que Brum (1988) chama de uma nova categoria social, os *granjeiros*. Num primeiro momento, este grupo arrendava as terras, posteriormente, com bons resultados foram adquirindo terras próprias (BRUM, 1988).

Os *colonos* inicialmente não compraram a ideia da modernização, visto que, estavam ancorados à uma dinâmica agrícola baseada na agricultura tradicional, que envolvia a prática da policultura e do autoconsumo familiar. O trigo cultivado nos campos trazia hesitação aos pequenos agricultores, bem como, a necessidade de crédito junto às agências bancárias que colocavam suas pequenas áreas de terra sob hipoteca. Logo, em meados da década de 1960 o *colono*, não por escolha, mas sim pelo contexto que a atividade agrícola tradicional havia sido colocada pelo Estado, começa a aderir à modernização, Brum (1988, p. 76) indica algumas motivações para a adesão: “Com às terras geralmente esgotadas, descapitalizado, produção agrícola em declínio, explorado nos preços e sem apoio oficial, estava sem estímulos e sem perspectivas. Havia incentivos e garantias oficiais apenas para o trigo”.

Até o início da década de 1970 a triticultura no Rio grande do Sul foi o grande carro chefe do processo de modernização agrícola no país. O casamento entre soja/trigo trouxe bons resultados, no entanto, a expansão da soja ganhou maiores desdobramentos, em função de sua característica tropical em detrimento ao trigo. Assim, a soja inicia na década de 1970 sua expansão a nível nacional estando de mãos dadas com o processo de modernização conservadora (BRUM, 1988; GALZONI E DALL'AGNOL, 2018; FERNÁNDEZ, 2007).

A soja é a responsável pela mudança de paradigma no avanço territorial da agricultura moderna no país. Os resultados positivos na combinação com o trigo fizeram com que muitos *colonos* fossem em busca de novas terras, já que as escassas áreas nas regiões de mata do Rio Grande do Sul limitavam o avanço de suas lavouras. A ocupação territorial do Centro Oeste é consequência destas questões (BRUM, 1988; GALZONI & DALL'AGNOL, 2018;

FERNÁNDEZ, 2007). Mais adiante falaremos da região do Pampa, onde até meados da década de 1990 mantinha-se sem grandes transformações em seu uso e cobertura do solo, a pecuária extensiva mantinha-se como carro chefe, e assim, limitava a expansão de outros grupos, como é o caso dos *colonos*, foco deste trabalho.

Alguns pontos importantes devem ser frisados para entendermos o crescimento da lavoura de soja no Rio Grande do Sul. 1) as políticas fiscais de incentivo ao trigo nas décadas de 1950 a 1970 acabaram beneficiando, também, o cultivo da soja, pois as lavouras eram cultivadas no verão nas mesmas áreas do trigo no inverno; 2) os maquinários utilizados para o trigo, com alguns ajustes poderiam ser igualmente utilizados para a soja; 3) no ano de 1967 foi lançada no RS a Operação Tatu 6; 4) a utilização da soja como farelo proteico na ração de animais para o consumo; 5) as mudanças na dieta dos países centrais, onde a gordura animal é substituída pelos óleos vegetais, sobretudo óleo de soja (BRUM 1988; GALZONI E DALL'AGNOL, 2018).

Portanto, a soja em 1972 toma a frente do processo de modernização e substitui o trigo nesta posição. O sucesso do cultivo do grão transformou o Brasil num grande produtor mundial e a partir deste momento inicia-se um processo de ocupação do Cerrado brasileiro numa crescente expansão das fronteiras agrícolas. Com incentivos governamentais, houve forte migração de agricultores gaúchos para, num primeiro momento, Mato Grosso expandindo-se por todo Centro – Oeste chegando nas últimas duas décadas ao Norte brasileiro. Conforme Fernández (2007) o processo migratório dos gaúchos foi amplamente apoiado pelo Estado que além de investir por meio da EMBRAPA nos avanços genéticos de sementes de soja adaptadas ao clima do Cerrado, colaborou para a aquisição de terras das famílias gaúchas, através de empresas de colonização públicas (FERNÁNDEZ, 2007).

O avanço do cultivo da soja no Brasil foi contínuo e expressivo ao longo dos últimos 50 anos, iniciado no Planalto gaúcho, foi ganhando corpo no Paraná e no Mato Grosso e avançando ao longo de décadas para todo Centro-Oeste e Norte (FERNÁNDEZ, 2007; GALZONI E DALL'AGNOL, 2018; MIRANDA, 2011). No próprio estado do Rio Grande do Sul, berço do cultivo, seu avanço continua sendo expressivo, sendo as regiões de Bioma Pampa, juntamente

⁶ Lançada em 1967, a Operação Tatu foi um projeto do governo federal para incentivar o plantio de trigo, aliando-o ao de soja. Tinha esse nome porque as técnicas sugeridas exigiam buracos mais profundos na terra, e foi o primeiro pacote de tecnologia agrícola do país, que abriu caminho para financiamento de maquinários via Banco do Brasil. A Operação Tatu prescrevia o uso de calcário para corrigir a acidez dos solos e de adubos químicos, além de sementes geneticamente modificadas e o uso de modernas máquinas de preparo do solo, plantio e colheita. Por ter escapado da seca daquele ano, resultado creditado ao uso do calcário, o modelo fez sucesso e ambas as culturas foram crescendo no país, até que em 1972 o valor da saca do trigo caiu vertiginosamente no mercado e a soja seguiu seu caminho para o Cerrado (GALZONI E DALL'AGNOL, 2018, p. 51).

ao Cerrado, os biomas mais afetados pela atividade atualmente (MAPBIOMAS, 2022).

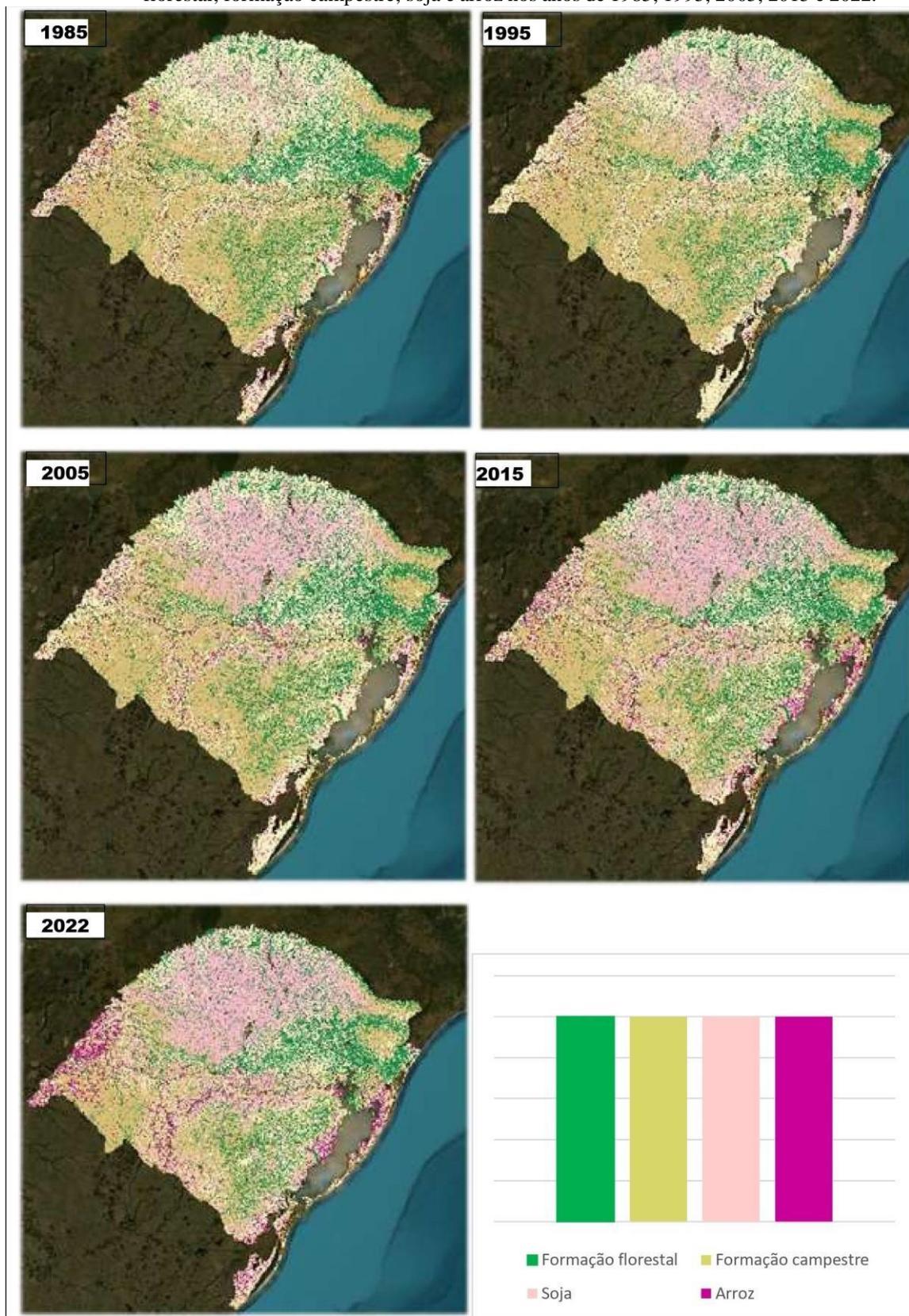
O avanço da soja no Pampa gaúcho, também é consequência do processo de modernização. Chelotti (2009) aponta para a transformação da dicotomia agricultura/pecuária existente no território agropecuário do estado desde o século XIX. Os granjeiros, citados anteriormente, iniciaram um processo de arrendamento de áreas tradicionalmente dedicadas à pecuária extensiva, para inicialmente expandir o cultivo de arroz irrigado. Posteriormente esse grupo entra também, com o plantio de soja e milho nos campos. Salienta-se o arrendamento como uma estratégia dos pecuaristas que, quando passavam por crises em função do valor pago ao gado, obtinham como alternativa o pagamento pelo arrendamento de suas propriedades (CHELOTTI, 2009).

No entanto, é na década de 1990 que se atenua um processo que iria agravar-se, na virada do milênio, o avanço da soja no Pampa gaúcho. Quatro fatores principais são atribuídos ao avanço da soja nesta região: 1) a crise da pecuária atinge fortemente a dinâmica econômica e social dos *estancieiros* e da *pecuária familiar*, que entram em crise abrindo espaço para outros agentes sociais ocuparem a terra, seja pelo arrendamento ou pela aquisição; 2) a criação do Pronaf e seu aumento progressivo de recursos alocados para os agricultores familiares, onde os maiores beneficiários foram os agricultores familiares da região Sul, oportunizando a mecanização e assim, a expansão de suas atividades, incluindo a migração para regiões tradicionalmente de pecuária; 3) a entrada da soja transgênica, aumentando os índices produtivos da atividade e reduzindo os custos de produção; 4) a China num processo de crescente urbanização e transição para uma dieta baseada em proteína animal, aumentando expressivamente, a demanda por soja *in natura* para a compor a dieta de animais, e assim, abastecer seu mercado interno de carnes, nesse processo o Brasil entra como principal exportador do grão (AQUINO, GAZOLLA E SCHNEIDER, 2018; MIRANDA, 2011; PICCIN, 2021; WILKINSON, 2023).

A Figura 2 e o Gráfico 1 a seguir ilustram as transformações no uso e cobertura do solo ao longo das últimas quatro décadas no Rio Grande do Sul. A utilização das categorias foi baseada na não sobreposição de culturas na mesma área, ou seja, culturas de inverno como trigo e pastagens cultivadas (azevém, aveia etc.) que são cultivadas nas mesmas áreas de soja, não formam as categorias a seguir, portanto, essas culturas não estão selecionadas no mapeamento. Posto isso, foram selecionadas as áreas de cultivo da soja e arroz e, por conseguinte, onde há preservação de formação campestre nativa, em geral, no bioma Pampa e onde há formação florestal, principalmente, nas áreas de Mata Atlântica.

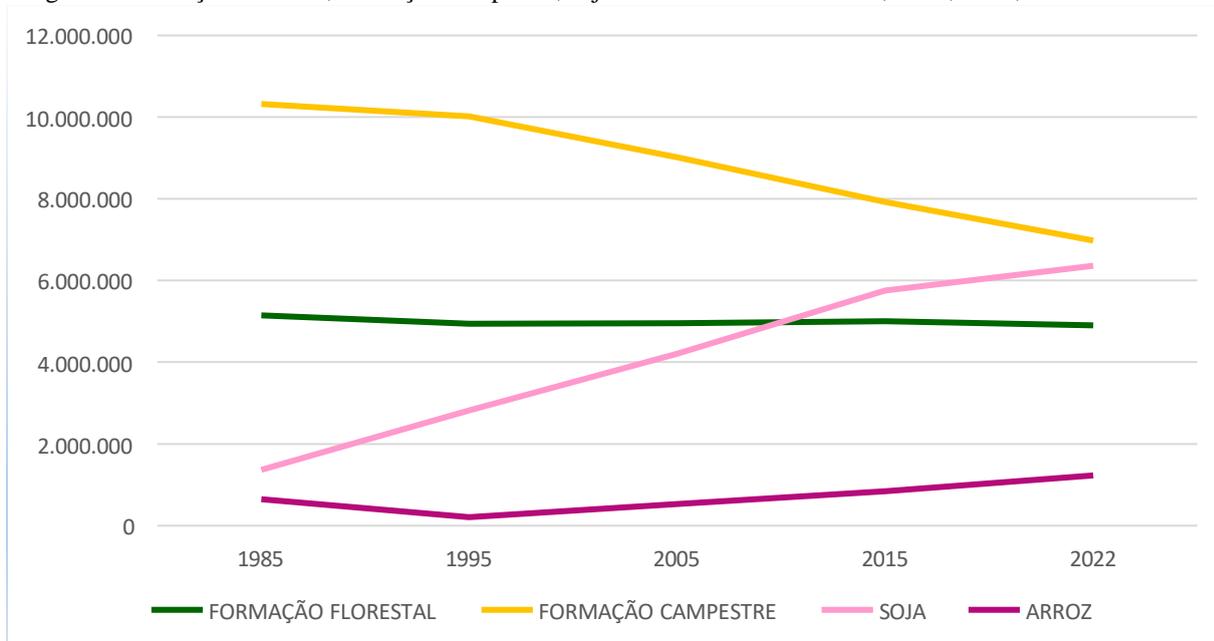
Figura 02 - Comportamento do uso e cobertura do solo no Rio Grande do Sul, para as categorias: Formação

florestal; formação campestre; soja e arroz nos anos de 1985, 1995, 2005, 2015 e 2022.



Fonte: MAPBIOMAS, 2022, adaptação do autor.

Gráfico 01 - Comportamento do uso e cobertura do solo por hectare no Rio Grande do Sul para as seguintes categorias: Formação florestal; formação campestre; soja e arroz nos anos de 1985, 1995, 2005, 2015 e 2022.



Fonte: MAPBIOMAS, 2022, adaptação do autor.

Analisando a Figura 2 e o Gráfico 1 acima podemos identificar que nas últimas quatro décadas houve a transformação das áreas de formação campestre em cultivo da soja. Bem como, às áreas de formação florestal mantém um padrão constante de preservação.

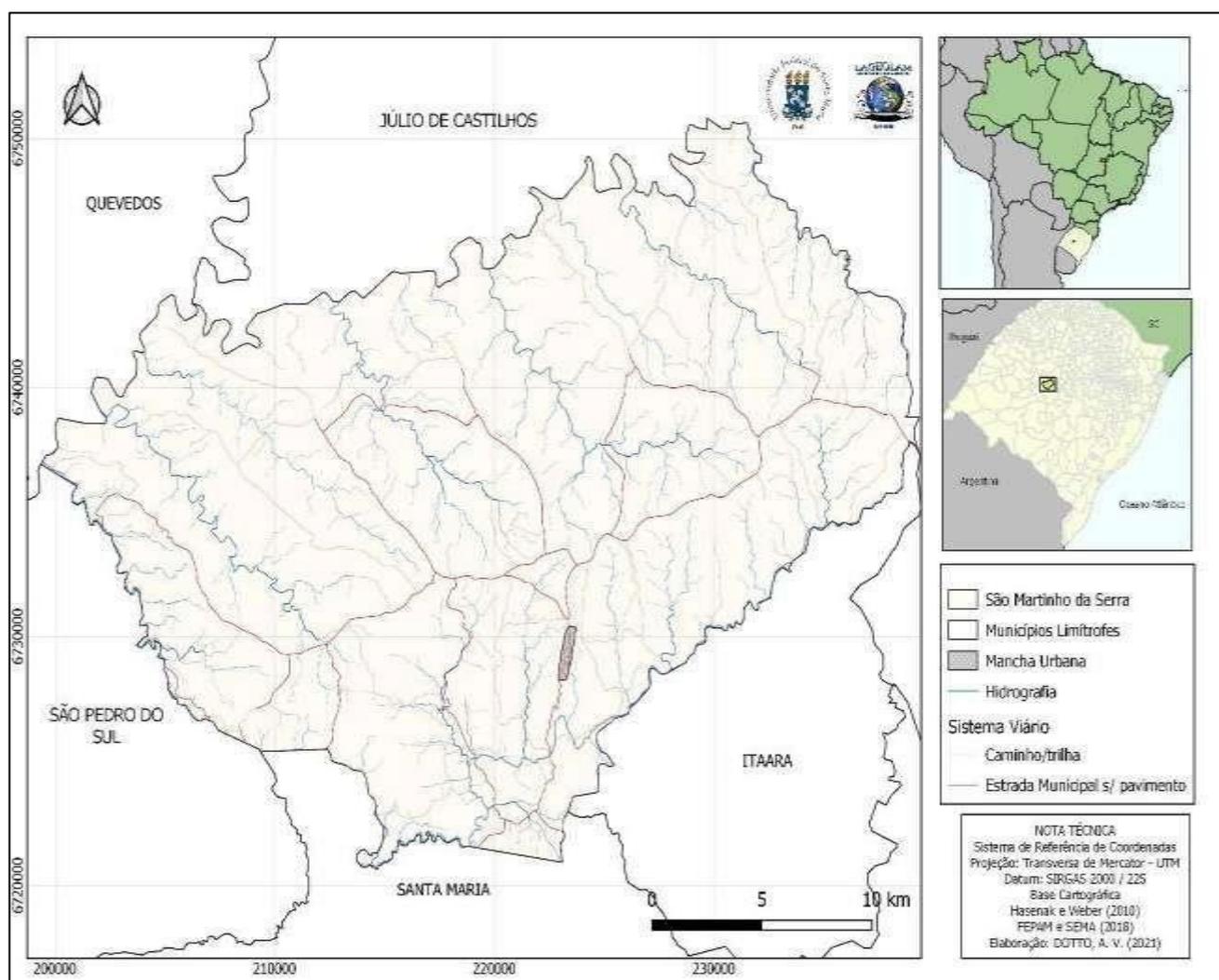
Dito isso, o município de São Martinho da Serra/RS sintetiza perfeitamente o processo abordado nesta seção, visto que, sua transformação no uso e cobertura do solo acompanha a chegada dos primeiros descendentes de imigrantes italianos na década de 1980 e, posteriormente, a grande expansão da soja sobre os campos nativos na virada do século XX para XXI. De modo que, a chegada de novos agentes no espaço e o processo de modernização, estão diretamente relacionadas às transformações ocorridas no município. Transformações estas, que não ficam apenas no domínio territorial, mas também, incluem questões socioculturais e ambientais que acabam se sobrepondo umas às outras nas disputas pelos espaços.

2.3. SÃO MARTINHO DA SERRA E A METAMORFOSE SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO AGROPECUÁRIO

O município de São Martinho da Serra/RS pertence a região central do Rio Grande do

Sul, territorialmente o município possui cerca de 670,7 km² limitado ao Sul com o município de Santa Maria, São Pedro do Sul ao Sudoeste, Itaara ao Sudeste, Quevedos ao Noroeste e Júlio de Castilhos ao Norte e Nordeste (SCCOTI, DOTTO E ROBAINA, 2022).

Figura 03 - Mapa de Localização de São Martinho da Serra – RS



Fonte: SCCOTI, DOTTO E ROBAINA (2022).

A região caracteriza-se por ser de transição entre os biomas Mata Atlântica e Pampa, ou seja, naturalmente possui vastos campos levemente ondulados com vegetação campestre, bem como áreas de formação florestal (FIGUEIREDO, 2014). O microclima do município segundo agricultores entrevistados⁷ no trabalho de campo é “diferenciado”, onde a acumulação

⁷ Nesta seção serão utilizados alguns trechos das entrevistas realizadas no trabalho de campo. Portanto, os nomes dos entrevistados serão fictícios, objetivando preservar a identidade dos mesmos.

pluviométrica é maior em comparação aos municípios vizinhos. Como relata o entrevistado, produtor de soja no município, explicando que antes das primeiras práticas agrícolas, a região não passava boa impressão em termos produtivos:

[...] Então não era uma área que aos olhos agradava. Então o pessoal, depois que viu o potencial, começou a plantar batata, soja, viu que o microclima ali era diferenciado, é uma área diferente, se ela chove, chove diferente. E hoje o que conta é isso aí (Augusto, 41 anos).

Mesmo com a “aptidão produtiva” mencionada anteriormente pelo entrevistado, a ocupação do território agropecuário do município pela agricultura moderna é relativamente recente, sendo sua grande expansão iniciada no século XXI. Para entender este processo, torna-se necessário buscar a construção histórica do território agropecuário de São Martinho da Serra.

O município de São Martinho da Serra pertence a uma das primeiras regiões a serem ocupadas no Centro do estado. Resultado de disputa territorial entre espanhóis e portugueses que perdurou até o início do século XIX. As categorias sociais que fizeram parte do município ao longo de sua história vão desde tropeiros, escravos, políticos, comerciantes, militares e civis. No entanto, muito antes de São Martinho da Serra configurar-se como município no século XX, a região era habitada por um grande contingente de populações indígenas, pertencente, sobretudo a etnia Tapes, uma linhagem descendente dos Tupis Guaranis. O estabelecimento de um numeroso grupo de Tapes é compreensível pelas características da região, composta por áreas de floresta e de campos, solo fértil para seus cultivos (milho, mandioca batata-doce, abóbora e feijão) além do acesso tanto às áreas de serra quanto da região dos Pampas (MACHADO, 2004; PEDRAZZI E COSTA, 1999).

Tendo em vista, o grande agrupamento indígena na região, o primeiro processo de colonização foi na primeira metade do século XVII, protagonizado pelos Padres Jesuítas, objetivando integrar as populações indígenas aos sistemas de governo espanhol, em consequência disso, foi formada a Redução de São Miguel. Ainda neste período, a chegada do gado, especificamente em 1634, fundou a economia rural que se manteve como carro chefe de São Martinho da Serra até o final do século XX. Conforme Pedrazzi e Costa (1999, p. 19):

[...] por ordem do Padre Romero, Superior das Reduções, foram trazidas de San Juan de Veras de las Siete Corrientes (hoje Corrientes, Argentina), mil e quinhentas cabeças de gado, que vieram diretamente para São Miguel, de onde foram distribuídas 99 para cada Redução vizinha.

A Redução de São Miguel teve seu fim em 1637 quando os bandeirantes paulistas

chegaram à região, refletindo na fuga dos jesuítas e indígenas. Abandonada por praticamente 20 anos, em 1657 os jesuítas e os indígenas começam a retornar receosos para a região. O gado abandonado à própria sorte, para a surpresa dos padres, havia multiplicado-se nos vastos pastos característicos dos campos de bioma Pampa. Nesse período, originam-se as vacarias e a formação de grandes estâncias de criação de gado, a totalidade de onde hoje pertence o município de São Martinho da Serra fazia parte da grande estância de São Pedro (PEDRAZZI E COSTA, 1999).

Em meio a disputa pelo território entre os espanhóis e portugueses, quando o Tratado de Madrid⁸ é colocado em prática, inicia-se a revolta dos indígenas e as Guerras Guaraníticas, sendo o maior extermínio étnico ocorrido no Rio Grande do Sul, com a morte de mais de mil e quatrocentos indígenas. Os espanhóis tomaram a região das Missões e São Martinho da Serra é ponto estratégico para a proteção da soberania espanhola, visto que, a região dava acesso direto entre a zona das Missões e o Litoral-Sul onde estava estabelecida a colônia de Sacramento de domínio português, pontos onde convergiam as mercadorias que entravam pelo Rio da Prata. Este acesso era possível graças à secular Picada de São Martinho, inicialmente aberta pelos indígenas e posteriormente ampliada pelos bandeirantes paulistas, esta picada foi muito valiosa na construção histórica do município (MACHADO, 2004).

Os espanhóis tinham a região Central do estado como terra de contrabandistas, caminho para o comércio ilegal de gado, tabaco, erva-mate e outros produtos. Assim sendo, foi criada, pelos espanhóis, a Guarda Forte ou Trincheira de São Martinho:

[...] era uma guarnição de 30 a 40 homens, índios na sua maioria, comandados por um militar espanhol e situada pouco adiante da saída da Picada de São Martinho. Sua missão era vigiar a fronteira espanhola, cortando o contrabando vindo das povoações das Missões Orientais para Rio Pardo e se contrapondo à Guarda de Santa Maria, que está abaixo da serra, em território português. Era também o local de onde partiam os cavaleiros que, através de Santa Tecla, levavam notícias, via Montevidéu, ao Vice-Rei de Buenos Aires e passagem obrigatória entre Viamão e as Missões (PEDRAZZI E COSTA, 1999, p. 30).

As disputas pelo território martinicense eram constantes entre a corte portuguesa e espanhola. Em 1801 quando iniciam as progressivas ofensivas portuguesas para a conquista das Missões, a Guarda de São Martinho já havia sido tomada pelos mesmos, principalmente por ser uma área militar estratégica considerada a “Chave das Missões”. A Guarda então fica em

⁸ O Sul do Brasil foi sempre muito disputado por duas importantes monarquias: Portugal e Espanha. A imprecisa localização da linha de Tordesilhas gerava conflitos e contestação de ambos os países. Para definir quem eram os verdadeiros senhores das terras ocupadas pelos primeiros povoadores instalados na América do Sul, foi celebrado, em 1750, o tratado de Madrid (PEDRAZZI E COSTA, 1999, p. 26).

definitivo sob comando português, “em 1807 o Rio Grande foi promovido a capitania geral independente do Rio de Janeiro e subordinada direta do Vice-Rei do Brasil” (MACHADO, 2004, p. 65).

Por volta de 1812, começa então a doação das Sesmarias na região, onde os primeiros a serem contemplados são os militares portugueses, são portanto, doadas de dez a doze propriedades. Ponto importante, pois nesse momento forma-se o modelo *estancieiro* em São Martinho da Serra e daí suas respectivas linhagens que influenciam até os dias de hoje as relações econômicas e sociais do município (MACHADO, 2004). O trabalho de Pedrazzi e Costa (1999) descreve os onze nomes do que chamou de “grandes proprietários pioneiros”, dentre eles estão: José Pereira Bicudo; Manoel da Rocha e Souza, os dois receberam uma sesmaria cada; Balbino Ferreira de Souza, comprador de uma das Sesmarias citadas anteriormente; João Pereira do Santos, possuidor de uma sesmaria; Gabriel Antônio de Souza; Antônio Vicente de Siqueira Leite; José Joaquim Brisola; Francisco Ricardo da Silva; João de Góis e Oliveira; Marcos Affonso Pereira; Manoel Carneiro da Silva Fontoura. Estes nomes estão citados pelos autores, como os possíveis primeiros grandes *estancieiros* da região, onde hoje está localizado São Martinho da Serra.

Não menos importante, o município também é formado por *pecuaristas familiares* que possivelmente são descendentes de tropeiros, *colonos* açorianos, escravos, indígenas entre outros (PEDRAZZI E COSTA, 1999). Na fala dos entrevistados, os *pecuaristas familiares* gerenciam suas propriedades de um modo parecido com dos *estancieiros*, ou seja, pouca apreensão de novas tecnologias e insistência na prática da bovinocultura de corte extensiva. De modo geral, as falas dos entrevistados vão ao encontro do que Ribeiro (2009, p. 135) aponta:

A estância gaúcha, a bovinocultura de corte e o ambiente (bioma Pampa) acabaram forjando um tipo diferenciado de agricultor familiar. Apesar da transformação das estâncias das sesmarias em estâncias menores (onde a produção em larga escala não é possível) a bovinocultura de corte permaneceu como atividade principal. Diminuiu (e em alguns casos terminou) a utilização de mão de obra assalariada, mas não se modificou a atividade principal. Apesar da bovinocultura de corte ser considerada uma atividade que exige áreas maiores ou a intensificação da atividade, os *pecuaristas familiares* permanecem criando extensivamente em pequenas áreas.

Como vila independente, São Martinho existiu até o ano de 1901 quando foi extinto e seu território dividido entre Santa Maria e a então Vila Rica, hoje Júlio de Castilhos. O Município de São Martinho da Serra, denominação atual em referência a Guarda de São Martinho, só foi criado pela Lei Estadual n.º 9.593 de 20.03.1992, quando se desmembrou de Santa Maria e ganhou autonomia político-administrativa (MACHADO, 2004).

As poucas informações coletadas sobre o funcionamento das estâncias e das propriedades de *pecuaristas familiares* em São Martinho da Serra vieram dos entrevistados e, portanto, de um grupo externo a racionalidade destas categorias sociais. Deste modo, vamos nos basear no trabalho de Piccin (2021) onde o pesquisador faz a reconstrução histórica e sociológica do patronato estancieiro no estado do Rio Grande do Sul, num recorte temporal entre 1920-2019. As mudanças econômicas abordadas no trabalho que afetam diretamente os *estancieiros*, não deixaram de afetar os *pecuaristas familiares*, de um modo diferente, porém afetam diretamente sua principal atividade produtiva e econômica, deste modo, os *pecuaristas familiares* serão englobados, dentro dos limites, pelas transformações, sobretudo no que diz respeito a conjuntura da pecuária. Apoiado neste trabalho, vamos buscar compreender as transformações do território agropecuário de São Martinho da Serra a partir da modernização da agricultura e da migração de descendentes de *colonos* italianos para o município. Selecionando alguns pontos principais do trabalho que podem nos ajudar a justificar tal transformação.

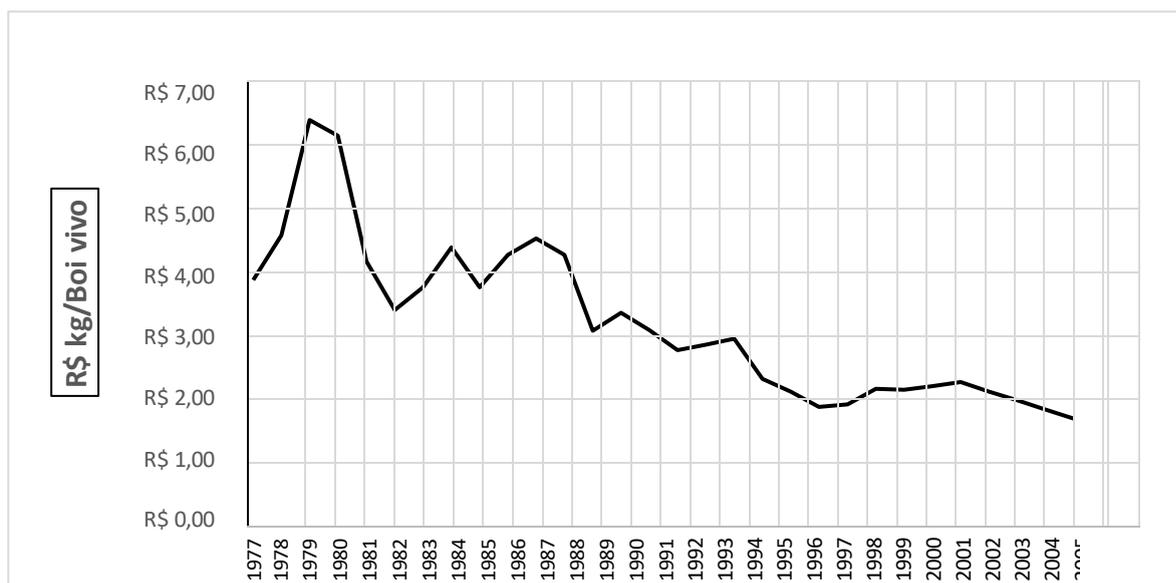
Em 1930 os *estancieiros* gaúchos passam pelo que Piccin (2021) chamou de “metamorfose estancieira”. De modo geral, até este período o grande produto da atividade estancieira era o charque servindo de alimento aos escravos das lavouras de açúcar no Nordeste e as de café no Sudeste (Piccin, 2021). A partir de 1930, a criação de uma Rede de cooperativas-frigoríficos que se espalhou pela campanha gaúcha, denominada Instituto de Carnes, e que era controlada pelos próprios *estancieiros*, fez a categoria tornar-se a principal fornecedora de carnes frigorificadas ao mercado interno e externo no país, tendo total controle da oferta e dos preços do produto. Fato esse, que trouxe segurança econômica e social aos *estancieiros* pelo menos até a década de 1980 (PICCIN, 2021). Portanto, mesmo em plena expansão do processo de modernização agrícola no Brasil, a maior parte das regiões do Pampa seguiram suas atividades tradicionais ancoradas na pecuária extensiva. Tendo em vista, a manutenção dos bons preços pagos ao Kg do boi vivo, que viabilizaram a manutenção do modelo:

A comparação com o índice de preços da lavoura, ou seja, dos preços pagos aos agricultores, serve para perceber que a atividade pecuária de corte valorizou mais que os cereais das lavouras comerciais (em especial o arroz, a soja, trigo e milho). [...] A pecuária valoriza mais que as atividades agrícolas mesmo a partir dos anos 1960, quando o Governo Federal lança uma série de políticas de incentivo à produção de arroz, trigo e soja [...] (DELGADO, 1985 apud PICCIN, 2021, p. 97).

No final da década de 1980, a crise no preço pago pelo Kg do boi vivo se instaura, dando início a um processo de transformações nas relações de poder no território agropecuário

estancieiro do Rio Grande do Sul. O fator determinante para a crise passa principalmente pela deficiente oferta bovina disponibilizada aos frigoríficos pelos *estancieiros*, determinando a quebra da rede de cooperativas-frigoríficos e assim, a queda no preço do boi vivo (PICCIN, 2021). Como aponta o Gráfico 2 a seguir:

Gráfico 02 - Comportamento do preço do Boi vivo entre 1977-2006



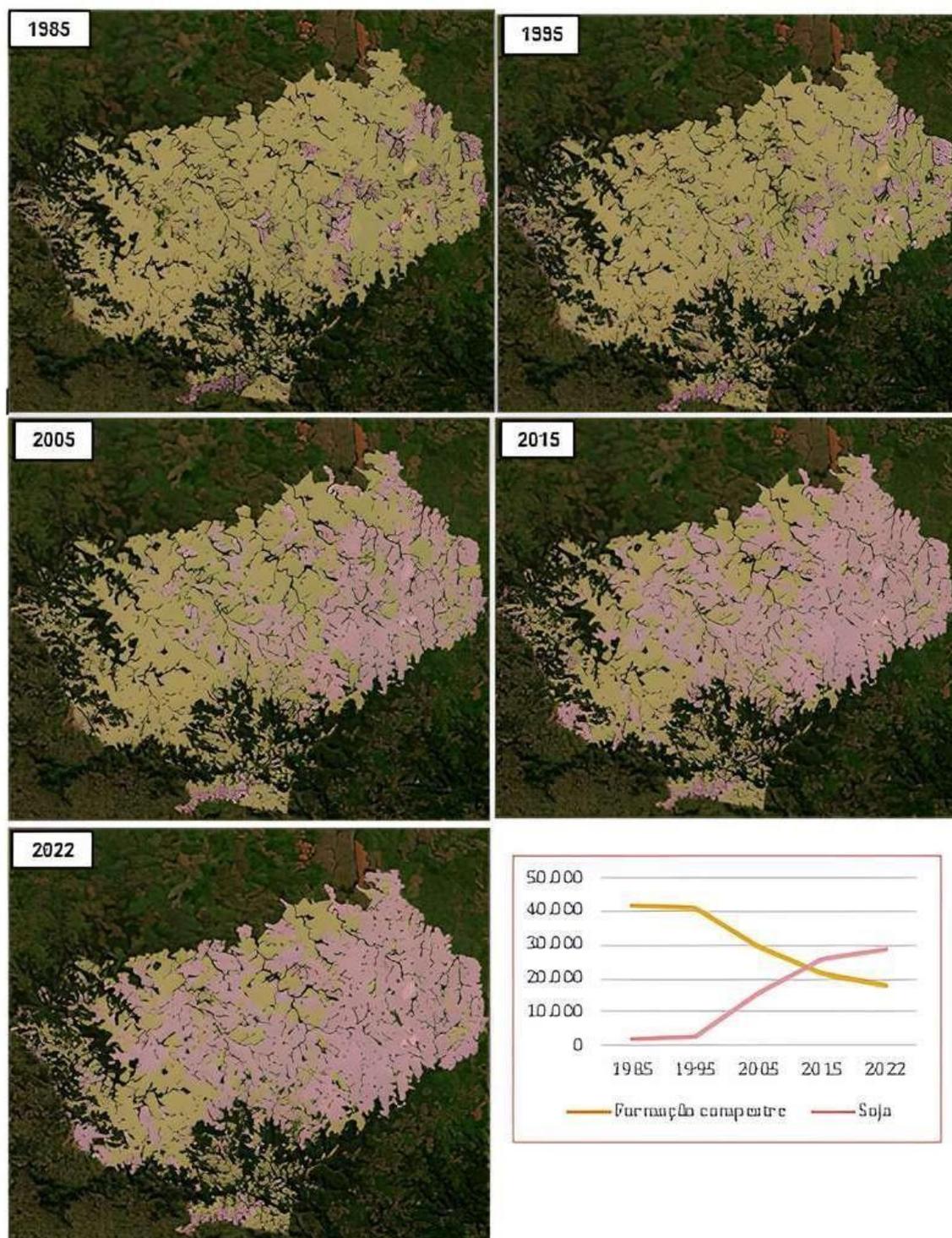
Fonte: VIANA et al. (2009, p. 1113) apud PICCIN (2021, p. 97). Adaptação do autor

Ademais, diante da conjuntura política e econômica que passava o Brasil no final da década de 1980, algumas alterações nas leis trabalhistas pós constituição de 1988, mas especialmente a efetiva aplicação dessa legislação, trouxeram mudanças nas relações de trabalho, fato que afetou diretamente as estratégias de dominação dos *estancieiros* perante seus empregados. Os acordos de trabalho baseados na relação de confiança perdem valência, ou seja, judicialmente os empregados estão amparados pela lei, fato que obriga os *estancieiros* a “internalizar as regras de funcionamento do modo de dominação legal, pois, caso contrário, maior se torna o risco de se ver em pé de igualdade com seus subordinados perante as esferas judiciais” (PICCIN, 2021, p. 278).

É nesse contexto de crise, que a venda e arrendamento das terras toma corpo como uma estratégia dos *estancieiros* de São Martinho da Serra, não somente deles, mas também dos *pecuaristas familiares* que foram, do mesmo modo, prejudicados pela crise da pecuária. A partir de 1990 as atividades agrícolas ganham cada vez mais território, não só no município, mas em todo bioma Pampa. Especificamente em São Martinho da Serra, a expansão das lavouras de soja

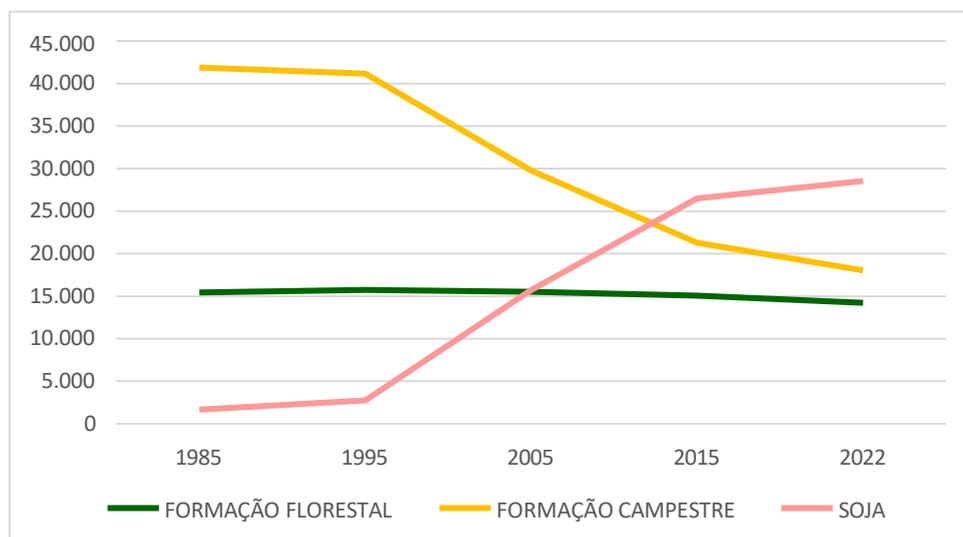
é acompanhada pelo aumento da migração de descendentes de *colonos* italianos originários de regiões onde estabeleceu-se a antiga Colônia de Silveira Martins (região central do RS), tendo em vista as datas relatadas pelos entrevistados e pelo mapeamento disponibilizado na Figura 4 e no Gráfico 3 a seguir.

Figura 04 - Avanço da soja em áreas de formação campestre em São Martinho da Serra/RS nos respectivos anos de (1985; 1995; 2005; 2015; 2022).



Fonte: MAPBIOMAS, 2022. Adaptação do autor.

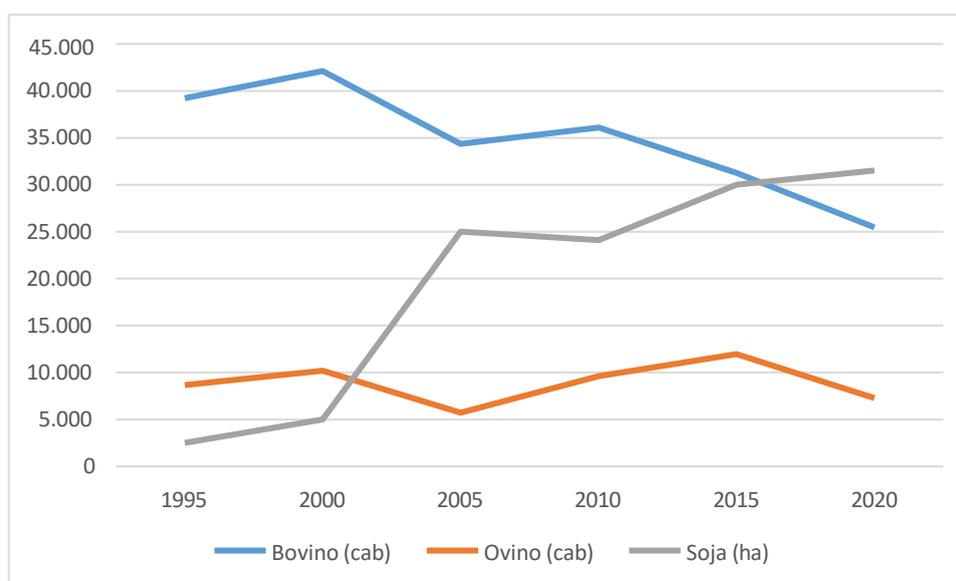
Gráfico 03 - O uso e cobertura do solo no município de São Martinho da Serra/RS nas últimas quatro décadas.



Fonte: MAPBIOMAS, 2022. Adaptação do autor.

Conforme o Gráfico 3, o comportamento do uso e cobertura do solo no município, em geral, não se diferenciou da tendência das regiões que fazem parte do bioma Pampa. No município, especificamente, a soja avançou, sobretudo a partir de 1995 em detrimento da formação campestre nativa, utilizada pela pecuária extensiva.

Gráfico 04 - Comportamento das principais atividades agropecuárias no município de São Martinho da Serra entre 1995-2020.



Fonte: IBGE

Com efeito, o Gráfico 4 ilustra a grande expansão da soja no século XXI em detrimento da pecuária, atividade carro chefe do município até então. O mais importante nesse sentido, é que não houve apenas uma conversão da atividade pecuária para a soja, mas sim, a passagem do gerenciamento destas terras para outra categoria social, os já citados, descendentes de *colonos* imigrantes italianos, chamados pelos pecuaristas de *gringos* (grupo entrevistado).

Portanto, seja através do arrendamento ou da venda das áreas, os *pecuaristas* resolveram se desfazer parcialmente ou totalmente do gerenciamento da atividade produtiva de suas terras, passando a utilizar-se de outras estratégias de reprodução social, dentre elas a venda de suas propriedades para a compra de áreas mais baratas em outras regiões. Como relata um dos *gringos* que adquiriu uma expressiva área de um dos grandes *estancieiros* do município:

Como a agricultura começou a entrar muito aqui em São Martinho, começou a valorizar a terra. O que eles (*estancieiros*) viram, foi que vendendo aqui eles poderiam comprar o dobro, o triplo na região Sul, então eles fizeram essa migração. Tipo, esse que nos vendeu aqui, ele vendeu e comprou uma fazenda no Uruguai. Uma parte torrou o dinheiro e outra parte ele nos vendeu aqui e comprou no Uruguai (Vinicius, 40 anos).

O arrendamento surge também como estratégia dos pecuaristas. Desde a chegada dos primeiros descendentes de *colonos* italianos no município, em meados de 1980, o arrendamento é praticado. Nesse período, ainda com as terras pouco valorizadas, os pecuaristas exigiam apenas a pastagem de inverno cultivada, já estabelecida. Como descreve um dos entrevistados, sobre como eram feitos os acordos pelos primeiros arrendamentos:

Na realidade, na época, em função das pastagens de inverno, praticamente eles (*estancieiros*) quase davam as áreas. Praticamente nem cobravam o arrendamento ou era insignificante, só para ter uma lavourinha de pastagem. Porque em si eles não trabalhavam com pastagem de inverno (Otávio, 53 anos).

Aos *estancieiros*, pensando junto com Piccin (2021), a passagem do gerenciamento das terras para os descendentes de *colonos* não significa apenas uma estratégia econômica, mas sim um posicionamento de classe que confere posição na estrutura social:

[...] Ou seja, no espaço social não é segredo a ninguém como se faz dinheiro entre os grandes proprietários de terra, não se trata de ignorância que se cura com divulgação de informações, mas o universo estancieiro prefere tomar distância de uma situação de classe, para usar como exemplo, dos descendentes de *colonos* pequenos proprietários. Os *gringos* são estigmatizados ao longo de décadas por utilizarem a própria família no trabalho cotidiano na terra, não ter acesso a mesma vida social e serem obrigados a uma restrição planejada do consumo a fim de economizar na expectativa de garantir a reprodução social de seus filhos como pequenos proprietários por meio da compra de áreas de terra e/ou para aumentar sua própria área (PICCIN, 2021, p. 333).

Além disso, o autor ainda demonstra que os cálculos econômicos utilizados pelos *estancieiros* na gestão de suas propriedades não condizem com as exigências da agropecuária empresarial que ditam atualmente “as regras hegemônicas do campo econômico” (PICCIN, 2021, p.291). Como complementa a descrição de um dos entrevistados (*gringos*) sobre uma das raras propriedades no município que ainda conserva a pecuária extensiva nos moldes tradicionais (estância), atrelando a mesma, à práticas atrasadas em relação as exigências da pecuária de “hoje em dia”:

Essa família Silva⁹, tem um deles que tem mais de mil hectares, e ele não quer lavoura enquanto estiver vivo, ele não gosta da lavoura, e diz que o campo foi feito pro gado se criar inverno e verão. É aquele cara que bota no máximo um animal por hectare. Hoje não existe mais pecuária com um animal por hectare, os caras estão investindo em alimentação, tipo de pasto, pra botar quanto mais Kg por hectare pra poder ter mais margem possível. Então, eles não acompanharam a evolução da coisa. Tem gente que tem 2 hectares e tem 30 animais, por exemplo, com alimentação e manejo. Eles seguem naquela pecuária extensiva ainda, porque pra eles, o animal tem que sair com 600 Kg do campo pro abate e hoje ninguém mais quer uma carne dura. Porque hoje, o pessoal quer comer uma carne macia, animal com carne macia é até 3 anos, depois já começa a ficar firme. Então mudou tudo, mas eles continuam naquele tipo de criação de gado daquela forma ainda (Roberto, 44 anos).

⁹ Nome fictício dado à família

Figura 05 – Uma das poucas Estância que restam em São Martinho da Serra, 20/10/2023



Fonte: O autor

A Figura 5 ilustra uma das poucas propriedades de *estancieiros* que ainda mantém a tradicional pecuária extensiva em São Martinho da Serra. Outro fator importante no que diz respeito aos índices de atividade pecuária trazidos no Gráfico 4, é que os *gringos* também se utilizam da atividade como fonte de renda. Sendo pela compra de animais para a engorda em pastagens cultivadas de inverno, ou pelo sistema de confinamento (caso de um dos entrevistados). Esse fator explica até certo ponto o porquê de o efetivo bovino não ter um decréscimo uniforme (Gráfico 4) comparado às áreas de formação campestre natural (Gráfico 3). Existe, portanto, uma estratégia utilizada pelo grupo analisado de lançar mão das pastagens de inverno quando o preço do Kg do boi vivo está compensando, caso contrário, atualmente, a utilização do trigo vem sendo a mais pertinente, evitando assim, o pisoteio e por consequência compactação do solo.

Figura 06 – Plantação de trigo em São Martinho da Serra 20/10/2023.



Fonte: O autor

A Figura 6 acima, demonstra a produção de trigo, segundo os entrevistados, quando o preço do Kg do boi está baixo a tendência é utilizar-se do trigo no inverno, suprimindo ainda mais a pecuária. A chegada deste grupo (*gringos*) ao município, coincide com o período em que o subsídio estatal para a modernização da cultura do trigo possibilitou a aquisição de alguns equipamentos aos *colonos*, como tratores, plantadeiras, reboques, etc. Nesse ponto a modernização proporcionou o avanço das lavouras em territórios até então não utilizados pela agricultura, foi a partir destas aquisições que os mesmos puderam expandir seus cultivos de batata em outras regiões, saindo das regiões de Colônia e migrando para de São Martinho da Serra/RS, por exemplo.

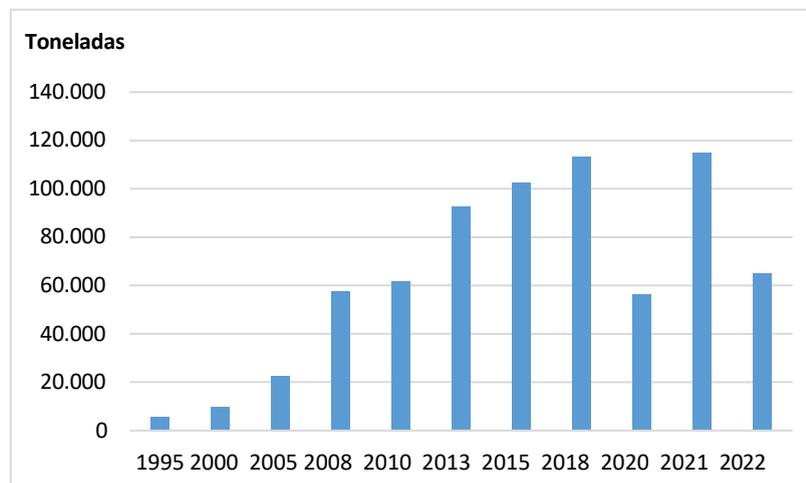
Os *gringos* que migraram para São Martinho da Serra, num primeiro momento, em busca de novas terras para o plantio de batata, atualmente estão entre os maiores proprietários de terra no município e com expressiva acumulação de capital econômico. Se formos adicionar às terras arrendadas, podemos afirmar que atualmente, são raras as propriedades que mantêm a pecuária extensiva como atividade principal e, por conseguinte, que mantêm o gerenciamento total da área pelos pecuaristas. Ou seja, tanto os *pecuaristas familiares* quando os *estancieiros*, abrem mão, em geral, de pelo menos uma parte de suas terras para o arrendamento aos *gringos*.

O arrendamento é quase que uma estratégia inegociável aos pecuaristas, tendo em vista a alta valorização da terra no município. Como citado no início desta seção, a região possui um microclima diferenciado e altos índices produtivos. Atualmente, segundo os entrevistados, um ano sem grandes problemas climáticos, se trabalha com uma produtividade média de 60 sacas, podendo chegar até a 70 sacas de soja por hectare. O arrendamento, portanto, se torna uma ótima fonte de renda aos proprietários pecuaristas. Conforme um dos entrevistados, o valor do arrendamento está na média de 20 sacas por hectare, hoje 30/01/2024 o arrendamento convertido em R\$ estaria aproximadamente 2.270 reais/hectare/ano (cotação de grãos CAMNPAL, 2024). A média de produtividade/hectare no município é superior à média geral do estado do RS. Segundo IBGE, na safra recorde de produtividade no RS (2020/2021) o estado alcançou uma produtividade de 55,7 sacas/hectare, enquanto São Martinho da Serra ficou com média de aproximadamente 60 sacas/hectare.

Posto isso, a expansão territorial dos *gringos* somente foi significativa quando, em detrimento da batata, a soja se tornou atividade principal deste grupo. No início do século XXI, grande parte dos entrevistados já havia colocado o cultivo de soja como carro chefe das atividades. Diferente da batata, a soja, altamente mecanizada, exige menos mão de obra, e mais área para que seu cultivo seja viável. Com algumas áreas já adquiridas e outras arrendadas, junto a valorização do grão no mercado internacional e a mecanização disponibilizada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)¹⁰, potencializou-se a estruturação dos *gringos* e, a partir deste período o município tornou-se um grande produtor de soja. Nesse sentido, a entrada de outro grupo social em São Martinho da Serra, trouxe consigo transformações, sobretudo relacionadas a paisagem natural e as dinâmicas socioeconômicas pertinentes à cultura desenvolvida por séculos, baseada na pecuária.

¹⁰ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é a principal política pública de apoio às formas familiares de produção e trabalho existentes no campo brasileiro. Criado em 1996, o programa atua em todos os municípios do País por meio da liberação de financiamentos agropecuários em condições especiais de pagamento (AQUINO e SCHNEIDER, 2015).

Gráfico 05 – Produção de soja em toneladas a partir de 1995 em São Martinho da Serra



Fonte: IBGE, adaptação do autor

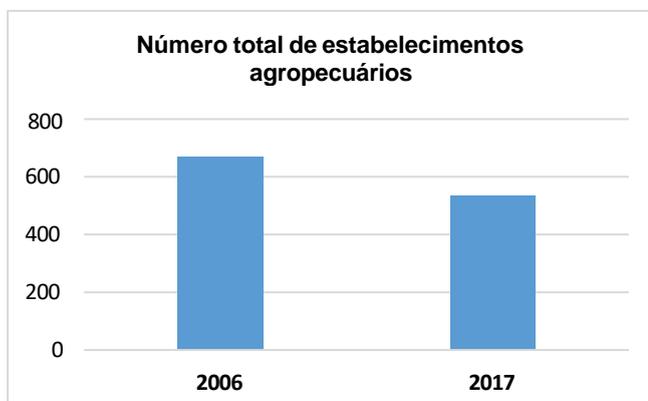
Atualmente o município possui 2.860 habitantes o equivalente a 4,27 habitantes/km², sua área total é de 669.547 km². Em 2022 o município possuía uma área agrícola de 34.123 ha que estava com 83,6% (28.553 ha) ocupada pelo plantio de soja (MapBiomias, 2022). A Tabela 1 indica o aumento da concentração dos estabelecimentos agropecuários e o Gráfico 6 a diminuição do número de estabelecimentos entre os Censos Agropecuários 2006 e 2017, infelizmente os Censos anteriores não disponibilizam estas informações.

Tabela 01 - Número de estabelecimentos agropecuários conforme a área em São Martinho da Serra/RS nos anos 2006 e 2017

Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares)	2006	2017
De 5 a menos de 10 ha	124	105
De 10 a menos de 20 ha	176	112
De 20 a menos de 50 ha	194	152
De 50 a menos de 100 ha	87	75
De 100 a menos de 200 ha	28	28
De 200 a menos de 500 ha	43	39
De 500 a menos de 1.000 ha	12	13
De 1.000 a menos de 2.500 ha	4	8
De 2.500 ha e mais		1

Fonte: Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA). Adaptação do autor.

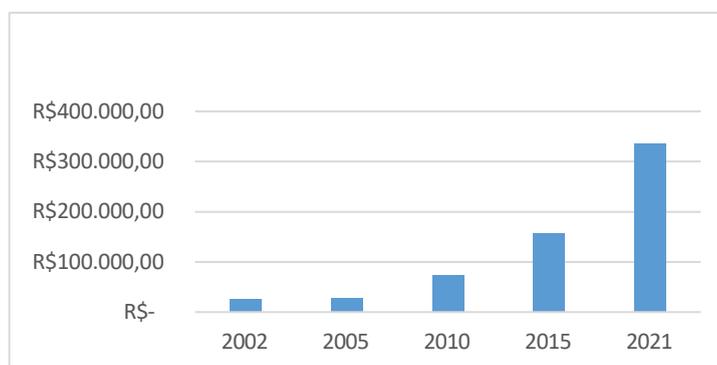
Gráfico 06 - Número total de estabelecimentos agropecuários em 2006 e 2017



Fonte: IBGE

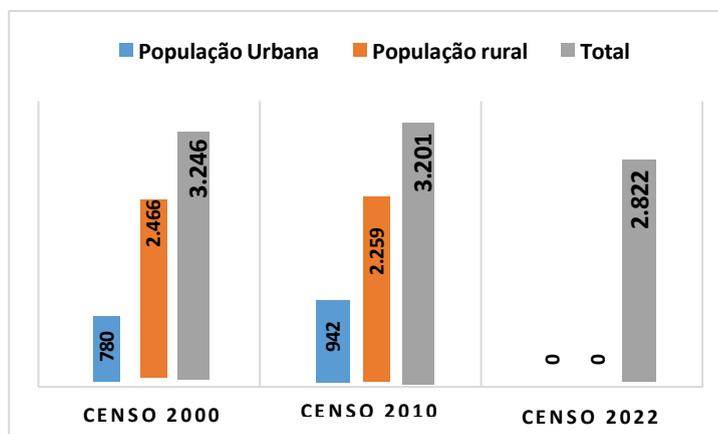
Conforme a Tabela 1, entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 a área dos estabelecimentos rurais tem aumentado, contrastando com o número de estabelecimentos (Gráfico 6), o que indica a concentração das terras do município. Junto a isso, os Gráficos 7 e 8 a seguir mostram a relação contraditória entre o crescimento do PIB e a diminuição da população municipal, o êxodo rural na primeira década do século XXI também chama atenção.

Gráfico 07 – PIB municipal a preços correntes (Mil reais)



Fonte: IBGE, adaptação do autor.

Gráfico 08 – População urbana, rural e total dos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022 (São Martinho da Serra)



Fonte: IBGE, adaptação do autor.

Mais da metade do PIB municipal é dependente do setor primário (SCCOTI, DOTTO E ROBAINA, 2022). No entanto, mesmo com o aumento expressivo do PIB municipal, os Censos Demográficos têm demonstrado uma queda na população. Entre os Censos 2000 e 2010 houve uma queda na população rural em detrimento do crescimento urbano (Gráfico 8). O Censo Demográfico 2022, até o momento, disponibiliza apenas os dados de população total, nesse sentido entre 2000 e 2022 o município perdeu aproximadamente 13% de sua população total (Gráfico 8), contrastando assim, com o crescimento do PIB municipal (Gráfico 7). No meio rural, além do êxodo apontado anteriormente entre 2000 e 2010, também houve uma redução importante do total de pessoal ocupado.

Tabela 02 – Total de pessoal ocupado no meio rural de São Martinho da Serra (1995-2006-2017) (A) e pessoal ocupado por atividade em 2017 (B)

(A) Total de pessoal ocupado no meio rural	
1995	2.083 pessoas
2006	2.120 pessoas
2017	1.542 pessoas
(B) Pessoal ocupado por atividade (2017)	
Pecuária	852 pessoas
Lavoura temporária	683 pessoas

Fonte: IBGE, adaptação do autor

Conforme a Tabela 2 (A), o total de pessoal ocupado no meio rural teve um decréscimo de 27% entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, sendo um município que atualmente possui 2.860

habitantes, o número não deixa de ser relevante. Além disso, mesmo com o grande avanço da soja, sobretudo no século XXI (Gráfico 4), a pecuária em 2017 ainda obtinha maiores números de pessoal ocupado no meio rural. Nesse sentido, dois fatores devem ser frisados: 1) a pecuária praticada pelos *pecuaristas familiares*, mantém uma lógica tradicional, com pouca mecanização, baseada não mão de obra familiar; 2) a tecnologia pertinente a produção da soja, cada vez menos necessita de mão de obra direta e sim de mão de obra tecnicamente qualificada.

A diminuição do pessoal ocupado no município vai ao encontro dos dados gerais do Brasil, segundo o IBGE houve entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 um decréscimo de 1,5 milhões (8,8%) de pessoas ocupadas no meio rural brasileiro. Na direção contrária está o crescente aumento da produção de soja, nos últimos 10 anos a soja aumentou 80,7% sua produção no país, a produtividade do grão aumentou 23,8% e a expansão territorial 40% (MAPA, 2023).

Um fator importante relatado por um dos entrevistados dá indícios de que o pessoal originário do município de São Martinho da Serra não costuma trabalhar em propriedades com atividades de lavoura. Quando perguntado sobre o pessoal empregado em sua propriedade, o entrevistado responde: “Eu pego lá de Silveira Martins (município de origem do entrevistado), pra se ter uma ideia, se eu tenho um serviço de plantar grama ou serviço de lavoura, de lidar com pedra e coisa, aí tem que pegar o pessoal de lá, aqui tu não acha, aqui é difícil” (Marcos, 55 anos). Ou seja, a ocupação territorial das lavouras de soja tem relação direta com o pessoal ocupado no meio rural, pois a atividade acaba excluindo a mão de obra que reside no município e buscando mão de obra externa.

Acrescentando-se a isso, o trabalho de Scoti, Dotto e Robaina (2022) destaca que através da utilização de técnicas de geoprocessamento foi possível identificar áreas de uso indevido, onde a vegetação natural que deveria ser preservada está sendo utilizada, sobretudo pelo cultivo de soja, bem como a entrada de grandes quantidades de insumos agrícolas nos recursos hídricos do município.

Posto isso, desde a chegada dos *gringos* em meados da década de 1980, São Martinho da Serra vem passando por grandes transformações, pois o grupo trouxe consigo o processo de modernização da agricultura iniciado nos governos militares e, que tomou corpo no município ao passar das décadas. A prática agrícola iniciada pelo grupo através do plantio de batata não gerou grandes avanços territoriais, em função das características próprias do cultivo. No entanto, quando a soja se torna a principal atividade praticada pelo grupo, bem como a crise pecuária se instaura entre *estancieiros* e *pecuaristas familiares*, a ocupação territorial do município pelos *gringos* foi rápida e transformadora. Uma transformação não só no uso e cobertura do solo, mas

também ambiental, socioeconômica e cultural.

Com isso, os *gringos* também passaram por uma transformação, de pequenos agricultores familiares camponeses, ancorados no cultivo de batata, para *médios* e *grandes* produtores de soja e proprietários de extensas áreas de terra em São Martinho da Serra. Dito isso, no próximo artigo serão abordadas as questões pertinentes às famílias entrevistadas, no sentido de compreender, sobretudo o sistema de estratégias de reprodução social, que possibilitou tal ascensão econômica e, além disso, serão analisadas as rupturas e continuidades que o grupo vivencia em relação ao passado *camponês*, visando a reprodução social da família através da acumulação de capital econômico.

Figura 07 – Propriedade de um dos *gringos* entrevistados



Fonte: O autor

2.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pampa gaúcho é um dos biomas brasileiros que mais tem sido afetado pelo avanço da soja, em termos proporcionais o bioma foi o que mais perdeu vegetação nativa entre 1985-2021 (MAPBIOMAS, 2022). Historicamente o bioma adaptou-se à uma relação simbiótica com

a pecuária de corte, fato esse, que desenvolveu dinâmicas socioculturais particulares nestas regiões. Apesar de uma estrutura fundiária altamente concentrada de domínio de *estancieiros*, outras categorias sociais, como *pecuaristas familiares* criaram uma relação inseparável entre a vida no rural e a pecuária (RIBEIRO, 2009). Portanto, somando-se ao problema social da concentração fundiária histórica do bioma, a expansão da soja traz consigo também, um grande problema ambiental.

O primeiro ano de monitoramento do MAPBIOMAS (1985) coincide com o período de expansão da modernização agrícola no Brasil. As áreas de Pampa até então preservadas pela pecuária extensiva, se tornam alvo da modernização em função da crise instaurada na pecuária de corte nos últimos anos da década de 1980. Com efeito, outros agentes sociais com maior proximidade com a agricultura e a modernização, acabaram entrando nestas áreas, desencadeando a perda de vegetação citada anteriormente e, que perdura até os dias atuais. Acrescenta-se a isso, que a entrada de novos agentes traz consigo novas dinâmicas aos espaços sociais, sejam elas produtivas, culturais ou ambientais.

Portanto, recorte espacial proposto, São Martinho da Serra, ilustra perfeitamente essas dinâmicas. As novas relações trazidas pelo grupo pesquisado (*gringos*), demonstram uma inconsistência com a cultura desenvolvida por séculos no município. Isso fica nítido quando se busca pessoas “de fora” para compor a mão de obra das lavouras de soja; ou quando a população do município diminui em contraste com o expressivo aumento do PIB municipal. A modernização, portanto, não soluciona o problema histórico de concentração fundiária, pelo contrário, soma a ele a problemática ambiental e demonstra que não existe outra relação entre os novos agentes e o Pampa, a não ser de produção.

REFERÊNCIAS

ALVES, Clovis Tadeu; TEDESCO, João Carlos. **A revolução verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul–1960/1970**. Revista Teoria e Evidência Econômica, v. 21, n. 45, 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA AGRICULTURA FAMILIAR - 2023/Ano 2. Diretoria Executiva da CONTAG. **Agricultura Familiar: Quem não vive dela, depende dela para viver!** Brasília, julho. 2023.

AQUINO, J. R. e SCHNEIDER, S. O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C. e SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 53-81.

AQUINO, Joacir Rufino; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Dualismo no Campo e**

Desigualdades Internas na Agricultura Familiar. 1. ed. Piracicaba-SP: RESR, 2018.

Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma: **Cotação de grãos.** Disponível em: <https://www.camnpal.com.br/cotacao-de-graos.html>. Acesso: 01/02/2024.

BRUM, Argemiro Luis. **Modernização da Agricultura:** Trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se:** (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990- 1997). 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2009.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro no Brasil.** São Paulo: Ícone, 1985.

FERNÁNDEZ, A. J. C. **Do Cerrado à Amazônia:** as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso. 2007. 262f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FIGUEIREDO, Maria Carolina dos Santos et al. **Florística de mata ciliar em São Martinho da Serra, RS, Brasil.** 2014.

GAZZONI, Décio Luiz; DALL'AGNOL, Amélio. **Paralelo entre a soja no mundo e no Brasil.** 2018.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **O complexo agroindustrial.** Revista Reforma agrária, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017.**

MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **Entre guardas e casarões: um pouco da história do interior do RS-uma perspectiva arqueológica.** 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MAPBIOMAS. **Brasil Revelado 1985-2020:** As transformações na Mata Atlântica nos últimos 36 anos. disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LWm63jNbib0>. Acesso 21/08/2023.

MAPBIOMAS. RELATÓRIO ANUAL DO DESMATAMENTO NO BRASIL: **Desmatamento no Brasil cresceu 22,3% em 2022.** Disponível em: <https://mapbiomas.org/desmatamento-nos-biomas-do-brasil-cresceu-223-em-2022>. Acesso em: 20/08/2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Projeções do Agronegócio: Brasil – 2022/2023 a 2032/2033.** Brasília, 2023.

MIRANDA, Roberto de Sousa. **Ecologia política da soja e processos de territorialização no sul do Maranhão.** (2011). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. **As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 16, n. 2, p. 97-134, 1999.

PEDRAZZI, Rubens; COSTA, Fermino. **São Martinho da Serra: Terra e gente**. Santa Maria, 1999.

PICCIN, Marcos Botton. **Senhores de Terra, Senhores de Guerra: Sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019)**. Curitiba, CRV, 2021.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação**. Editora Appris, 2023.

RIBEIRO, Claudio Marques. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SANTOS, Robério Ferreira. **O Crédito rural na modernização da agricultura brasileira**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, v.26, n.4, out./dez. 1988. p.393-404.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP. Porto Alegre, 2002.

SCCOTI, Anderson Augusto Volpato; DOTTO, Antonio Von Ende; DE SOUZA ROBAINA, Luís Eduardo. **Análise geomorfológica com apoio de técnicas digitais: município de São Martinho da Serra–RS**. Boletim de Geografia, v. 40, p. 68-e61650, 2022.

SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1996.

SILVA NETO, Benedito; FRANTZ, Telmo Rudi. **Dinâmica da agricultura e desenvolvimento no Rio Grande do Sul**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol. 41 Nº 3. Jul/Set, 2003.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006 2ª ed.

WILKINSON, John. **O MUNDO DOS ALIMENTOS EM TRANSFORMAÇÃO: Mesmos pratos. Novos ingredientes, processos e atores**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Editora Unijuí, 2002.

3 ARTIGO 2 - OS GRINGOS E A EXPANSÃO DA SOJA EM SÃO MARTINHO DA SERRA/RS

THE GRINGOS AND THE EXPANSION OF SOY IN SÃO MARTINHO DA SERRA/RS

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar e analisar o sistema de estratégias reprodução social de famílias descendentes de imigrantes italianos camponeses, que se estabeleceram na antiga Colônia de Silveira Martins e, que ascenderam economicamente num curto espaço de tempo, através da migração para outra região/município (São Martinho da Serra/RS), ancorados na prática agrícola. Através da migração deste grupo, houve uma progressiva conversão da pecuária extensiva praticada tradicionalmente nos campos de Pampa do município, por seus grupos sociais estabelecidos, para a expansão do cultivo da soja. Interessa, portanto, desvendar o feixe de relações internas e externas ao grupo de *colonos* que viabilizou esta expansão e por consequência, sua acumulação de capital econômico. A metodologia desenvolvida neste trabalho parte de dados secundários apreendidos pelas plataformas disponibilizadas pelo IBGE e MAPBIOMAS. Posteriormente, foi feito um trabalho de campo fundamentado em uma pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso. Para isso, foram utilizados instrumentos como observação direta e entrevistas semiestruturadas com sete famílias de descendentes de imigrantes italianos que migraram para São Martinho da Serra a partir de 1980. Após os resultados do trabalho de campo, foi possível separar o grupo entre gerações (pais *batateiros* e filhos *sojicultores*) e entre as categorias *médios* e *grandes* produtores. O que se percebe, é que com a passagem do gerenciamento das propriedades dos pais *batateiros* para os filhos *sojicultores*, houve uma conversão do *habitus camponês* para um novo *habitus do gringo empresário do agro*, que mantém algumas características camponesas na gestão das propriedades, porém está cada vez mais inserido na lógica produtiva/empresarial do agronegócio e afastado das atividades agrícolas práticas.

Palavras chave: Estratégias de reprodução social. Expansão da soja. Agronegócio.

ABSTRACT

This work aims to present and analyze the system of social reproduction strategies of families descending from Italian peasant immigrants, who settled in the former Colônia de Silveira Martins and who ascended economically in a short space of time, through migration to another region /municipality (São Martinho da Serra/RS), anchored in agricultural practice. Through the migration of this group, there was a progressive conversion from the extensive livestock farming practiced, traditionally in the municipality's Pampa fields, by its established social groups, to the expansion of soybean cultivation. It is therefore interesting to unveil the bundle of internal and external relationships within the group of settlers that made this expansion possible and, consequently, their accumulation of economic capital. The methodology developed in this work is based on secondary data captured by platforms made available by IBGE, MapBiomias. Subsequently, fieldwork was carried out based on qualitative research, through a case study. For this, instruments such as direct observation and semi-structured interviews were used with seven families of descendants of Italian immigrants who migrated to São Martinho da Serra from 1980 onwards. After the results of the fieldwork, it was possible to separate the group between generations (potato-growing parents and soybean-growing children) and between the medium and large producer categories. What can be seen is that with the transfer of management of properties from potato growers to soybean farmers, there was a conversion of the peasant habitus to a new habitus, which we call the habitus of the foreign agricultural entrepreneur, which maintains some peasant characteristics in the management of properties, such as, for example, the family management of activities, internal to the agricultural establishment, however, is extremely embedded in the productive/business logic of agribusiness.

Keywords: Social reproduction strategies. Soybean expansion. Agribusiness.

3.1. INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de uma pesquisa de campo realizada no município de São Martinho da Serra/RS, tendo como proposta analisar as dinâmicas sociais que possibilitaram o avanço do cultivo da soja sobre áreas de bioma Pampa no município. Analisando assim, a chegada de novos agentes e suas estratégias para ocupar o território agropecuário de um município que tem raiz na pecuária extensiva praticada em formação campestre natural por grandes *estancieiros* e

pecuaristas familiares.

O volume¹¹ de produção e área cultivada com lavouras de soja nas áreas Pampa do Rio Grande do Sul vem passando por um rápido crescimento nas últimas quatro décadas, fenômeno divulgado pelos mapeamentos disponibilizados por plataformas como o MAPBIOMAS. Esse aumento é legitimado perante boa parte da sociedade pelos elevados índices de produtividade, bom rendimento financeiro, uso de tecnologias cada vez mais sofisticadas e pela crescente parcela do PIB nacional pelo agronegócio brasileiro. Entretanto, este agronegócio esconde um feixe de relações sociais que beneficiam alguns grupos em detrimento de outros. A análise puramente econômica esconde muitas vezes alguns caminhos percorridos pelos agentes, suas disposições e estratégias para apropriar-se deste modelo agrícola (FERNÁNDEZ, 2007).

Este grande avanço da soja no Pampa é considerado, de certa forma, tardio comparado às outras regiões do estado, como por exemplo o Planalto gaúcho. Isso se deve às distintas ocupações do território gaúcho, onde as regiões de Pampa localizadas ao Sul do estado foram ocupadas, sobretudo por militares luso brasileiros que receberam terras através da distribuição das Sesmarias no final do século XVIII, objetivando proteger o território dos conflitos com os espanhóis, formando assim, grandes estâncias de pecuária extensiva. Já nas regiões de Mata Atlântica localizadas no Centro-Norte do estado, a ocupação foi posterior, no decorrer do século XIX estendendo-se até o século XX e formada pela imigração de famílias camponesas de europeus não portugueses, na maior parte alemães e italianos que receberam pequenos lotes de terra (CHELOTTI, 2009; RIBEIRO, 2009; ZARTH, 2002).

De modo geral, as regiões desenvolveram suas economias de maneira distinta, enquanto as regiões de Pampa mantiveram-se ancoradas na pecuária extensiva, com auto índice de concentração fundiária. As regiões de Mata, por outro lado, desenvolveram atividades agrícolas diversificadas baseadas na mão de obra familiar e no autoconsumo em pequenas propriedades. Estes dois modelos, de modo geral mantiveram-se pouco modificados em relação à estrutura fundiária até o período após a Segunda Guerra Mundial, onde grandes transformações na agricultura começam a chegar no Brasil. Os governos militares (1964-1985) lançaram mão do projeto de modernização agrícola conservador, onde a estrutura fundiária não sofreria mudanças, mas sim as formas de praticar agricultura, saindo do modelo tradicional para a moderna prática agrícola, através da chamada “Revolução Verde”¹² (BRUM, 1988;

¹¹ O mapeamento do avanço da soja nas áreas de Pampa no Rio Grande do Sul e do município de São Martinho da Serra/RS foram disponibilizados no primeiro artigo.

¹² A chamada “Revolução verde” foi um conjunto de ações que tinham como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no

GUIMARÃES, 1977; SILVA, 1996;).

Nesse período a região do Planalto gaúcho inicia o processo de modernização com o plantio de trigo no inverno e soja no verão, a soja posteriormente, acaba se expandindo para outras regiões como o Centro-Oeste brasileiro, além de outras regiões do próprio Rio Grande do Sul. No entanto, nas regiões de Pampa ainda predominava a pecuária extensiva, tendo em vista uma Rede de cooperativas frigoríficas que gerenciada por estancieiros controlavam o preço do Kg do boi vivo até meados de 1990, quando houve a quebra dessa rede (BRUM, 1988; PICCIN, 2021). Origina-se então, o período de crise da pecuária no Rio Grande do Sul e uma possibilidade maior de entrada da modernização agrícola nas regiões de Pampa.

No município de São Martinho da Serra, foco deste trabalho, a crise da pecuária junto a modernização agrícola, estreitaram laços entre *estancieiros*, *pecuaristas familiares* e *colonos*, estes, estabelecidos na Colônia de Silveira Martins, hoje denominada IV Colônia de Imigração¹³. São Martinho da Serra é um município de transição entre Pampa e Mata Atlântica, sendo predominante a paisagem campestre em seu território, a estrutura agrária foi construída a partir da distribuição de sesmarias¹⁴ no início de século XIX. Portanto, formou-se grandes estâncias e pequenas propriedades de *pecuaristas familiares* descendentes, sobretudo de tropeiros e de escravos. A pecuária foi a principal atividade econômica até meados dos anos 2000, quando a soja inicia um processo de expansão abrupto e, que até 2022 (último ano de dados disponibilizados pelo IBGE e MAPBIOMAS) ocupava 83,6% do território agropecuário do município (MAPBIOMAS, 2022; PEDRAZZI E COSTA, 1999).

A proximidade geográfica entre a antiga Colônia de Silveira Martins e São Martinho da

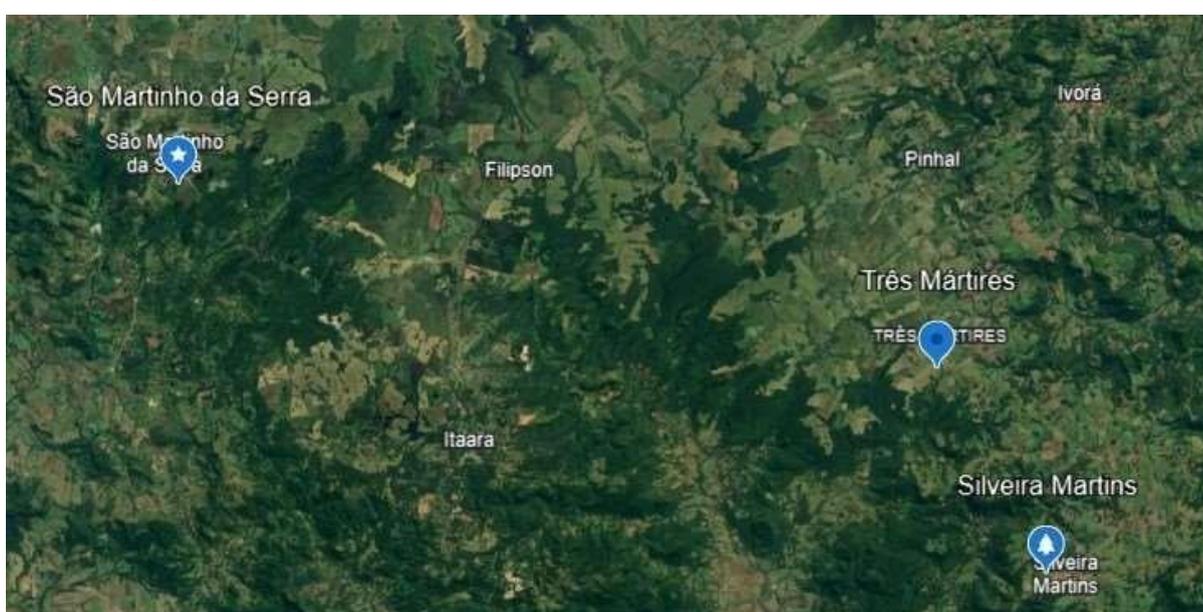
campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. Através dessa imagem humanitária, ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização (BRUM, 1988, p. 44).

¹³ Utilizaremos a antiga Colônia de Silveira Martins para localizar os entrevistados, pois a maioria deles faz parte do Distrito de Três Mártires, município de Júlio de Castilhos. Município esse, que não faz parte dos nove municípios pertencentes à IV Colônia de Imigração. No entanto, Três Mártires foi criada por imigrantes italianos que saíram do município de Silveira Martins (IV Colônia) em busca de novas áreas. Ou seja, mesmo a comunidade não fazendo parte dos municípios que hoje pertencem à IV Colônia, sua população é predominantemente descendente de imigrantes estabelecidos na antiga Colônia de Silveira Martins (FELIN, 2016). Silveira Martins e Três Mártires fazem divisa entre si e possuem, em geral, a mesma estrutura agrária. Portanto, a denominação Colônia de Silveira Martins engloba as duas localidades.

¹⁴ As sesmarias eram terras devolutas, medindo em regra 3 léguas por 1 légua (cerca de 13 mil hectares). O sistema perdurou no Brasil até 17 de julho de 1822, quando a Revolução de 1822, atribuída a José Bonifácio de Andrade e Silva, pôs termo a este regime de apropriação de terra. A partir daí a posse passou a campear livremente no país, estendendo-se esta situação até a promulgação da Lei de Terras, que reconheceu as sesmarias antigas, ratificou formalmente o regime das posses, e instituiu a compra como única forma de obtenção de terras (CHELOTTI, 2009, p. 71).

Serra estabeleceu relações entre estes distintos agentes sociais, tanto os *pecuaristas familiares*, quanto os *estancieiros* viram no arrendamento de suas áreas uma estratégia para manter-se na atividade pecuária. O arrendamento foi feito, num primeiro momento, para *colonos* plantadores de batatas da Colônia de Silveira Martins, o pagamento pela área arrendada era a pastagem cultivada de inverno já estabelecida. Essa estratégia utilizada pelos pecuaristas deu início a ocupação dos *colonos* no município, que com o passar de quatro décadas, hoje são grandes e médios produtores de soja em São Martinho da Serra.

Figura 01 – Localização e distância entre Silveira Martins, Três Mártires e São Martinho da Serra



Fonte: GOOGLE EARTH.

Colonos ou *gringos* serão os termos utilizados para denominar o grupo entrevistado neste trabalho, já que todos são descendentes de imigrantes italianos que se estabeleceram na Colônia de Silveira Martins a partir de 1878. “No Rio Grande do Sul, os camponeses costumam ser identificados como *colonos*, o que assinala uma dupla identidade: étnica e regional, *colonos* porque eram habitantes das colônias, divididas em área urbana e rural” (ZANINI E SANTOS, 2022, p. 9). *Gringos* é uma denominação utilizada, sobretudo pelos pecuaristas para diferenciar-se deste grupo, “como *designação* identificadora deste novo sujeito social [...] é um novo estilo e modo de ver e se ver no mundo que aí passa a se expressar (PICCIN, 2021, p. 99). Os próprios *colonos* em São Martinho da Serra muitas vezes se auto denominam *gringos*. Essa identidade étnica e regional também possui formas singulares de reproduzir o campesinato, ou seja, de reproduzir suas formas de organização do trabalho do grupo doméstico (GARCIA JR. E HEREDIA, 2009).

Posto isso, o objetivo deste trabalho é apresentar e analisar os sistemas de estratégias reprodução social de famílias descendentes de imigrantes italianos camponeses, que se estabeleceram na antiga Colônia de Silveira Martins e, que ascenderam economicamente num curto espaço de tempo, através da migração para outra região/município (São Martinho da Serra/RS) ancorados na prática agrícola. Estas estratégias conferem relações internas ao grupo doméstico familiar, bem como disposições às práticas objetivas para com o espaço social exterior à família. Dito de outra forma, interessa compreender quais práticas o grupo utilizou para ascender economicamente num contexto de transformação do rural, ancorado na modernização agrícola e atualmente legitimado pelo agronegócio.

Mesmo que os grupos domésticos aqui pesquisados tenham, ao longo das últimas três décadas, apreendido praticamente todas as formas do modelo empresarial/industrial do agronegócio, não podemos deixar de nos atentar à algumas práticas que continuam sendo centrais na reprodução social do grupo, como por exemplo a gestão familiar da propriedade, pois como aponta (Wanderley, 2003, p. 45) “Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica”.

A metodologia desenvolvida neste trabalho parte de dados secundários apreendidos pelas plataformas disponibilizadas pelo IBGE, MAPBIOMAS, e Fundação de Economia e Estatística – RS. Posteriormente, foi feito um trabalho de campo fundamentado em uma pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso. Para isso, foram utilizados instrumentos como observação direta e entrevistas semiestruturadas com sete famílias de descendentes de imigrantes italianos, estabelecidos na antiga Colônia de Silveira Martins, hoje denominada Quarta Colônia de Imigração (região Central do RS). As famílias migraram para o município de São Martinho da Serra/RS no período entre 1980-2007 e obtiveram, com isso, considerável ascensão econômica e social através da expansão de suas áreas de lavoura. Nesse sentido, em síntese, objetivou-se analisar a trajetória do grupo social e a expansão da soja em área do Pampa e, assim, desvendar o sistema de estratégias de reprodução utilizado, para então compreender a ascensão social que o grupo protagonizou neste recorte temporal.

A estrutura do texto está organizada em três seções além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção irá apresentar o grupo pesquisado, através de suas trajetórias sociais. Na segunda seção, será feita uma análise do sistema de estratégias de reprodução social, utilizado pelo grupo para ascender economicamente. Na terceira seção, o foco será a transformação deste grupo, as rupturas e continuidades do modelo campesino praticado pelos antecessores e o modelo empresarial rural que atualmente rege as práticas do

grupo.

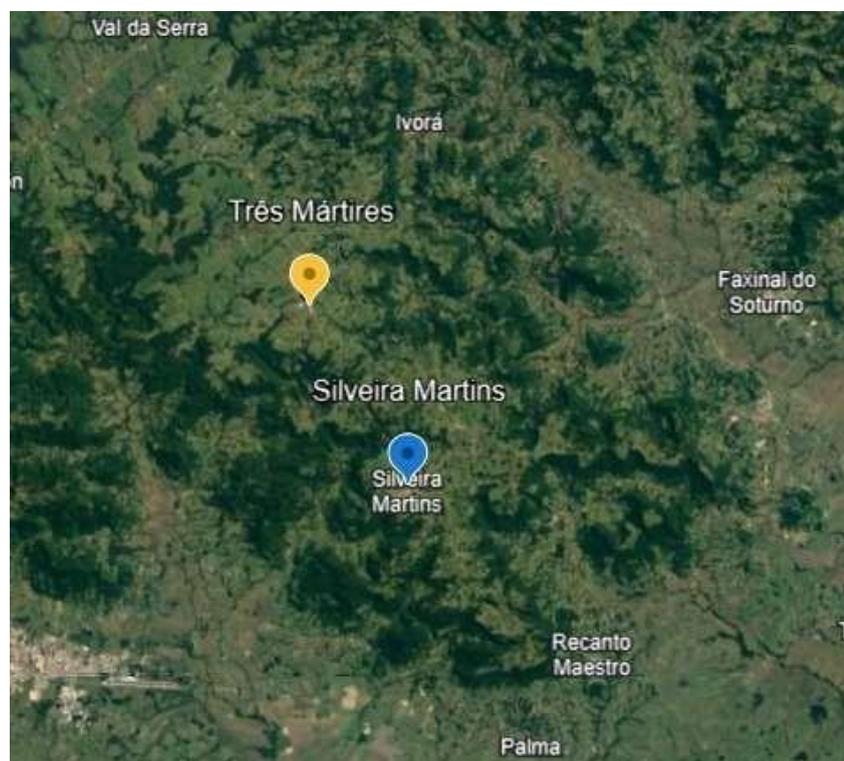
3.2. DOS BATATEIROS AOS SOJICULTORES: A CHEGADA E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO AGROPECUÁRIO DE SÃO MARTINHO DA SERRA

Existem vários fatores que contribuíram para a ocupação do território agropecuário de São Martinho da Serra/RS, eles serão abordados com maiores detalhes a seguir. No entanto, houveram três transformações conjunturais importantes no espaço agrícola gaúcho, que vão servir como base para a ocupação territorial do grupo de *colonos* estudados: 1) Período do processo de modernização agrícola no Brasil, nesse caso específico a partir da década de 1980; 2) crise da pecuária a partir de 1990; 3) o aumento do volume de soja exportado para a China (início do século XXI). Nesta seção, num primeiro momento, vamos organizar o grupo em dois, “os *batateiros*” e “os *sojicultores*”.

A separação por culturas (soja e batata), indica uma transformação na hierarquia familiar, ou seja, a passagem do gerenciamento das propriedades para os filhos como estratégia de reprodução social, nesse sentido, o grupo dos *batateiros* é composto pelos pais dos *sojicultores*. Posteriormente, o grupo dos *batateiros* será organizado entre “*médios*” e “*grandes*”, atribuindo algumas diferenciações entre as famílias pesquisadas. A organização entre grupos serve como recurso metodológico para facilitar o entendimento das transformações ocorridas na organização das famílias pesquisadas ao longo do recorte temporal do trabalho.

Os *batateiros* foram os primeiros *colonos* a migrar para São Martinho da Serra/RS, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, todos eles compartilhavam, naquele período, um objetivo em comum, expandir o plantio de batata inglesa. Estes *colonos* estavam estabelecidos nas regiões onde hoje pertencem ao município de Silveira Martins e o distrito de Três Mártires (Júlio de Castilhos), são localizadas em áreas de Mata Atlântica e fazem divisa entre si, com características agrárias e fundiárias semelhantes, com o relevo acidentado e composto por pequenas propriedades familiares de descendentes de *colonos* italianos camponeses.

Figura 02 – Localização e distância entre Silveira Martins e Três Mártires



Fonte: GOOGLE EARTH.

A cultura da batata foi muito desenvolvida nesta região, tendo em vista, principalmente o relevo acidentado, mas também a grande disponibilidade de mão de obra familiar que caracteriza tradicionalmente as famílias estabelecidas na região. Um dos entrevistados confirma esta realidade em seu relato: “Daí tu já vê, 60 e tantos hectares para 11 filhos. E a região meio acidentada, por isso bastante batata, em pouca área produz bastante”(Vinicius, 40 anos).¹⁵

Portanto, a cultura da batata marcou essa região como uma das maiores produtoras do estado do Rio Grande do Sul por, pelo menos, duas décadas. O desenvolvimento da cadeia da batata na região foi acelerado pelo período chamado por Brum (1988) de terceira fase da modernização “a diversificação agrícola”¹⁶.

¹⁵ Os nomes serão fictícios para preservar a identidade dos entrevistados.

¹⁶ A partir de 1979, com a segunda grande alta dos preços do petróleo no mercado internacional, a economia mundial entrou em crise. [...] Acentuou-se a queda dos preços dos produtos primários no mercado internacional. Elevaram-se os preços dos produtos industrializados que o Brasil importa. Subiram os custos da produção agrícola. Nesse sentido, com a fase da diversificação, pretende-se superar a fase da monocultura ou do binômio trigo-soja, que se mostrou tão vulnerável nos últimos anos. Estimula-se a diversificação da atividade agrícola, com a produção de vários produtos, bem como a integração da lavoura e a pecuária [...] (BRUM, 1988, p.79).

Tabela 01 – Os vinte municípios com maior área de cultivo de batata inglesa em toneladas entre 1990, 2000, 2010e 2022

Municípios		1990	2000	2010	2022
1	São Lourenço do Sul	5300	4000	600	400
2	Pelotas	3400	2473	450	70
3	Ibiraiaras	2200	2270	1000	1300
4	Carlos Barbosa	1830	620	230	60
5	Garibaldi	1710	470	40	2
6	Santa Maria do Herval	1600	950	850	470
7	Barão	1330	460	70	50
8	Silveira Martins	1290	1350	400	35
9	Canguçu	1160	1600	1000	580
10	Capão do Leão	720	600	13	-
11	Dois Irmãos	600	30	15	3
12	Gramado	600	400	60	19
13	Júlio de Castilhos	600	800	140	26
14	Morro Redondo	600	450	82	6
15	Nova Petrópolis	470	82	115	10
16	Santa Cruz do Sul	450	200	190	50
17	Venâncio Aires	440	165	180	110
18	Caxias do Sul	430	190	7	5
19	Santa Maria	380	294	120	5
20	Ivorá	360	220	23	25

Fonte: FEE (Fundação de Economia e Estatística – RS), adaptação do autor.

Na Tabela 1 pode-se observar que os municípios de Silveira Martins e Júlio de Castilhos estão entre os vinte maiores produtores de batata inglesa em área cultivada do Rio Grande do Sul, entre 1990 e 2010. Um adendo para Júlio de Castilhos, pois segundo os entrevistados sua produção está localizada, sobretudo no distrito de Três Mártires. Posto isso, alguns produtores estavam adquirindo seus primeiros tratores, grades, reboques, além de insumos e fertilizantes para aumentar o rendimento por hectare. É nesse período também, que a primeira máquina de lavar batata é adquirida pelo pai de um dos entrevistados, em 1988, no Distrito de Três Mártires:

O pai começou com 17, 18 anos a plantar batata em áreas arrendadas e daí ele foi crescendo. Em 1988 ele comprou a primeira máquina de beneficiamento de batata

aqui da região. E a partir daí nós começamos a lavar batata. Lavar, produzir, vender e beneficiar para outros produtores. Foi a partir daí que nós começamos a crescer (Augusto, 41 anos).

O aumento da produtividade era crescente devido a modernização agrícola, bem como o desenvolvimento de uma cadeia de comercialização regional. Porém, dois fatores barravam esse crescimento. 1) a limitação das pequenas propriedades, característica das regiões de colonização, pois os lotes recebidos pelo governo na chegada dos imigrantes na colônia eram, na maior parte, de até 22 hectares (VENDRAME E ZANINI, 2014); 2) uma doença chamada de “murcha da batata”, cientificamente conhecida como murcha bacteriana¹⁷. A doença limita ainda mais as áreas de cultivo, visto seu grau de contaminação do solo que inviabiliza o plantio da área contaminada por até três anos. Segundo o relato de uma dos plantadores de batata a realidade se apresentava da seguinte forma:

No plantio de batata tinha a famosa murcha da batata ou murchadeira, que se falava. E aí, na realidade, como são duas safras por ano, a cada safra tinha que mudar de área. E em função de uma área pequena, esgotou. Aí, minou a tal de murchadeira na batata, aí tinha que sair para arrendar terra, achar uma terra nova, que não tivesse contaminada (Otávio, 53 anos).

Arrendar as áreas vizinhas era improvável, pois naquele período, segundo os entrevistados, praticamente todas as propriedades das comunidades cultivavam batata, se não como carro chefe, entre uma das principais atividades.

Daí então não tinha mais oferta de área pra arrendar na região. Antes plantavam um hectare e foram aumentando, sabe? As famílias, foram aumentando a proporção de plantio e aí, daqui a pouquinho, esgotou as áreas (Roberto, 44 anos).

As limitações territoriais eram um grande entrave para a reprodução social das famílias colonas, e a partir disso, a migração para regiões de campo surge como oportunidade de melhorar de vida. Mesmo passando por muitas dificuldades nos primeiros anos, pois a mecanização da lavoura ainda era realidade de poucas famílias no início de 1980, os *batateiros* utilizavam de estratégias comunitárias, como por exemplo as famílias que já haviam adquirido trator na comunidade prestavam serviço aos vizinhos e os mesmos pagavam em mão de obra, possibilitando assim a migração e expansão das lavouras de batata para outras regiões. Otávio,

¹⁷ A murcha bacteriana é a principal doença que ocorre no cultivo da batata, em nível mundial, sendo responsável pela destruição de inúmeros campos de produção. Mas é na produção da batata-semente que o problema é mais grave, porque, neste caso, a ocorrência de um simples tubérculo infectado pode condenar todo o campo de produção (BERIAN E ALMEIDA, 2016, p. 128).

filho de um dos primeiros *colonos batateiros* a arrendar áreas em São Martinho da Serra em 1981, relata sobre as dificuldades nos primeiros anos, valorizando a união da família naquele momento de dificuldade:

Você pensa em dificuldade, não tinha uma máquina própria, não tinha um caminhão, não tinha um trator. Aí, essas minhas duas irmãs¹⁸ mais velhas que eu cito aí, acampadas numa lona com duas águas, sabe, um acampamento, sem onde dormir, sem onde fazer comida, frio. E assim era, uma situação precária financeira (Otávio, 53).

Roberto, 44 anos, outro entrevistado, confirma o relato de Otávio e vai além, dizendo que a batata era a cultura que dava dinheiro na época, no entanto sua expansão se limitava pela falta de mecanização disponível para a conversão dos campos em lavouras. Nesse período, as famílias não residiam em São Martinho da Serra, nos períodos de trabalho intenso, muitos ficavam acampados durante a semana em barracas e voltavam para suas comunidades no final de semana.

Entretanto, apesar de todas estas limitações enfrentadas pelos *colonos*, no que diz respeito a expansão do cultivo da batata, como citado anteriormente, em meados de 1990, a pecuária extensiva praticada nas regiões de Pampa do Rio Grande do Sul iniciava um processo de crise (PICCIN, 2021), o preço pago pelo Kg do boi vivo despencou, bem como a crise mundial do mercado de lã (CHELOTTI, 2009), inviabilizando assim, as duas principais atividades de alguns municípios próximos da região de colônia, como é o caso de São Martinho da Serra/RS. Nesse período, os *estancieiros* e *pecuaristas familiares*, viram no arrendamento uma estratégia de manter-se na atividade pecuária. Alguns cobravam como pagamento ao arrendamento das áreas apenas a pastagem cultivada de inverno, que em consequência da alta adubação feita no plantio de batata tornavam-se extremamente produtivas e, portanto, esta estratégia acabava crescendo entre os pecuaristas, que logo começaram a oferecer áreas aos *batateiros*. Como sugere o relato de Roberto, 44:

Entrou o pessoal da batata e botaram bastante adubo. Começaram a investir mais no solo. Aí, eles (pecuaristas) começaram a ver que dava uma pastagem muito boa. Então os primeiros arrendamentos foram pela pastagem. Principalmente no ano fechado, porque a batata é dois plantios por ano. Mas no plantio de inverno, que daí tu colhe ela em maio, junho e já entra com o azevém, por exemplo (Roberto, 44).

O transporte da batata para a comercialização era feito por alguns *colonos* mais

¹⁸ As duas irmãs mais velhas do entrevistado, nos primeiros anos da migração para São Martinho da Serra participavam ativamente do plantio de batata como mão de obra direta.

capitalizados que haviam adquirido caminhão próprio. No trabalho de campo, três dos sete entrevistados, além de produzir batata, compravam dos vizinhos, transportavam e comercializavam o produto em outras regiões. Importante frisar que a dinâmica de comercializar em outras regiões facilitava a troca de informações sobre áreas disponíveis para arrendamento. Um dos entrevistados argumenta que hoje, os que estão entre os grandes *sojicultores* em São Martinho da Serra, eram além de produtores, comerciantes e intermediários que possuíam caminhões. “Os pequenos não saíam pra arrendar, era mais o pessoal que tinha caminhão, condição de sair longe” (Roberto, 44).

Nesse sentido, podemos separar os *batateiros* da nossa pesquisa em dois grupos: 1) os que eram apenas produtores e que hoje consideram-se produtores *médios* dentro da realidade agrária da região; 2) os que eram além, de produtores, também transportadores e intermediários, que hoje consideram-se *grandes* produtores. Como dito anteriormente foram entrevistadas sete famílias, entretanto uma das famílias não faz parte do grupo de *sojicultores* que é descendente dos *batateiros*, esta família, portanto, não será citada no decorrer desta seção, mas irá compor a Tabela a seguir entre *médios* e *grandes* produtores identificado como Luiz, 63 anos.

Tabela 02 - Quantidade de área própria, arrendada e total entre os grupos 1 e 2

Grupo 1 (médios)	Área própria (ha)	Área arrendada (ha)	Área total (ha)
Otávio, 53 anos	146	414	560
Roberto, 44 anos	90	360	450
Luiz, 63 anos	200	100	300
Grupo 2 (grandes)	Área própria (ha)	Área arrendada (ha)	Área total (ha)
Vinicius, 40 anos	2.200	400	2.600
Augusto, 41 anos	2.000	0	2.000
Marcos, 55 anos	700	800	1.500
Carlos, 77 anos	100	1.500	1.600

Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo.

A Tabela 2 ilustra como o grupo 2 por ser também transportador e intermediário beneficiou-se, sobretudo na aquisição de áreas próprias. Sendo que, dos *grandes*, somente Carlos, 77 era apenas produtor de batata, o que pode estar atrelado a condição de grande arrendatário de terras em São Martinho, pois os 100 hectares de área própria estão localizados no Distrito de Três Mártires. Outro ponto importante a ser destacado, é que o produtor possui 300 hectares arrendados, contabilizados na Tabela 2, no município de Itaara/RS.

O produtor Augusto, 41 possui atualmente, apenas 328 hectares de área própria em São Martinho da Serra, o produtor argumentou que pela alta valorização da terra no município, sua família optou por vender uma parte (100 ha) e arrendar o restante (228 ha) para outros *colonos*. Com o valor da venda e do arrendamento o produtor investiu em terras mais baratas em outros municípios, como São Gabriel, São Sepé e Júlio de Castilhos, contabilizando o total de 2.000 hectares de área própria. Ou seja, atualmente a área própria deste produtor em São Martinho da Serra serve como fonte de renda para a família, através do arrendamento, para outros *gringos*.

Na Tabela 1 podemos perceber a vantagem que produtores de batata que também transportavam e intermediavam o produto, obtiveram na aquisição das terras no período de migração. Em contrapartida, o grupo 1, em geral adquiriu pouca área própria, o que ficou claro nas entrevistas quanto à queixa pelo valor pago, nos dias atuais, pelo arrendamento.

Mas assim, a região São Martinho é o mais caro. Se você falar com um cara que paga 22, 23, tem gente com 25 sacos de soja/hectares/ano fechado. Os caras vão te chamar de doido. E o cara é doido, na verdade. Por exemplo, pega um ano que nem esse (2023) o trigo vai dar um fracasso. Vai tirar renda de onde? A soja nós já viemos apanhando (Roberto, 44).

A queixa citada está diretamente relacionada ao poder que os proprietários (pecuaristas) possuem sobre o grupo 1 (médios), a supervalorização da terra no município é como se fosse um “tiro no próprio pé” deste grupo. Pois normalmente, no primeiro arrendamento a terra ainda é “campo bruto” (formação campestre original) posteriormente é transformada em lavouras de soja pelos próprios, e assim, valorizadas pelo trabalho dos *colonos*, no entanto quem irá determinar o preço pago pelo hectare/ano são os proprietários. O grupo 2 (grandes) tem menos problema quanto a isso, pois possuem área própria suficiente para não depender dos *estancieiros* e *pecuaristas familiares*, tendo assim, maior poder de negociação.

No decorrer dos primeiros anos em São Martinho da Serra, em pequena escala, outras culturas eram cultivadas pelos *batateiros*, dentre elas a soja, que viria a se tornar o principal produto nos anos 2000. O período de grande transição da batata para a soja foi entre 1995-2005, conforme a Tabela 3, São Martinho da Serra, triplicou o total de área dedicada à soja nesta década.

Tabela 03 – Área total de uso e cobertura do solo em São Martinho da Serra entre 1995-2005.

Ano	1995	2005
Formação campestre natural	62%	45%
Agropecuária	15%	32%
Soja	9%	29%
Formação florestal natural	24%	23%

Fonte: MapBiomias, 2022. Adaptação do autor.

Na Tabela 3 podemos perceber que houve grande avanço da soja em termos de território, mas também em termos de atividade agropecuária, pois dos 32% de área utilizada pela agropecuária 29% era dedicada a soja em 2005, isso indica que foi entre 1995-2005 que a transição ocorreu, o que vai de encontro com o que a maioria dos entrevistados relatou, o último a desistir da batata, o fez em 2008.

Mas o que motivou esta transição rápida entre uma cultura tradicionalmente produzida pelas famílias para uma cultura secundária como a soja? No que tange questões conjunturais externas às famílias, destacamos alguns pontos principais: 1) a crise da pecuária atinge fortemente a dinâmica econômica e social dos *estancieiros* e da *pecuária familiar*, abrindo espaço para outros agentes sociais ocuparem à terra, seja pelo arrendamento ou pela aquisição (PICCIN, 2021); 2) a criação do Pronaf e seu aumento progressivo de recursos alocados para os agricultores familiares, onde os maiores beneficiários foram os agricultores familiares da região Sul, oportunizando a mecanização e assim a expansão de suas atividades, incluindo a migração para regiões tradicionalmente de pecuária (AQUINO, GAZOLLA E SCHNEIDER, 2018); 3) a entrada da soja transgênica, aumentando os índices produtivos da atividade e reduzindo os custos de produção (MIRANDA (2011); 4) a crescente demanda chinesa por soja, onde nesse processo o Brasil entra como principal exportador do grão (WILKINSON, 2023); 5) oscilação dos preços da batata (relato dos entrevistados); 6) dificuldades na aquisição de mão de obra para a atividade da batata (relato dos entrevistados); 8) ótima fertilidade do solo e boa acumulação pluviométrica em São Martinho da Serra/RS (relato dos entrevistados).

Diante de todos estes fatores externos às famílias, não houve apenas uma conversão simples entre as atividades batata e soja, contudo, houve também, a passagem do gerenciamento total ou parcial da propriedade dos pais *batateiros* para seus descendentes, os filhos *sojicultores*. Decisão essa, relatada como uma necessidade determinante para a manutenção da atividade agrícola atual, segundo os mesmos, a cultura da soja exige conhecimento tecnológico que os pais *batateiros* teriam mais dificuldades em apreender, sobretudo pela rápida evolução

tecnológica do agronegócio. Na maior parte das famílias do grupo 1 (grandes) os pais *batateiros* continuam disponibilizando sua mão de obra nas lavouras, em alguns casos mais que os próprios filhos, que ficam responsáveis por questões administrativas.

Não foi possível entrevistar todos os pais *batateiros* e seus filhos *sojicultores* nas seis famílias que se encaixam nesta sucessão, de modo que, os entrevistados variaram conforme a disponibilidade de cada família. Na Tabela 4 a seguir serão separadas as categorias conforme os nomes fictícios e suas respectivas idades para uma melhor compreensão no decorrer do trabalho.

Tabela 04 – Grupo de entrevistados conforme as categorias geracionais, pais batateiros e filhos Sojicultores

Pais batateiros		
Grupo 1 (médios)	–	–
Grupo 2 (grandes)	Carlos, 77 anos	Marcos, 55 anos
Filhos sojicultores		
Grupo 1 (médios)	Vinicius, 40 anos	Augusto, 41 anos
Grupo 2 (grandes)	Roberto, 44 anos	Otávio, 53 anos

Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo

A passagem de gerenciamento entre pais e filhos não é total no caso do grupo 2 (grandes), tendo em vista que se utilizam da experiência dos pais, principalmente na presença direta nas lavouras, junto aos empregados, contando com seu monitoramento constante do trabalho e da qualidade das lavouras. Quanto aos filhos, a responsabilidade principal é dedicada ao trabalho administrativo e contábil, verificação de índices produtivos, controle de estocagem de insumos, responsabilidade pelas questões salariais e judiciais quanto aos empregados, atendimento de fornecedores, atualização tecnológica, etc. Ou seja, trabalhos em geral de escritório, características de uma propriedade empresarial que conta com o gerenciamento familiar. A responsabilidade, é claro, não fica por conta somente do filho, existe pelo menos um funcionário (a) que auxilia estas funções administrativas.

Importante ficar claro que os dois grupos contam sempre com no mínimo dois membros da família envolvidos no gerenciamento da propriedade. Uma diferença importante entre o grupo dos *grandes* e *médios* produtores é o nível de consanguinidade entre os gerenciadores, no caso dos *grandes*, o gerenciamento é feito apenas por uma família nuclear (os pais e seus filhos), já nos *médios*, nos dois casos, há a união de duas famílias nucleares entre irmãos

homens, no caso dos *batateiros* e, por conseguinte a passagem para dois filhos homens de cada família entre os *sojicultores*. Como descreve um dos entrevistados do grupo 1:

[...] Meu pai e o irmão dele, como os outros irmãos nenhum se manteve na área da agricultura, o que seguiu foi o meu pai e meu tio. E daí depois, a outra geração que é minha e do meu primo a gente continuou a sociedade e toca o barco junto ainda, até hoje (Roberto, 44).

Quanto ao grupo 1 (médios), por se tratarem de propriedades menores, o número de empregados também é reduzido, normalmente contando com apenas um empregado fixo e nas épocas de plantio e colheita investem na contratação de mais um ou dois empregados temporários. Neste caso, os pais *batateiros* pararam de trabalhar ainda quando a soja não havia entrado no processo de grande expansão no município (a partir de 2005). Logo, não existe uma separação das atividades tão rígida quanto no grupo 2, os produtores realizam atividades de lavoura e administrativas, sempre contando com pelo menos um dos membros com formação superior em ciências agrárias, a questão de investimento em capital cultural será abordada posteriormente. A Tabela 5 a seguir informa o número de empregados fixos e temporários por família entrevistada.

Tabela 05 – N° de empregados fixos e temporários entre os produtores

Grupo 1 (médios)	Empregados fixos	Empregados temporários	Total
Otávio, 53	1	3	4
Roberto, 44	0	2	2
Luiz, 63	1	1	2
Grupo 2 (grandes)	Empregados fixos	Empregados temporários	Total
Carlos, 77	7	9	16
Vinicius, 40	10	4	14
Augusto, 41	8	4	12
Marcos, 55	6	2	8

Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo

Os empregados temporários são contratados em épocas de pico de trabalho, normalmente no plantio e colheita da soja. A partir dos dados da Tabela 5, podemos perceber que a relação entre mão de obra familiar direta é maior no grupo 1, tendo em vista o trabalho nas atividades de lavoura entre todos os membros da família, no grupo 2, entretanto, os

membros da família, na maior parte o pai *batateiro* fica responsável por estas atividades junto aos empregados, o que sugere a permanência do *habitus*¹⁹ de *colono* que mantém a relação com a mão de obra direta na atividade agrícola, enquanto os filhos mantêm uma relação de gestão administrativa com a propriedade. Quanto aos pais *batateiros*, podemos analisa-los em comparação aos *gringos* analisados no trabalho de Piccin (2021, p. 291), em que conforme o autor:

O fato de ter “mania de estar todo dia lá cuidando” das lavouras, ou ter como lema “se tu não sabe fazer, não sabe mandar” os empregados, poderia resumir todo o sistema de disposições sociais internalizado desde a infância com os pais, reforçada e reafirmada positivamente pela prática ao longo de suas próprias trajetórias. Não seria razoável esperar outro tipo de *habitus* o trabalho com a terra como a única medida e possibilidade de progresso social ao longo das gerações.

Isso se deve aos limites do campesinato tradicional citados por Wanderley, 2004, além do investimento em capital cultural aos filhos *sojicultores*. Nesse sentido, há na passagem do gerenciamento para os filhos, de modo geral, processos de rupturas e continuidades entre o campesinato e a agricultura familiar moderna. Wanderley (2003, p. 46) indica os limites do saber campesino diante das, cada vez mais modernas, técnicas de manejos agrícolas e de gerenciamento administrativo da propriedade rural, consequentes da modernização agrícola:

O saber tradicional dos camponeses, passado de geração em geração, não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico. O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade.

No grupo 2 (grandes proprietários), por exemplo, o produtor Carlos, 77, era o único que não estava na propriedade no horário de trabalho. Esse entrevistado se diferencia dos demais pelo fato de ter parado totalmente com o trabalho na lavoura devido sua idade avançada. O mesmo passou totalmente o gerenciamento das propriedades para seus dois filhos homens respectivamente com 46 e 44 anos. Vale ressaltar, que seus filhos homens são os únicos da nossa amostra de pesquisa que não possuem formação acadêmica e gerenciam as propriedades através da experiência na lavoura adquirida desde a infância no trabalho com o pai, no entanto, fazem parte de uma geração mais afeita às relações de controle e gestão do atual agronegócio em relação ao pai. Além dos dois filhos homens, Carlos 77 é pai de duas mulheres, quando perguntado sobre os filhos ainda ressalta que as mulheres optaram por estudar e sair do meio

¹⁹ O conceito de *habitus* será trabalhado na seção 2 com maiores aprofundamentos

rural:

Tenho quatro, dois homens e duas mulheres. Os homens trabalham na agricultura e as mulheres, uma é enfermeira e a outra é psicóloga, essa atende em Ivorá/RS e Santa Maria/RS e reside em Santa Maria e a outra (enfermeira) em Carlos Barbosa/RS. As gurias (filhas) quiseram sair da colônia (Carlos, 77).

A maior parte das filhas mulheres pertencentes às famílias entrevistadas buscaram independência financeira através do investimento em capital cultural, sobretudo em cursos tidos como urbanos, como psicologia, enfermagem, contabilidade e pedagogia, com exceção da família de Otávio, 53, onde uma de suas filhas cursa engenharia agrônoma. De modo geral, as diferenças entre gêneros nas atribuições das famílias camponesas sempre estiveram presentes, à mulher encarregada pelo consumo familiar e o homem pelas funções produtivas envolvendo a prática agrícola (GARCIA JR. E HEREDIA 2009). Porém estas atribuições foram convertidas em novas possibilidades com o passar do tempo, muito pelo estreitamento entre rural/urbano e outras alternativas às mulheres que não a de permanecer na antiga estrutura patriarcal. No entanto se percebe, no grupo pesquisado, um distanciamento das mulheres em relação às atividades agrícolas, mantendo assim, o sistema patriarcal camponês do homem chefe de família no gerenciamento das atividades agrícolas. Conforme Carneiro (2001):

O papel da família como instância privilegiada de mediação entre o indivíduo e a sociedade é neutralizado, abrindo-se espaço para estratégias concorrentes e antagônicas entre o indivíduo e a família, o que, sem dúvida, surte efeitos nas relações sociais de gênero e na posição da mulher na sociedade Rural. O enfraquecimento da autoridade patriarcal decorrente da própria crise do sistema de reprodução, e o estreitamento das relações entre o campo e a cidade, abrem novos espaços à socialização feminina. As mulheres já não vêem no casamento ou na atividade religiosa as únicas fontes de inserção social. Cada vez mais, elas buscam formação profissional qualificada para o mercado de trabalho urbano (CARNEIRO, 2001, p. 42)

As esposas, nas sete famílias entrevistadas, são descendentes de imigrantes italianos, o que sugere uma estratégia de perpetuação, através do matrimônio, das visões simbólicas de mundo tanto quanto a passagem do poder material (PICCIN, 2021). No caso dos *colonos*, formando uma espécie de manutenção da identidade e racionalidade do grupo doméstico camponês que são praticadas através das estratégias de reprodução social do grupo, essas serão abordadas na seção seguinte. Os filhos *sojicultores*, que atualmente gerenciam as propriedades, cresceram apreendendo os saberes tradicionais citados por Wanderley (2003), no entanto, as práticas cada vez mais modernas do agronegócio, exigem também conhecimento técnico. Em vista disso, das sete famílias entrevistadas apenas uma não possuía pelo menos um filho com ensino superior

ou técnico, e cinco delas investiram em cursos voltados para as ciências agrárias. Os cursos não foram escolhidos ao acaso pelos filhos, o investimento em capital cultural visava o retorno dos filhos às propriedades com intuito de suceder o gerenciamento das mesmas, particularmente em atividades administrativas e altamente tecnológicas exigidas pelo agronegócio.

Como dito anteriormente, no grupo 2 (grandes) apenas Carlos, 77 não estava em horário de trabalho entre os pais *batateiros*, o restante estava em atividade de lavoura gerenciando o trabalho dos empregados. Entre os pais *batateiros* que estavam trabalhando, apenas Marcos, 55 parou com a atividade para realizar a entrevista, os outros dois, Vinicius, 40 e Augusto, 41 fazem parte do grupo dos filhos *sojicultores* do grupo 2 (grandes) que estavam em atividade de escritório, enquanto seus pais gerenciavam a colheita de trigo nas lavouras. Quanto ao grupo 1 (médios), nos dois casos os pais *batateiros* não fazem mais parte de nenhum processo produtivo nas propriedades, caso semelhante ao de Carlos, 77 que passou o gerenciamento total para os filhos, os três casos envolvem a idade avançada dos pais.

Dito isso, as relações de trabalho com a passagem parcial ou total do gerenciamento das propriedades diferenciam-se entre os grupos 1 e grupo 2. O grupo 1 (médios) por possuírem propriedades médias, dividem-se em atividades administrativas e de lavoura. Bem como, não contam mais com a participação dos pais *batateiros* na gestão da propriedade. Mesmo assim, a participação familiar se mantém, porém com a união de duas famílias de irmãos *batateiros* que passam a gestão para dois primos *sojicultores*. Houve investimento de capital cultural nos dois casos deste grupo, logo a junção entre aprendizado tradicional do trabalho direto na lavoura com o investimento nos estudos possibilita a gestão das propriedades no modelo empresarial do agronegócio da soja.

No caso do grupo 2 (grandes), com exceção de Carlos 77, as relações de trabalho são divididas entre pais *batateiros* e filhos *sojicultores*. Os filhos neste grupo mantêm uma relação de gestor administrativo da propriedade, com atividades de certa forma distantes da lavoura, enquanto os pais utilizam sua experiência direta no trabalho agrícola para gerir as lavouras e os serviços prestados pelos empregados. Isso se deve também, a grande quantidade de relações mercantis que denotam da expressiva área de cultivo destas famílias.

3.3. AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS COLONOS

Nesta seção serão abordadas as estratégias de reprodução social analisadas a partir das entrevistas realizadas no trabalho de campo. Tais estratégias, foram utilizadas pelos *colonos* para entrar no território agropecuário de São Martinho da Serra/RS e posteriormente expandir sua

ocupação territorial. Os relatos dos entrevistados em conjunto com a literatura presente sobre a temática serão centrais nesta abordagem. Serão avaliadas também, as condições sociais e econômicas que influenciaram a ascensão social das famílias no período delimitado, procurando compreender a dinâmica interna das famílias e como essa contribuiu para a realização dos investimentos e ampliação dos negócios.

Entende-se com Bourdieu por estratégias de reprodução social as práticas não necessariamente conscientes e racionais, internalizadas pelos agentes através das condições sociais em que os mesmos constroem sua identidade e, que são reproduzidas buscando manter ou melhorar a posição na estrutura social. Estas práticas são geradas pelo *habitus*, conceito utilizado também por Bourdieu (1983a, p.61) como “sistema de disposições duráveis estruturadas de acordo com o meio social dos sujeitos e que seriam predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações” (BOURDIEU, 1983; BOURDIEU, 2020).

Para compreender o sistema de estratégias deste grupo serão apontadas características passadas entre gerações e que foram internalizadas e, assim, decisivas nas disposições do grupo perante o espaço social em que se encontram. “Tais práticas e as lógicas que as orientam estão articuladas umas às outras pela posição e *habitus* que se busca reproduzir” (PICCIN, 2021, p. 43). Diante disso, existem estratégias de reprodução social singulares que identificam este grupo e nos ajudam a compreender suas motivações e escolhas ao longo de sua trajetória social e, que influenciaram na ascensão econômica deste grupo. Dito isso, o primeiro ponto a ser considerado é quem eram os imigrantes vindos da Itália para o Brasil, especificamente para a colônia de Silveira Martins em 1878, onde o grupo entrevistado é descendente. Para isso temos nas memórias do migrante Júlio Lorenzoni o seguinte relato:

Tratava-se de uma migração familiar, de católicos, camponeses e pobres em sua maioria, com algum letramento e dominando técnicas de agricultura diversas daquelas que teriam que desenvolver inicialmente no Rio Grande do Sul (LORENZONI, 1975 apud ZANINI E SANTOS, 2022, p.7).

Conforme o relato, a migração que ocorreu na colônia de Silveira Martins (região central do Rio Grande do Sul) foi composta, sobretudo, por famílias camponesas pobres e católicas. De antemão são características formadoras do *habitus* grupal dos imigrantes, pois já existe certa homogeneidade no grupo. “Dentro desta perspectiva, a história de um indivíduo se desvenda como uma “variante estrutural” do *habitus* de seu grupo ou de sua classe, o estilo pessoal aparece como desvio codificado em relação ao estilo de uma época, uma classe ou um grupo social (ORTIZ, 1983, p. 18).

A construção é singular, no entanto não é estática, pois junto com a migração novas práticas, relações econômicas e culturais são atualizadas a partir da nova realidade que os agentes estão inseridos. Posto isso, as famílias camponesas pobres e católicas, que em geral, formaram a colônia de Silveira Martins no século XIX são o ponto de partida para compreendermos o sistema de estratégias de reprodução que foram colocadas em prática pelo grupo estudado na ocupação do território agropecuário de São Martinho da Serra/RS, tendo em vista que todos entrevistados são descendentes de algumas destas famílias.

O contexto de escassez de recursos em que os migrantes encontravam na Itália tornou a possibilidade de ser proprietário de pequenos lotes de terra no Sul do Brasil algo atraente e, que potencializou o ideário de uma vida melhor (ZARTH, 2002), algo que continua presente no discurso de seus descendentes, uma vez que, a frase “buscando sempre melhorar de vida” foi repetida por todos entrevistados quando perguntados sobre a principal motivação quanto a migrar para São Martinho da Serra/RS.

Entendendo o ato de migrar como parte do sistema de estratégias de reprodução, o simples ato, visando melhorar de vida, não diz muita coisa, de modo que, existem três bases importantes que historicamente encorajaram este grupo a tentar a “sorte” seja em outros países ou neste caso em outras regiões: a *religiosidade o trabalho e a família*.

[...] Entendemos que esta religiosidade, além de lhes oferecer uma determinada ordem de mundo, fortalecia um ethos no qual o trabalho era algo vital, seja enquanto atividade econômica, seja enquanto valor moral. Assim, o trabalho era algo constituído e constituidor pelo/do *habitus* grupal, encarregado também de marcar os corpos (hexis) na postura, atitude, força, destreza e aptidão para as lidas. [...] No Álbum comemorativo do primeiro cinquentenário da imigração italiana para o Rio Grande do Sul, de 1925, [...] o trabalho familiar aparece como motor da riqueza. A ele estaria associado a religiosidade e um sentimento de busca por ascensão baseado na poupança e no sentimento constante de abnegação. [...] A religião é sempre apontada como um elemento central para explicar a solidariedade intergrupal, e também como um fator distintivo entre os descendentes de imigrantes italianos e os demais brasileiros que habitavam a região. O trabalho era, e ainda é visto como uma “vocação” e eles se consideram trabalhadores sóbrios, dedicados, acreditando que o trabalho em si é uma finalidade e que a sua dedicação a ele é uma forma de cumprir com os desígnios sagrados (SANTOS E ZANINI, 2009a, p. 181, 182, 184)

Esta tríade trabalho, religião e família está na base histórica da construção do *habitus* das famílias pesquisadas neste trabalho. Essa base, que deu sustentação ao sentimento de pertencimento entre os imigrantes na chegada ao Brasil, também desenvolveu um ideário de distinção do *colono* italiano perante os outros grupos e, que é passado de geração em geração (SANTOS E ZANINI, 2009a). Esse sentimento de pertencimento a um grupo fortalece e legitima as práticas adotadas pelos agentes, no caso de serem moralmente aceitas pelo grupo.

[...] O único foco de calor junto ao qual podemos nos reaquecer moralmente é o formado pela sociedade de nossos semelhantes; as únicas forças morais pelas quais podemos sustentar e aumentar as nossas são aquelas que o outro nos fornece (DURKHEIM, 1996, p. 228).

Portanto, somente compreendendo as bases (religião, família e trabalho), que dão sustentação às práticas do grupo é que poderemos analisar as motivações e ambições destes agentes em suas trajetórias. No caso pesquisado, estas bases agem como valores que constroem no imaginário dos *colonos* uma suposta diferenciação entre os antigos proprietários das terras de São Martinho da Serra (*estancieiros e pecuaristas familiares*). Quando ao serem perguntados sobre tal diferenciação, o casal entrevistado responde:

Sabe, eu acho que uma coisa que é importante é que os *gringos* quando vieram, eles tinham só pedacinhos de terra, eles aqui (*estancieiros*) tinham bastante terra. Então assim os *gringos* aprenderam a trabalhar naquele pouquinho de terra que tinha, e foram vendo para se expandir. Ao contrário do que eles têm aqui. Os *gringos* então, viram uma chance de melhorar (Livia, 58 anos, esposa). [...] Eu acho que eles passavam dificuldades também, eles tinham bastante terra, mas não souberam usar, eu não sei o *italiano*, o *gringo*, ele quer sempre ter mais, produzir mais e eles não, eles estão satisfeitos (Luiz, 63).

A frase, “quer sempre ter mais, produzir mais e eles não, eles estão satisfeitos”, identifica uma visão de mundo que se contrapõe, um contraste atribuído entre *gringos* e *estancieiros* pelo casal entrevistado. Esse contraste, entre estes diferentes grupos sociais é trabalhado por Piccin (2021), o autor argumenta que num contexto de descenso econômico e, por conseguinte social, os *estancieiros* tendem a manter-se em descompasso às exigências do campo econômico que se tornou hegemônico no espaço social analisado, podemos então atribuir aos *estancieiros* o *habitus desinteressado*.

Todavia, o *habitus desinteressado* refere-se a uma das formas com que os *estancieiros* acumulam, sobretudo poder, ou seja, o reconhecimento social aparece por outros meios que não a acumulação de capital econômico. O capital simbólico é mais importante perante o reconhecimento social pelo fato dos *estancieiros* serem de linhagens importantes no município ou por não atribuírem ao trabalho na terra uma condição que lhes dê legitimidade social, reconhecimento e pertencimento à posição social de dominante, de grande proprietário de terra. Nesse sentido, diferente dos *gringos*, trabalhar na terra é algo de pouco prestígio, coisa de camadas sociais que não possuem outro meio de ganhar a vida. Contudo, ao não se importar com o dinheiro, eles se diferenciam daqueles que só pensam em dinheiro.

Voltemos à descrição do casal de *gringos* “eles tinham bastante terra, mas não

souberam usar” (Luiz, 63), nesta fala, o entrevistado referia-se a uma estância vizinha às suas terras com mais de mil hectares de formação campestre natural, com lotação animal baixa e animais considerados “velhos”. O tom de indignação é fundamentado na “oportunidade perdida” pelo *estancieiro*, tendo em vista a grande lucratividade da lavoura de soja. Posto isso, o *habitus desinteressado* encaixa-se perfeitamente nesta situação, pois conforme Piccin (2021, p. 291):

No caso dos *estancieiros*, não é que desconheçam que as lavouras possuem um rendimento monetário maior por unidade de área. Mas o cálculo é mais complexo e passa por não haver disposição de internalizar a “mania de estar todo dia lá cuidando” das lavouras. Até bem pouco tempo atrás era exatamente em contraste com essa atitude que eles se diferenciavam e se afirmavam como classe dominante no espaço social.

O *estancieiro* de São Martinho da Serra, de certa forma, tem se mantido longe da necessidade de ter que gerenciar as lavouras. Através dos altos valores do arrendamento das terras em São Martinho da Serra, os mesmos arrendando passam o gerenciamento das terras para os *gringos* e investem em outras áreas, como por exemplo, em imóveis em centros urbanos próximos, como Santa Maria/RS. Destaca-se um ponto importante nas falas dos entrevistados, não houve distinção entre *estancieiros* e *pecuaristas familiares*, ambos eram denominados e analisados pelos *gringos* como *gaúchos*. A distinção citada pelos entrevistados em relação aos *gaúchos* é reforçada quando os mesmos se auto denominam de *gringos*, como um grupo que fundamentado no trabalho, terra e popança pôde se expandir e melhorar de vida. Como descreve (Marcos, 55) quando perguntado sobre os antigos proprietários em relação a venda ou o arrendamento das terras:

Uma que o pessoal daqui não gosta é de trabalhar. Trabalhar não é com eles, gostam de andar a cavalo, rodeio e isso e aquilo. E hoje isso aí, se tu não trabalhar e administrar direito, não funciona. O que eu vejo é que os caras acharam melhor arrendar as áreas, viver do arrendamento do que eles próprios trabalhar, e eles são muito atrasados, não acompanharam a evolução, desde o gado. Às vezes o pessoal fala, não, mas tu expulsou o fulano de lá, não fui eu que expulsei ele, eu não obriguei ele a vender a área, ele vendeu porque achou que era um bom negócio e eu acho que graças aos produtores de soja, os *gringos* que vieram aqui, é que valorizou essas terras, porque se não hoje eles poderiam viver muito tranquilos só do arrendamento e não precisam vender as terras, mas sei lá, venderam pra investir em apartamento ou alguma outra coisa (Marcos, 55).

Em todas entrevistas, a categoria trabalho foi invocada como parte do *ethos* que diferencia os *colonos* dos demais grupos sociais do município. Nesse sentido, “O trabalho deve ser observado como algo que era agenciado na relação entre os elementos da religiosidade e da família [...]” (SANTOS E ZANINI, 2009 p. 177). A valorização da terra também surge como

distinção entre os *colonos*, *estancieiros* e *pecuaristas familiares*. Como sugere a visão de um dos entrevistados sobre a facilidade com que a terra é vendida ou arrendada pelos grupos originários de São Martinho da Serra/RS:

Vou ser direto e não quero condenar eles. Na realidade eles nunca derramaram uma gota de suor pra adquirir às terras. [...]. Então, eu atribuo que quando uma pessoa não derrama uma gota de suor e não sabe de onde vem, eu acho que eles se desfazem bem fácil (Otávio, 53).

Mas porque São Martinho da Serra/RS? E qual a relação entre o sistema de estratégias de reprodução dos *colonos* e o município? Primeiramente, cabe chamar a atenção para o contexto histórico-agrário de São Martinho da Serra, que contrasta diretamente com a Colônia de Silveira Martins. Este contraste é descrito por todos entrevistados principalmente em dois aspectos: 1) o baixo preço da terra em São Martinho da Serra na chegada dos *batateiros*; 2) a quantidade de terra disponível para a expansão agrícola. Lembrando que São Martinho da Serra/RS até o início dos anos 2000 tinha como base de sua economia a atividade de pecuária extensiva em formação campestre natural, praticada por *estancieiros* e por *pecuaristas familiares*, atividade essa, prejudicada pelo agravamento da crise no preço pago ao boi vivo a partir de 1990 (PICCIN, 2021).

Posto isso, vamos abordar agora, algumas estratégias identificadas nas falas dos entrevistados ligadas à conjuntura externa às famílias, como por exemplo a utilização de políticas públicas. Além de outras questões ligadas às dinâmicas internas das famílias, como por exemplo, o investimento em capital cultural nos filhos homens direcionados a títulos de profissões voltadas a ciências agrárias. Esta ligação entre a dinâmica interna familiar e a conjuntura externa se mostra como uma relação interdependente e que está em constante transformação.

É preciso insistir que, pela sua própria natureza, o campesinato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem precisamente, pelo fato de manterem com a chamada “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis. Dessa forma, o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade. Resta saber, em cada momento, de que sociedade englobante e de que campesinato se trata e como este se integra àquela (WANDERLEY, 2003, p. 45).

Quanto a organização do grupo doméstico, a geração dos *batateiros* foi criada em famílias cuja tradição se mantinha estruturada na família camponesa referida por Garcia Jr. e

Heredia (2009) em que o homem (pai de família) chefia as atividades que envolvem a prática agrícola e a mulher (mãe de família) as questões relacionadas ao consumo. No entanto, além da organização do consumo doméstico, em cinco das famílias entrevistadas as “mães de família” ainda prestavam trabalhos fora deste ambiente. Sendo três professoras de ensino fundamental aposentadas, uma servidora pública aposentada e outra trabalha atualmente no escritório da família. Esta particularidade envolvendo as matriarcas, sugere certa segurança econômica ao grupo doméstico no caso de risco de insucessos pertinentes à migração para outra região. Conforme Garcia Jr. e Heredia (2009) nos grupos domésticos camponeses, o trabalho externo ao estabelecimento agrícola é pouco considerado pelo meio acadêmico, mas é de grande valia para a reprodução do grupo, sobretudo em épocas de escassez.

Nas primeiras aquisições de terra em São Martinho da Serra/RS, uma das estratégias utilizadas pelo grupo foi a venda das terras nos municípios de origem, tendo em vista que o preço das terras na colônia eram maiores que das áreas de campo nativo em São Martinho da Serra. Fica claro nas entrevistas que os fatores de concentração fundiária e de ideia vinculada a baixa fertilidade dos solos de campo foram essenciais nessa diferenciação entre os valores das áreas. Um dos entrevistados relata que quando surgiu a oportunidade de comprar uma área de 117 hectares em São Martinho da Serra, logo o mesmo vendeu uma área de 47 hectares onde plantava batata na comunidade de Taquarimbó (Júlio de Castilhos):

Apareceu essa área de terra pra comprar aqui em São Martinho, porque na época eu plantei uma lavoura de batata aqui, bem pertinho, nós deixava as máquinas aqui nesse silo que era de um *granjeiro*, aí o capataz dele disse: “ó, os filhos do velho (*granjeiro*) vão vender um pedaço de terra aqui em baixo, tu não quer comprar?” Aí eu pensei, se eu vender a minha lá no Taquarimbó eu compro aqui, eram 117 hectares que estava pra vender (Marcos, 55).

Quando havia limitações financeiras para a aquisição das terras, o que era comum na chegada, os *colonos* também lançavam mão de parcerias para fechar o negócio e não perder a oportunidade de compra. As principais compras de terra se deram pela possibilidade de expansão do cultivo de soja, isso se deve a alta exigência por escala de produção por hectare que a cultura exige, aspecto esse, que se difere da produção de batata, pois o alto rendimento por hectare que a cultura apresenta não faz necessária a aquisição ou o arrendamento de grandes áreas. A seguir um entrevistado relata uma parceria entre seu pai e outro *colono* vizinho de comunidade para fechar negócio de uma grande extensão de terra:

Teve outra fazenda que começaram a vender que era uma sobrinha desse *estancieiro*. Daí o pai foi conseguindo meio que comprar. Depois na última pegada o cara quis vender muito, assim, tipo 700 ou 800 hectares, que daí o pai comprou uma parte e

convidou o Júlio (pai de Augusto, 41) pra comprar outra, pra poder fechar o negócio (Vinicius, 40).

Outro ponto importante para as famílias entrevistadas foi a criação e a utilização do Pronaf tanto na modalidade investimento quanto a de custeio das lavouras. Esse período (a partir de 1996) coincide com a crise da pecuária; com a crescente demanda por soja pelo mercado internacional e, por conseguinte com evolução de seu pacote tecnológico com a chegada da soja transgênica (MIRANDA, 2011; PICCIN, 2021, WILKINSON, 2023). Ou seja, abre-se uma grande oportunidade de ampliação das lavouras, agora com a disponibilidade de crédito dedicado especialmente à categoria agricultura familiar, à qual os *colonos* enquadravam-se. Essa política de crédito teve importância, portanto, no processo de diferenciação e transformação desses antigos agricultores familiares em empresários rurais com características, atualmente, de agricultura patronal.

Quanto aos entrevistados, todos utilizaram em algum momento o Pronaf, todavia, atualmente, nenhum dos sete se enquadram na política. Como descreve Roberto, 44 “usei, mas hoje não me encaixo mais. No início eu usei bastante, até que tinha limite, enquanto conseguia me adequar”. Quando perguntado sobre a utilização do Pronaf, Carlos, 77 relata sobre as dificuldades de hoje se ter garantia na lavoura e, que antigamente, quando se enquadrava na política, era mais fácil garantir certa segurança:

Usava tudo, naquela época (quando ainda se enquadrava na política) era mais fácil. Se não dava, eu pegava Proagro e desviava mais da metade pra batata qualquer coisa, não tinha como ir mal. Hoje tu não pega nada. Esse é o problema, né? Tu gasta uma fortuna e não garante nada (Carlos, 77).

Perguntado sobre a utilização do Pronaf, Vinicius, 40 o maior produtor entre os entrevistados, expõe que a política ajudou muito sua família a chegar no patamar de independência que está hoje:

Assim, a gente sempre fez os financiamentos conforme se enquadrava. Hoje que a gente tá meio que saindo. Mas no começo isso ajudou muito. Agora é que tá aliviando, o cara já vai estabilizando, a gente não precisa tanto, não precisa ir tomar recursos pra fazer uma safa, coisa assim (Vinicius, 40).

A política de crédito foi amplamente utilizada pela agricultura familiar do Sul, mesmo tendo menor número de estabelecimentos agropecuários familiares, o Sul ficou, ao longo da história da política, com a maior parte dos recursos dentre as grandes regiões do país. Isso se deve a diversas motivações, porém, por ter sido pioneiro na apreensão do projeto de modernização da agricultura, o estado do Rio Grande do Sul consolidou-se no que a política

indiretamente fomentou ao longo de sua história, a apropriação de tecnologias de aumento de produtividade e a formação de uma classe média rural (AQUINO, GAZZOLA E SCHNEIDER, 2018).

Mesmo com todo este favorecimento o recorte socioespacial proposto, São Martinho da Serra/RS, não possuía até então uma estrutura logística e de armazenagem adequada para ampliação da produção de soja, como por exemplo silos para armazenagem de grãos, balanças e venda de insumos. Enquanto a batata era a atividade chefe dentre o *colonos* esta estrutura não era necessária devido sobretudo, a cadeia de comercialização direta entre produtores e consumidores, no entanto, para a expansão do cultivo de soja se fazia necessária uma mínima estrutura de armazenamento, visto a distância do município para com os locais de venda ou armazenamento do grão na região. Surge então, a oportunidade de estabelecimento de uma unidade cooperativa de Julio de Castilhos/RS em São Martinho da Serra/RS no ano de 2005. As cooperativas de produção e de crédito foram outro formato de organização político-econômica dos *colonos*. [...] A literatura dá destaque para o pioneirismo dos *colonos* gaúchos na formação do cooperativismo brasileiro (PICOLOTTO, 2022, p. 75).

Um dos entrevistados estava por comprar uma área de um antigo produtor de grãos do município, segundo o entrevistado o produtor era um “alemão” de Pinhal Grande que era grande produtor no Centro Oeste. “Esse cara, o *granjeiro* que te falei, ele era natural dali de Pinhal Grande para aqueles lados, um alemão. Aí começou a plantar no Mato Grosso, botou lavoura lá pra cima, ele tinha até avião, o cara era forte” (Marcos, 55). O então proprietário estava oferecendo uma de suas áreas para venda, porém, havia também, uma estrutura de silos na propriedade, todavia era exigido a venda da terra em conjunto com toda a estrutura. Sem dinheiro suficiente, o entrevistado comprou em sociedade com alguns primos à terra, já a estrutura dos silos, o mesmo procurou duas cooperativas para adquiri-las e assim, inaugurar uma unidade em São Martinho da Serra/RS. Deste modo, a Cooperativa Agropecuária de Júlio de Castilhos (COTRIJUC) aceitou o negócio, iniciando um período de aceleração da expansão da soja no município.

Nesse período de expansão, os *batateiros* começam a largar ou diminuir o cultivo de batata e entrar de vez na soja. Alguns fatores foram significativos: 1) a oscilação do preço pago pela batata; 2) o custo da produção da batata em função da crescente escassez de mão de obra exigida pela atividade; 3) o Pronaf dando possibilidades de aquisição de implementos agrícolas, insumos e sementes para a soja; 4) a cooperativa possibilitando a compra e armazenamento do grão no município; 5) a crise da pecuária facilitando o arrendamento e compra de terras.

Todo esse processo conjunto fortaleceu cada vez mais a ascensão econômica das famílias

de *colonos* pesquisadas, no entanto, uma estratégia de reprodução foi crucial na manutenção desta ascensão econômica: o investimento em capital cultural dos filhos, valorizando sobretudo, cursos em ciências agrárias (Engenharia Agrônoma, Zootecnia, Técnicos em Agropecuária) em um dos casos Administração de Empresas. Na maior parte dos casos, os filhos homens que permaneceram na atividade prestaram tais cursos, com a exceção de uma filha mulher que está cursando Engenharia Agrônoma. No restante as mulheres cursaram Psicologia, Enfermagem, Contabilidade, Medicina e Pedagogia.

Diante da complexidade das técnicas de manejo e gerenciamento exigidas pela agricultura empresarial, os *batateiros* foram percebendo que a atividade agrícola, cada vez mais tecnológica, poderia limitar suas práticas, pois havia entre eles, um desconhecimento técnico necessário para a lucratividade e, por conseguinte para a manutenção de sua ascensão econômica. Deste modo, das sete famílias entrevistadas, cinco investiram na formação de pelo menos um filho (a) para dar seguimento no gerenciamento das propriedades.

O capital econômico adquirido com a boa produtividade da batata em São Martinho da Serra, além de possibilitar a aquisição de terras, máquinas, também possibilitou investir na titulação dos filhos, seja para ampliar a capacidade produtiva dos estabelecimentos, seja para inserir as filhas mulheres no mercado trabalho com títulos acadêmicos. Neste contexto, o grupo entrevistado passa de *colonos* pobres para produtores médios/grandes, possibilitando assim, certa ascensão social e seus filhos/filhas se tornaram classe média rural ou urbana. Além do mais, a ascensão econômica aumenta o seu poder simbólico, poder que potencializa a ideia de que os *colonos* valorizam as terras, de que são bons de negócios, que são trabalhadores, esses portanto, são considerados traços positivos que valorizam o grupo como um todo, sobretudo diante os *estancieiros* arrendatários e as instituições de crédito rural.

Como citado anteriormente, para setor social historicamente dominante de São Martinho da Serra, os *estancieiros*, as características que compõe o *habitus* dos *gringos* são justamente o inverso do que lhes foi internalizado como *habitus* de classe dominante, ou seja, o distanciamento do trabalho na estância, apego ao puramente econômico como capital simbólico e a proximidade da família com o trabalho na propriedade são valores opostos aos sistemas de disposições de classe dominante desenvolvidos historicamente por este grupo. No entanto, o avanço das relações capitalistas no meio rural ancorada na produtividade e no lucro, gradualmente cooptaram também o espaço social do meio rural e, em síntese, essa racionalidade capitalista tem mais proximidade com o *habitus* dos *gringos* do que com o *habitus* *desinteressado* dos *estancieiros*:

Os custos simbólicos e econômicos serão tanto maiores quanto maior for o tempo de recusa da internalização das novas regras. Além disso, e mais profundamente, é abalado o fundamento da hierarquia, da honra, do reconhecimento social e da reputação baseados no *habitus desinteressado* e se reforçam as relações cujo o sistema de troca se baseia cada vez mais no dinheiro (PICCIN, 2021, p. 278).

Os *gringos* ao chegar em São Martinho da Serra, formavam uma espécie de grupo *outsiders* (ELIAS E SCOTSON, 2000), vistos como estranhos à cultura local, loucos por dinheiro, que sujeitam suas famílias ao trabalho na terra, que não sabem fazer outra coisa além de trabalhar. Hoje esses grupos, diante de todas as conjunturas citadas durante o trabalho, acabaram se tornando agentes relativamente dominantes no município. Isso se deu através da acumulação de capital econômico e da crescente legitimidade diante da sociedade quanto as práticas de gerenciamento e utilização da terra relacionadas ao agronegócio, muito bem cooptadas pelos *gringos*. Mas também, através da apropriação das modernas técnicas agrícolas e de gestão das propriedades apreendidas por seus descendentes através de acumulação de capital cultural.

Por último, no contexto social de São Martinho da Serra quanto a acumulação de capital simbólico, os *gringos* atualmente estão a frente da direção da igreja do município: “A cultura aqui é outra, mas agora tá mudando, porque os *gringos* estão tomando conta até da igreja, já estão na presidência da igreja. Então, vai mudando, mas aqui a cultura é outra (Vinicius, 40). Futuras pesquisas, sobre a apropriação do campo político pelo grupo (vereadores, secretários municipais etc.) em São Martinho da Serra se tornam pertinentes na medida que os *gringos* acumulam cada vez mais capital simbólico através da ascensão econômica. Dito isso, a próxima seção abordará as transformações do grupo com a passagem da gestão das propriedades aos filhos *sojicultores*.

3.4. A METAMORFOSE DOS *COLONOS*: DE AGRICULTORES À EMPRESÁRIOS DO AGRO

O objetivo desta seção é o de compreender as principais transformações ocorridas quanto a passagem do gerenciamento das propriedades dos pais *batateiros* para os filhos *sojicultores* no que diz respeito ao grupo pesquisado. Porém, não só relacionado à produção agrícola, mas também, no tocante ao grupo doméstico, ou melhor dizendo, como as relações familiares também se metamorfoseiam neste processo. Para isso, serão separados novamente entre Grupo 1 (Médios produtores) e Grupo 2 (Grandes produtores), porque há algumas

diferenças centrais na relação, sobretudo aos grupos domésticos.

O que podemos homogeneizar entre os grupos, neste processo transitório entre geração e produção, diz respeito à propriedade, um dos principais pontos de metamorfose entre as gerações citadas na primeira seção (*Batateiros e Sojicultores*) é a relação terra-comunidade. Desde a chegada dos primeiros imigrantes italianos à região central, o sentimento de pertencimento e segurança fizeram parte do encorajamento dos que pretendiam sair da Itália para iniciar uma nova vida no Brasil. Ao receber novos imigrantes, os já estabelecidos organizaram estruturas para acolher e estabelecer os novos. Esse senso comunitário, estruturou o desenvolvimento da região, do desenvolvimento das trocas comerciais, das relações de trabalho comunitário entre vizinhos pertencentes a uma mesma comunidade (VENDRAME E ZANINI, 2014).

No que diz respeito à propriedade da terra, como havia interdependência entre as famílias pela prática de uma agricultura tradicional e, que exigia força de trabalho através da mão de obra direta, às relações coletivas fortaleciam-se e assim, as trocas de serviço entre famílias vizinhas nos mutirões, por exemplo, davam à propriedade da terra outra simbologia que não só a produtivista.

Esta simbologia perde valia quanto aos filhos *sojicultores*, visto que a relação de interdependência entre os *colonos* e suas comunidades não é mais necessária com a apreensão da agricultura moderna, nada mais é produzido na comunidade, a não ser o produto final da lavoura, o grão da soja e, que será exportado para outro país. Nesse sentido, as propriedades perdem o valor simbólico para com a comunidade, pois não há mais trocas a serem feitas, ou mutirões a serem compartilhados entre vizinhos. Agora o senso comunitário perde amplitude, tornando-se algo interno à determinada família que compartilha das mesmas práticas e representações de mundo.

A propriedade mantém agora, vínculos estritamente comerciais, com pouco poder de negociação, o mercado é quem dita as regras ou as leis da produção e do preço. Nesse sentido, contrastando, os *batateiros* ainda conservavam alguma autonomia, que vai se perder quando o produto da lavoura passa a ir para longe da comunidade.

Essa nova atribuição à propriedade também dá ao *colono* outra conotação, passando de um agricultor produtor de alimentos para um empresário rural. O *colono* ficou no discurso de descendência, onde existe uma demonstração de orgulho pelas dificuldades passadas até ascensão econômica. Quando antes os antigos *colonos* tinham no seu discurso a melhoria de sua qualidade de vida, hoje o discurso está vinculado com a hegemonia do Agro “*somos quem alimenta o mundo*” quem “*sustenta o país*”, “Tudo muito bem adequado à ideia também

ideologicamente valorada na campanha de que Agro é indústria-riqueza do Brasil (NEVES, 2018, p.53). Por isso, hoje, de alguma forma estes agentes necessitam legitimar suas práticas. Por exemplo, quando um entrevistado possui mais de dois mil hectares de área própria e, no entanto, ainda possui ambições de aumentar suas áreas, o discurso de melhorar de vida perde valia e é substituído ou cooptado pelo discurso do “o agro é quem sustenta o país”.

Hoje, para esse grupo, a categoria *colono* acaba por se confundir com produtor rural, um sentido mais amplo de significação dada ao agente, de modo que, produtor rural possui um caráter, de certa forma, mais universal em comparação a *colono*. O *colono* passa por uma construção regional, muito conhecida pela diversidade de atividades realizadas dentro da unidade de produção e por suas características produtivas familiares e comunitárias. Já o produtor rural é um termo universalizado dentro da hegemônica construção do agronegócio. Ou seja, o *colono* perde muitas de suas características próprias de construção identitária quando é cooptado pela agricultura empresarial. A cooptação, porém, não se detém à esfera produtiva, mas também, ideológica, como mencionado anteriormente entendem que são quem “sustenta o Brasil”.

Para que o agronegócio possa constituir e legitimar a sua hegemonia, é de fundamental importância cooptar apoio entre os pequenos e médios agricultores. Situada entre os movimentos sociais e a agricultura empresarial, essa *classe média rural*, quando cooptada, pode frustrar o projeto de identificação com a imagística camponesa, já suficientemente frágil, embora nem por isso compartilhe dos benefícios jurídicos, políticos e econômicos assegurados aos setores dominantes do campo (SEVERO, 2024, p. 124).

Mesmo com estas transformações simbólicas de se ver no mundo, a utilização de estratégias vinculadas ao *habitus camponês* segue regendo algumas ações no gerenciamento da propriedade da terra. Todas as famílias entrevistadas mantêm pelo menos dois integrantes da família nuclear em alguma função na propriedade, seja ela administrativa ou de trabalho na lavoura, no grupo 1 (médios produtores) em ambas atividades. Em nenhum caso houve separação completa do trabalho na lavoura, sempre pelo menos um integrante estava presente no trabalho, não ficando apenas no âmbito do “mandar fazer”, mas sendo também mão de obra direta nas atividades agrícolas.

Há, portanto, dois pontos importantes a serem frisados, 1) a mudança discursiva ao legitimar suas práticas, como por exemplo, não limitar o interesse em expandir suas áreas de lavoura, pois “alimentamos o mundo” esse discurso substitui o antigo discurso de seus antecessores em “buscar melhorar de vida”; 2) Utilizar-se de estratégias vinculadas ao *habitus camponês*, onde estas, trazem alguns benefícios ao modelo empresarial hegemônico, como por

exemplo, contar sempre com um familiar no trabalho direto da lavoura, uma relação de confiança importante no gerenciamento das propriedades e, que talvez, seja pouco utilizada por outros grupos sociais. Nesse sentido, não há separação entre o vínculo direto da família com a gestão administrativa da propriedade e as atividades agrícolas propriamente ditas. Portanto, existe uma manutenção de certos aspectos do *habitus camponês* convertido em uma estrutura empresarial de gestão da propriedade agrícola.

O capital simbólico acumulado pelos *gringos* adquire importância nas relações de confiança construídas desde a chegada dos *batateiros* para com os *estancieiros* e, que hoje privilegiam este grupo na aquisição ou arrendamento de novas áreas. Visto que, os *colonos* por serem reconhecidos como um grupo étnico com traços considerados positivos, conforme Zanini (2008), utilizam-se desta distinção para negociar seus arrendamentos e/ou suas compras de terra com os antigos proprietários. Tendo em vista a soja como equivalente total, os antigos proprietários (*estancieiros*) interpretam a figura do *colono*, como sendo condizente com o trabalho na terra, isso cria certa confiança de que às terras serão valorizadas através do trabalho destes agentes ou que eles terão condições de pagar pelas aquisições no caso de compra. “[...] ou seja, a origem étnica pode se tornar elemento de distinção, elemento de agregação de valor dependendo de qual a situação o grupo ocupa nas hierarquias sociais” (ZANINI, 2008, p. 144). Importante ressaltar que a acumulação de capital simbólico entre os Grupo dos *grandes* produtores sobre os *médios* produtores, trouxe certa dominação nas negociações envolvendo arrendamentos e aquisição de novas terras. A confiança que o *grande* produtor passa é maior em relação ao *médio*, tendo em vista a maior acumulação de capital econômico e, por consequência, simbólico, isso se traduz visualmente na estrutura das sedes²⁰ e pelas áreas de cultivo. Como relata um dos *médios* produtores que se vê em situação de dificuldade para ampliar suas áreas:

A área aparece pros grandes, é mais fácil, eles vão direcionando. Então, é claro que, às vezes, o pessoal me conhece, sabe que sou médio já fica um negócio mais difícil. Então, num momento que aparecer, a gente tem a intenção de ficar só ali em São Martinho da Serra (Roberto, 44).

Outro aspecto interessante, diz respeito ao consumo interno das famílias, pois esse se mantém em algum nível por atividades relacionadas ao *habitus camponês*. Essas atividades são praticadas, sobretudo pelos pais *batateiros*, como descreve um dos filhos *sojicultores* sobre o

²⁰ A estrutura das sedes (quantidade de máquinas, silos, caminhos, empregados) dá aos olhos de quem vê de fora um significado de “agricultor forte”. Em relação a isso, a confiança de arrendar as terras para um agricultor forte e um menor faz grande diferença entre o grupo 1 e grupo 2

pai: “tipo, meu pai planta mandioca, planta batata para consumo” (Vinicius, 40). Por exemplo, todas famílias ainda possuem uma horta própria para suas refeições, criam animais domésticos para consumo (galinhas, porcos, gado etc.). Segundo os mesmos, a conservação destas atividades está apoiada em “produzir o que come” e no entretenimento nas horas vagas, tendo em vista as atividades serem consideradas “terapêuticas” para alguns. “A sim, a tradição de *gringo*, manter a horta, plantar a mandioca, o milho, batata pra comer” (Luiz, 63). Essa manutenção de atividades tradicionais possuem um valor simbólico para as famílias, pois, produzir seu próprio alimento se traduz na manutenção do *habitus camponês* em relação ao autoconsumo.

Outro entrevistado pertencente ao grupo dos *grandes* proprietários descreve seu cuidado com a horta com orgulho, dizendo que possuem duas, uma cuidada pela esposa e outra pelo mesmo:

É, tu viu lá? Eu cuido aquela horta ali, e ela (esposa) tem uma horta lá na casa e eu faço minhas plantinhas quando me dá um tempinho eu tô lá lidando sempre. Não é por aquilo ali, é só pra ti não ter gasto com uma coisa que tu sabe que é produzível (Marcos, 55)

Sua esposa, ainda pratica a atividade de fazer queijo para a comercialização. O entrevistado brinca, quanto a produção de queijo da esposa: “A mulher se tirar as galinhas e o queijo dela, as vacas de leite...eu digo pra ela, essas vacas de leite só me dão prejuízo, e ela não quer saber de parar, se tirar aquilo ali dela, Deus o livre. E faz pra vender ainda” (Marcos, 55). Além da horta, a criação de animais domésticos como porco e galinha, por exemplo, bem como a industrialização de produtos cárneos provenientes destas criações, ainda faz parte das estratégias de consumo das famílias: “É, e a gente tem aqui, né? Tipo, o que se fazia lá (colônia), de ter o porco para fazer salame e coisa, a gente tem aqui (São Martinho da Serra) (Vinicius, 40).

Figura 03 – Horta de um dos *grandes* proprietários entrevistados



Fonte: O autor

Figura 04 – Galinheiro de um dos *médios* proprietários entrevistados



Fonte: O autor

Figura 05 – Chiqueiro de um dos *grandes* proprietários entrevistados



Fonte: O autor

O vínculo com a comunidade martinhense é bem restrito, segundo os entrevistados a mão de obra²¹ das propriedades é contratada de fora do município, dando preferência a trabalhadores rurais das regiões de origem dos mesmos.

Na agricultura aqui eles não gostam do trabalho, não adianta. Pra ti ver aqui tem gurizada tu não consegue um pra trabalhar aqui (propriedade). Daqui mesmo, da cidade de São Martinho, eu te digo, de gurizada nova desde quando que eu vim pra cá, se tiver quatro caras que eram novos e pegaram trabalhar com os *gringos* e estão até hoje lidando e ganhando salário de 8, 10 conto (mil reais, por mês), o resto tudo trabalha dois, três dias e vê que vai até tal hora e que trabalha final de semana na época de planta, já pede as contas e vai embora (Marcos, 55).

Essa questão reforça ainda mais a falta de sociabilidade dos *gringos* com a população originária do município. Nos momentos de socialização os mesmos retornam às suas comunidades, onde, normalmente, mantêm uma residência. “A questão da afetividade com a comunidade de onde viemos, a gente mantém. Nós temos uma casa lá em Silveira ainda. Pai e mãe, final de semana, estão indo direto lá (Vinicius, 40). As crenças e a religiosidade citadas na seção 2 são mantidas, pelo menos entre os pais *batateiros*. Além disso, as festividades entre

²¹ Assunto tratado com mais detalhes no primeiro artigo.

comunidades exercem um grande valor simbólico comunitário que de certa forma foi perdido no dia a dia do trabalho na propriedade, reforçada pela individualização que decorre do capitalismo no campo. Conforme Ceretta (2017, p 183):

[...] pois os conteúdos culturais nestas festividades são representações sociais oriundas de uma matriz religiosa Católica Apostólica Romana fortalecida ao longo do tempo nas vivências cotidianas e legitimadas na própria construção social do território. Estes conteúdos das representações sócias aparecem como parte dos valores recíprocos da crença mantida pela fé e devoção ao santo padroeiro, em meio ao envolvimento comunitário, que os mantém em união e coesão social, rememorados e vivenciados simbolicamente nas efervescências festivas. Representativas de uma condição inseparável de vivência do sagrado e do profano, sobretudo.

No entanto, como citado anteriormente, em relação a direção da igreja, aos poucos os espaços estão sendo ocupados entre os *gringos* e a comunidade local, sugerindo uma transformação para além das questões produtivas agropecuárias de São Matinho da Serra, mas também, socioculturais.

Uma diferenciação geracional entre pais *batateiros* e filhos *sojicultores* importante, citada pelo grupo, é que enquanto os pais *batateiros* procuravam terras para poder se manter na agricultura na chegada em São Martinho da Serra, tendo em vista, a escassez de terras e a grande quantidade de irmãos com quem iriam dividir as áreas de colônia; a geração posterior, os filhos *sojicultores*, possuem uma visão, sobretudo empreendedora diante da possibilidade de aumentar as terras, em primeiro lugar está sempre o “teto” de produtividade, ou seja, dentro dos padrões produtivos do momento objetiva-se alcançar o máximo, quando este objetivo for alcançado partem para ampliação do território. “Assim, a gente tem uma mentalidade, que a gente pensa em aumentar a produtividade, porque não adianta você aumentar a área e cair a produção” (Otávio, 53).

A racionalidade, citada anteriormente quanto ao aumento das áreas para o cultivo de soja, vai ao oposto dos dados disponibilizados pela Conab (2023), onde na última década o Brasil aumentou 80,7% a produção em toneladas do grão, no que diz respeito a produtividade da soja o aumento foi de 23,8%, no entanto, a expansão da área chegou a aumentar 40% no mesmo período. Ou seja, um crescimento que está ancorado principalmente na ocupação territorial pela *commoditie* (MAPA, 2023).

Por fim, podemos dizer que o *habitus de colono* foi convertido quando se deu a passagem do gerenciamento das propriedades dos pais *batateiros* para seus filhos *sojicultores*. Podemos associar aos *sojicultores* um *habitus do gringo empresário do agro*, diferente de seus pais, as relações comunitárias, de produção para autoconsumo, de trabalho direto na lavoura,

ou diminuíram a ponto de não serem mais praticadas, no caso do grupo 2 (grandes), ou são conciliadas entre os membros das famílias no grupo 1 (médios). No grupo 2, a manutenção do *habitus camponês*, pelo que parece, ainda é mantida em certo nível, graças à permanência do pai *batateiro* nas funções de gerenciamento prático das lavouras junto aos empregados e da mãe com as atribuições de trabalho e consumo doméstico. Quanto ao grupo 1, o *habitus camponês* se mantém, em certa medida mais fortalecido, onde os mesmos não fazem uma espécie de divisão social do trabalho internamente, todos participam do gerenciamento e das atividades práticas pertinentes à lavoura, porém, ao que parece por necessidade e não por escolha.

Em síntese, o que permanece ainda, entre o *habitus do gringo empresário do agro* em relação ao *habitus camponês* seria a não separação total entre o vínculo direto da família com a gestão administrativa da propriedade e as atividades agrícolas propriamente ditas. Bem como, “o sempre querer mais” descrito nas entrevistas como forma de se diferenciar dos grupos sociais martinenses. Ao que parece, a tendência é atenuar-se o distanciamento dos *habitus de colono* com o afastamento dos pais *batateiros* das atividades da propriedade e o *gringo* tornar-se apenas um agente que perpetua as práticas empresarias e ideológicas do agronegócio. Sendo esse *gringo* um personagem economicamente importante na conjuntura atual do município de São Martinho da Serra.

3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São Martinho da Serra/RS município formado por campos e por pequenas áreas de mata, forma uma região de transição entre biomas, de solo fértil e microclima diferenciado, como sugere um dos entrevistados deste trabalho, o município teve por séculos sua cultura e economia ancoradas na pecuária extensiva bovina e ovina.

Os grupos sociais que formaram, ao longo de séculos, o território agropecuário do município são, em sua maioria, *pecuaristas familiares* e *estancieiros*. A conjuntura política e econômica do Brasil e do Rio Grande do Sul, amparou, de certa forma, esta estrutura agrária até meados de 1990.

Nesse período a modernização agrícola e a crise estabelecida na pecuária, abriram as portas para a entrada de outro grupo social, os descendentes de imigrantes italianos camponeses estabelecidos na antiga colônia de Silveira Martins, hoje denominada IV colônia de Imigração. Esse grupo autodenominado *colonos* ou *gringos*, pertenciam as regiões da colônia onde o cultivo de batata era o carro chefe das famílias camponesas, no entanto, a limitação das pequenas áreas de suas propriedades, potencializada pela popular “murcha da batata” praticamente obrigou os

mesmos a buscar novas áreas para dar continuidade a atividade, e assim, expandir a produção. A possibilidade de minimamente mecanizar a atividade, bem como melhorar a produtividade através de insumos químicos difundidos pela modernização agrícola, originou um processo de migração da atividade para outras regiões, sobretudo regiões de pecuária, onde uma delas foi o município de São Martinho da Serra.

A partir desta migração, os *colonos* foram cada vez mais expandindo suas áreas e acumulando assim, capital econômico para adquirir algumas propriedades. A situação tende a melhorar para o grupo quando o Pronaf é criado, assim o grupo utiliza-se da política para mecanizar suas lavouras e custear seus investimentos. Além disso, a soja entrava em processo crescente de valorização, iniciando aos poucos uma transição da batata para a soja. Essa transição entre culturas foi acompanhada pela transição do gerenciamento do grupo doméstico das famílias *colonas* que migraram. O capital econômico adquirido foi essencial para a utilização de estratégias de reprodução social, como o investimento dos filhos em capital cultural, mantendo o sistema patriarcal camponês, pois, enquanto as filhas mulheres partiam para cursos, em geral urbanos, distanciando-se da atividade agrícola, os filhos homens investem em cursos de ciências agrárias, na expectativa de retorno as propriedades da família.

Nessa trajetória, os grupos entrevistados tornaram-se médios e grandes produtores de soja no município. Passando de *colonos* pobres para empresários do agronegócio sojicultor, a transição geracional entre os pais *batateiros* e os filhos *sojicultores*, transformou também, o sistema de disposições adquiridos através do *habitus de colono*, onde ainda restam algumas práticas, no entanto, muito mais utilizadas pelos pais *batateiros*. Ao que se percebe é que o distanciamento entre o *habitus de colono* tende a converter-se em um *habitus do gringo empresário do agro*, um gestor quase que totalmente cooptado pela cultura/ideologia do agronegócio. As poucas relações que restaram com o passado camponês sobrevivem na permanência da família com vínculo direto na gestão administrativa da propriedade e as atividades agrícolas propriamente ditas. Bem como, algumas atividades de autoconsumo praticadas pelos pais *batateiros* e suas esposas.

No que tange a sociabilidade dos *gringos* para com a população originária de São Martinho da Serra, existe um grande afastamento cultural que parece estar diminuindo com a acumulação de capital simbólico entre os *gringos*, como por exemplo o investimento do grupo na direção da igreja local. Através da ascensão econômica deste grupo, a tendência é que o capital simbólico forneça cada vez mais poder, tendo em vista que com o avanço das relações capitalistas no rural, o campo econômico tem regido as regras do espaço social. Podemos perceber essas questões quando comparamos a perda de legitimidade de dominação dos

estancieiros no município, justamente por existir um descompasso entre as regras hegemônicas do campo econômico e seu *habitus desinteressado*. O oposto acontece com os *gringos sojicultores*, que estão extremamente inseridos nas regras hegemônicas do campo econômico que guiam os rumos do agronegócio brasileiro.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar**. 1. ed. Piracicaba-SP: RESR, 2018.

BERIAN, Luís Otávio Saggaiou; ALMEIDA, Irene Maria Gatti. Doenças bacterianas da batata. *In: Cultura da batata: pragas e doenças*. Instituto Biológico. 1ª ed. São Paulo, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria prática**. In ORTIZ, R. (Org.) Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Atica, 1983.

BORDIEU, P. **A distinção crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Estratégias de reprodução e modos de dominação**. DOSSIÊ: Estratégias de reprodução de "Elites". Repocs, v.17, n.33, jan/jun. 2020.

BRUM, Argemiro Luis. **Modernização da Agricultura: Trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CARNEIRO, Maria José. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. Revista Estudos Feministas, v. 9, p. 22-55, 2001.

CHELOTTI, M. C. A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990- 1997). 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2009.

CERETTA, Caroline Ciliane et al. **As representações sociais nas festas de Padroeiros da Quarta Colônia/RS**. 2017. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria. DURKHEIM, E. As Formas Elementares da Vida Religiosa: O Sistema totêmico na Austrália. Introdução e Conclusão. Moura, C. A. R. [trad.], 1996.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

FELIN, Saulo et al. **A valorização da comunidade de Três Mártires na Quarta Colônia de Imigração Italiana através das ondas da rádio**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

FERNÁNDEZ, A. J. C. **Do Cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso**. 2007. 262f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GARCIA JR, Afrânio Raúl; DE HEREDIA, Beatriz Alasia. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. **Diversidades de campesinatos: expressões e categorias**, v. 2, p. 213-243, 2009.

Google Earth. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth>. Acesso em: 06/02/2024

GUIMARÃES, Alberto Passos. **O complexo agroindustrial**. Revista Reforma agrária, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Censo Agropecuário 2017.

MapBiomias. **Brasil Revelado 1985-2020**: As transformações na Mata Atlântica nos últimos 36 anos. disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LWm63jNbib0>. Acesso 21/08/2023.

MapBiomias. **RELATÓRIO ANUAL DO DESMATAMENTO NO BRASIL:**

Desmatamento no Brasil cresceu 22,3% em 2022. Disponível em:

<https://mapbiomas.org/desmatamento-nos-biomas-do-brasil-cresceu-223-em-2022>. Acesso em: 20/08/2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Projeções do Agronegócio: Brasil – 2022/2023 a 2032/2033**. Brasília, 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Safra 2023/2024**.

MIRANDA, Roberto de Sousa. **Ecologia política da soja e processos de territorialização no sul do Maranhão**. (2011). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

ORTIZ, Renato. A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Editora Ática, 1983.

PICCIN, Marcos Botton. **Senhores de Terra, Senhores de Guerra**: Sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019). Curitiba, CRV, 2021

PEDRAZZI, Rubens; COSTA, Fermino. **São Martinho da Serra**: Terra e gente. Santa Maria, 1999.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação**. Editora Appris, 2022.

NEVES, Delma Pessanha. **"Agro é tech, agro é pop, agro é tudo" !!!??? "está na Globo."** Agricultura familiar é vida e solidariedade. In: Alfabetização política, relações de poder e cidadania: perspectivas interdisciplinares. In: SILVA, G.; PUGA, L.; RIOS, O. (Orgs.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

NOGUEIRA; MARTINS NOGUEIRA, **Bourdieu e a Educação**, Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RIBEIRO, Claudio Marques. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009

SANTOS, Miriam de Oliveira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina;. **O trabalho como “categoria étnica”**: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975). Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 17, n. 33, 2009a.

SANTOS, Miriam de Oliveira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Especificidades da Identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil**: breve análise das regiões de Caxias do Sul e Santa Maria. **Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 27, 2009.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP. Porto Alegre, 2002.

SEVERO, Marconi. **A CLASSE MÉDIA RURAL BRASILEIRA E O AGRONEGÓCIO: COOPTAÇÃO E HEGEMONIA**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 123-166, 2024.

SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1996.

VENDRAME, Maíra Ines; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Imigrantes italianos no Brasil meridional**: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais. Estudos Ibero-Americanos, v. 40, n. 1, p. 128-149, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Estudos sociedade e agricultura, 2003.

WILKINSON, John. **O MUNDO DOS ALIMENTOS EM TRANSFORMAÇÃO**: Mesmos pratos. Novos ingredientes, processos e atores. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Pertencimento Étnico e Territorialidade**: Italianos na Região Central do Rio Grande do Sul (Brasil). Redes, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 140-163, Set/Dez. 2008.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira. **Colonos italianos no Sul do Brasil**: reflexões partindo da obra de Bourdieu. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 30, n. 2, p. e2230210-e2230210, 2022.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Editora Unijuí, 2002.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

O processo de reestruturação produtiva após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo nos governos militares (1964-1985), teve como projeto o desenvolvimento do complexo agroindustrial, para isso, a modernização da agricultura foi um dos pontos chave deste processo. O projeto tinha na Revolução Verde o programa a ser seguido, ou seja, passar de uma agricultura tradicional para uma agricultura integrada à indústria, através da utilização de insumos agrícolas, mecanização das lavouras e produção de *commodities* visando o mercado internacional.

O processo de modernização deu seus primeiros passos no Rio Grande do Sul e teve seu “projeto piloto” nas lavouras de trigo da região do Planalto gaúcho. O trigo, neste período, foi a primeira cultura a receber investimento do Estado visando as novas técnicas difundidas pela Revolução Verde. Num primeiro momento foram apreendidas pelos chamados *granjeiros* e posteriormente se espalhando para outras categorias sociais como por exemplo, pequenos agricultores descendentes de imigrantes europeus alemães e italianos que colonizaram as áreas de mata no estado do Rio Grande do Sul.

A soja, neste processo, num primeiro momento entra como lavoura secundária ao trigo, no entanto, por ser uma cultura de clima tropical logo é levada para outras regiões como o Centro-Oeste brasileiro e por conseguinte, para regiões do Pampa gaúcho, num processo de migração de agricultores para essas regiões. A soja toma a frente como principal cultura no processo de modernização a partir da década de 1970. A partir desta década a cultura origina um processo de ocupação de territórios até então não antropizados ou com atividades que não convertem a vegetação natural em lavouras, como é o caso da pecuária extensiva praticada ao longo de séculos no Pampa do Rio Grande do Sul.

A região de Pampa do estado teve sua ocupação baseada na distribuição das sesmarias à militares luso-brasileiros formando, por conseguinte, grandes estâncias ancoradas na pecuária extensiva. Deste processo surgem outros grupos sociais como *pecuárias familiares*, detentores de áreas menores nesta região, porém também desenvolvidos na atividade pecuária. Até meados de 1990 a pecuária ainda era a principal atividade desta região, no entanto, uma crise instaurada neste período, baixando os preços do Kg do boi vivo e da lã ovina, origina o aumento do arrendamento das áreas de campo nativo para agricultores como estratégia de reprodução dos pecuaristas. Neste momento outros grupos sociais, como é o caso dos chamados *gringos*, descendentes de imigrantes italianos, começam a adentrar em maior proporção nos campos de Pampa com atividades agrícolas oriundas da modernização agrícola, caso do arroz, trigo, mas

também da soja.

O caso de São Martinho da Serra se assemelha a este processo, a região tem proximidade com áreas de colonização italiana estabelecidas na região central do Rio Grande do Sul. Especificamente, o município de Silveira Martins e o Distrito de Três Mártires (Júlio de Castilhos), localidades ancoradas no cultivo de batata inglesa praticada por famílias camponesas de descendência italiana. Sendo assim, na década de 1980, alguns *batateiros* encontram *estancieiros* de São Martinho da Serra dispostos a arrendar suas áreas de campo em troca da pastagem de inverno já estabelecida. A qualidade das pastagens, visto a alta utilização de adubos químicos no cultivo da batata agradou os pecuaristas, por consequência disso, houve um aumento das áreas arrendadas, e os *gringos* perceberam uma oportunidade de acumular capital econômico neste processo.

Aos poucos os *gringos* foram adquirindo áreas de campo, lançando mão de estratégias, como por exemplo a venda de suas pequenas áreas na colônia, onde o valor era praticamente três vezes maior aos cobrados pelos pecuaristas de São Martinho da Serra. A grande oferta de áreas, junto a crise pecuária, possibilitou a entrada de mais famílias de *batateiros* no município. Com o passar de décadas percebendo a ótima qualidade do solo da região os *gringos* praticavam outras atividades agrícolas, como plantações de feijão, milho, mandioca e soja em pequenas quantidades, pois a batata manteve-se como atividade principal deste grupo até meados dos anos 2000.

A partir da metade de 1990, a soja começa a ganhar mais atenção dos *gringos*, seu valor de mercado estava em crescente aumento, visto a demanda chinesa pelo grão. O Pronaf criado em 1996 autoriza os *gringos batateiros* a financiar as lavouras e melhorar sua frota de implementos agrícolas. Assim, entre 1995 e 2005 houve uma transição entre a atividade da batata para a soja. Aumentando com isso, a aquisição e arrendamento de terras pelo grupo, tendo em vista a exigência de escala produtiva por área em comparação a batata.

Adentrando o século XXI, os *gringos*, já com certo capital econômico acumulado através do sucesso da batata nestas regiões, investem na formação de seus filhos homens visando cursos de ciências agrárias para que os mesmos voltassem para as propriedades e assumissem o gerenciamento da atividade de sojícola. A soja tornou-se a principal cultura agrícola no Brasil, no entanto, cada vez mais tecnológica, os pais *batateiros* passaram a gestão para seus filhos, agora com formações que os capacitam para tal cargo dentro do grupo doméstico. A partir desta transição entre pais *batateiros* e filhos *sojicultores* que se inicia as principais transformações no município, e que hoje possui cerca de 80% de seu território agropecuário utilizado pela atividade de lavoura ancorada na soja. Portanto, estes são os principais fatores

que respondem o primeiro objetivo deste trabalho: compreender a reestruturação produtiva em curso no país que levou a decadência da pecuária no Pampa gaúcho e possibilitou a entrada de novos agentes em suas áreas (como as famílias do grupo pesquisado).

Para compreendermos como foi este processo de transição entre atividades (batata/soja) e por consequência disso, a transformação do grupo de pequenos agricultores camponeses para grandes e médios proprietários de terra em São Martinho da Serra, foi necessário reconstruir a trajetória das famílias para que assim, possamos analisar como uma estrutura de capital econômico tende a impor um modo de reprodução particular. Nesse sentido, analisar os possíveis fatores internos ao grupo familiar que os diferenciavam dos antigos proprietários pecuaristas, para que fosse possível a ocupação do território agropecuário de São Martinho da Serra e, por conseguinte, a ascensão econômica do grupo de *colonos/gringos* pesquisado.

A descendência destes *gringos*, vem da ocupação da região Central do estado do Rio Grande do Sul pela formação da hoje denominada Quarta Colônia de Imigração. Dito isso, a ocupação foi formada, sobretudo por camponeses pobres e católicos vindos da Itália e Alemanha. O grupo pesquisado é composto por descendentes de imigrantes italianos, nesse sentido, a racionalidade camponesa está presente na trajetória das famílias pesquisadas. As lógicas do grupo doméstico camponês ancoradas na tríade *trabalho, religiosidade e família* estão na base da formação do *habitus de colono* destes agentes. Essa base orientou as práticas objetivas das famílias na busca por melhoria de vida através da acumulação de capital econômico.

Posto isso, a relação com o trabalho agrícola esteve sempre presente na trajetória familiar que se pesquisou, o cultivo de batata na região de colônia foi o carro chefe das famílias. No entanto, estabelecidos em pequenos lotes de terra, gradualmente fragmentados pela divisão das heranças entre o grande número de irmãos, característicos das famílias italianas, os então *batateiros* encontravam dificuldade para manter-se na atividade. Além disso, uma doença popularmente conhecida como “murcha da batata”, acometia as plantações e obrigava os agricultores a deixar a área por pelo menos três anos sem praticar a atividade. A partir destas dificuldades, os *batateiros* iniciaram a migração para outras regiões com disponibilidade de terra, sobretudo áreas até então não utilizadas pela agricultura. Nesse período, por efeito, algumas famílias encontram em São Martinho da Serra um lugar apto à atividade da batata. Como dito anteriormente, a alta oferta de terra e seu baixo valor, em comparação as áreas de colônia, potencializaram tal migração.

Diferente dos *estancieiros e pecuaristas familiares* de São Matinho da Serra, os *gringos*, utilizam as áreas, essencialmente, para a atividade agrícola, portanto, a conversão da formação

campestre natural em lavouras. A conversão dos campos em lavoura para o cultivo de batata não tem grande expressão perante o território do município, é somente quando a soja entra como cultura principal neste processo que a expansão territorial das lavouras é originada.

As transformações no meio social, em vista da hegemonia da racionalidade capitalista, potencializada pelo processo de modernização agrícola, trouxe aos *estancieiros*, proprietários de grandes áreas de terra, certo descompasso em relação a gestão das propriedades, ou seja, as transformações no campo econômico não condizem mais com o *habitus desinteressado* dos *estancieiros*, logo, o arrendamento para lavouras torna-se uma prática cada vez mais utilizada por este grupo. Contrastando, o *habitus camponês* dos *gringos* vislumbrava na expansão de suas áreas a possibilidade de tornar-se agentes econômicos importantes no espaço social. E assim o fizeram, atualmente os pequenos *camponeses batateiros*, estão entre os maiores proprietários de terra de São Martinho da Serra.

Houve neste processo, portanto, uma transformação importante na base familiar dos *gringos*. Os filhos homens, formados em cursos como engenharia agrônoma, zootecnia, técnico em agropecuária e até mesmo em administração, retornam às propriedades e tornam-se os gerenciadores do grupo doméstico, onde agora, a figura do pai *batateiro* se restringe a atividades relacionadas às práticas agrícolas propriamente ditas. Aos filhos *sojicultores*, o papel de gerenciamento das propriedades forma o que podemos chamar de *habitus do gringo empresário do agro*, um agente extremamente inserido na lógica empresarial do agronegócio exportador de soja. Diante das famílias pesquisadas, separou-se dois grupos principais os *médios* e *grandes* proprietários de soja, algumas diferenças foram percebidas entre os grupos, como por exemplo, na divisão do trabalho entre os *médios*, os pais *batateiros* não fazem mais parte das atividades e, portanto, os filhos *sojicultores* além de trabalharem diretamente nas atividades agrícolas da lavoura, também ficam a cargo das tarefas administrativas. Já aos *grandes* proprietários, as tarefas de gestão das práticas agrícolas de lavoura ficam a cargo dos pais *batateiros*, muito por sua experiência adquirida com a vida dedicada à prática agrícola. Aos filhos *sojicultores*, neste caso, ficam de responsabilidade, às tarefas relacionadas a administração pura, como contabilidade, direitos trabalhistas dos empregados, atualização de tecnologias agrícolas, atendimento a fornecedores, organização das Áreas de Reserva Legal, entre outras.

Portanto, houve uma conversão entre o *habitus* de *colono* para o *habitus* de *gringo empresário do agro*. Ao que parece, o que ainda resta nestas famílias, em especial ao grupo dos *grandes* produtores, quanto às disposições adquiridas pelo *habitus* de *colono*, estão reproduzidas, sobretudo na gestão familiar da propriedade rural e na ambição em se tornar um

agente com acumulação de capital simbólico através da ascensão econômica baseada nas práticas agrícolas. Quanto aos *médios* produtores podemos adicionar a ambição de tornar-se *grandes*. A tendência é que com o passar das gerações, o *habitus camponês* ainda reproduzido em atividades agrícolas para autoconsumo ou de trabalho direto na lavoura tende a diluir-se e se restringir à práticas de gestão burocráticas familiares.

As transformações socioculturais e ambientais em São Martinho da Serra, passam desde a mão de obra ocupada até a tendência de total conversão de áreas de formação campestre nativa em lavouras de soja. Os *gringos* tendem a contratar mão de obra externa de trabalhadores rurais das áreas de colônia de onde vieram, alegando “falta de vontade” ou de qualificação da população de São Martinho da Serra. Esse foi o principal ponto tocado pelos entrevistados quanto à mão de obra. No que diz respeito a questão ambiental, o olhar dos *gringos* para com a formação campestre nativa é de desprezo, no sentido de atribuir significado de terra improdutiva aos campos do bioma Pampa. Por último e não menos importante, a entrada do grupo na direção da igreja municipal de São Martinho da Serra passa pela valorização simbólica na tentativa de ocupar setores importantes que não se restringem mais ao território agropecuário, mas também, a questões socioculturais martinenses.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALVES, Clovis Tadeu; TEDESCO, João Carlos. **A revolução verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul–1960/1970**. Revista Teoria e Evidência Econômica, v. 21, n. 45, 2015.

AQUINO, J. R. e SCHNEIDER, S. O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C. e SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 53-81.

AQUINO, Joacir Rufino; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar**. 1. ed. Piracicaba-SP: RESR, 2018.

BERIAN, Luís Otávio Saggaião; ALMEIDA, Irene Maria Gatti. Doenças bacterianas da batata. In: *Cultura da batata: pragas e doenças*. Instituto Biológico. 1ª ed. São Paulo, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria prática**. In ORTIZ, R. (Org.) Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Atica, 1983.

BORDIEU, P. **A distinção crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Estratégias de reprodução e modos de dominação**. DOSSIÊ: Estratégias de reprodução de "Elites". Repocs, v.17, n.33, jan/jun. 2020.

BRUM, Argemiro Luis. **Modernização da Agricultura: Trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CARNEIRO, Maria José. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. Revista Estudos Feministas, v. 9, p. 22-55, 2001.

CERETTA, Caroline Ciliane et al. **As representações sociais nas festas de Padroeiros da Quarta Colonia/RS**. 2017. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria.

CHELOTTI, M. C. A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990- 1997). 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2009.

Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma: **Cotação de grãos**. Disponível em: <https://www.camnpal.com.br/cotacao-de-graos.html>. Acesso: 01/02/2024.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

DURKHEIM, E. As Formas Elementares da Vida Religiosa: O Sistema totêmico na Austrália. Introdução e Conclusão. Moura, C. A. R. [trad.], 1996.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

FELIN, Saulo et al. **A valorização da comunidade de Três Mártires na Quarta Colônia de Imigração Italiana através das ondas da rádio**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

FERNÁNDEZ, A. J. C. **Do Cerrado à Amazônia**: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso. 2007. 262f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FIGUEIREDO, Maria Carolina dos Santos et al. **Florística de mata ciliar em São Martinho da Serra, RS, Brasil**. 2014.

GARCIA JR, Afrânio Raúl; DE HEREDIA, Beatriz Alasia. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. **Diversidades de campesinatos: expressões e categorias**, v. 2, p. 213-243, 2009.

Google Earth. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth>. Acesso em: 06/02/2024

GUIMARÃES, Alberto Passos. **O complexo agroindustrial**. Revista Reforma agrária, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**.

GAZZONI, Décio Luiz; DALL'AGNOL, Amélio. **Paralelo entre a soja no mundo e no Brasil**. 2018.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1996.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **O complexo agroindustrial**. Revista Reforma agrária, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

GUIMARÃES, Gisele Martins; GEHLEN, Ivaldo. Identidades e Patrimônio Cultural em Sistemas de Produção de Alimentos Coloniais no Rural Contemporâneo da Quarta Colônia - RS. *In*: Guimarães, Gisele Martins. et al. **O Rural contemporâneo em debate**: temas emergentes e novas institucionalidades. Ijuí, RS: Unijuí, 2015. p 253-278.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **O estudo de trajetórias de vida nas ciências sociais**: Trabalhando com as diferenças de escalas. Campos, UFPR, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**.

MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **Entre guardas e casarões: um pouco da história do interior do RS-uma perspectiva arqueológica**. 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MapBiomias. **Brasil Revelado 1985-2020**: As transformações na Mata Atlântica nos últimos 36 anos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LWm63jNbib0>
Acesso 21/08/2023.

MapBiomias. **RELATÓRIO ANUAL DO DESMATAMENTO NO BRASIL:** Desmatamento no Brasil cresceu 22,3% em 2022. Disponível em: <https://mapbiomas.org/desmatamento-nos-biomas-do-brasil-cresceu-223-em-2022>. Acesso em: 20/08/2023.

MINAYO, Maria Cecília (Org.) et. al. **Pesquisa social:** teoria método e criatividade. Petrópolis, VOZES, 21 ed. 2002.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Projeções do Agronegócio: Brasil – 2022/2023 a 2032/2033.** Brasília, 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Safra 2023/2024.**

MIRANDA, Roberto de Sousa. **Ecologia política da soja e processos de territorialização no sul do Maranhão.** (2011). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

NEUMANN, Pedro Selvino. **O Impacto da Fragmentação e do Formato das Terras nos Sistemas Familiares de Produção.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - UFSC, Florianópolis, SC, 2003.

NEVES, Delma Pessanha. **"Agro é tech, agro é pop, agro é tudo" !!!??? "está na Globo."** Agricultura familiar é vida e solidariedade. In: Alfabetização política, relações de poder e cidadania: perspectivas interdisciplinares. In; SILVA, G.; PUGA, L.; RIOS, O. (Orgs.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. **As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 16, n. 2, p. 97-134, 1999.

ORTIZ, Renato. A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Editora Ática, 1983.

PEDRAZZI, Rubens; COSTA, Fermino. **São Martinho da Serra: Terra e gente.** Santa Maria, 1999.

PICCIN, Marcos Botton. **Senhores de Terra, Senhores de Guerra:** Sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019). Curitiba, CRV, 2021.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação**. Editora Appris, 2023.

POUPART, Jean et. al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. VOZES, Petrópolis, 2008.

RIBEIRO, Claudio Marques. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009

SANTOS, Miriam de Oliveira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina;. **O trabalho como “categoria étnica”**: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975). Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 17, n. 33, 2009a.

SANTOS, Miriam de Oliveira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Especificidades da Identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil**: breve análise das regiões de Caxias do Sul e Santa Maria. **Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 27, 2009.

SANTOS, Robério Ferreira. **O Crédito rural na modernização da agricultura brasileira**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, v.26, n.4, out./dez. 1988. p.393-404.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP. Porto Alegre, 2002.

SCCOTI, Anderson Augusto Volpato; DOTTO, Antonio Von Ende; DE SOUZA ROBAINA, Luís Eduardo. **Análise geomorfológica com apoio de técnicas digitais**: município de São Martinho da Serra–RS. Boletim de Geografia, v. 40, p. 68-e61650, 2022.

SEVERO, Marconi. **A CLASSE MÉDIA RURAL BRASILEIRA E O AGRONEGÓCIO: COOPTAÇÃO E HEGEMONIA**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 123-166, 2024.

SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1996.

SILVA NETO, Benedito; FRANTZ, Telmo Rudi. **Dinâmica da agricultura e desenvolvimento no Rio Grande do Sul**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol. 41 N° 3. Jul/Set, 2003.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da Agricultura no Brasil**: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006 2ª ed.

VENDRAME, Maíra Ines; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Imigrantes italianos no Brasil meridional**: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais. Estudos Ibero-Americanos, v. 40, n. 1, p. 128-149, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Estudos sociedade e agricultura, 2003.

WILKINSON, John. **O MUNDO DOS ALIMENTOS EM TRANSFORMAÇÃO**: Mesmos pratos. Novos ingredientes, processos e atores. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Pertencimento Étnico e Territorialidade**: Italianos na Região Central do Rio Grande do Sul (Brasil). Redes, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 140-163, Set/Dez. 2008.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira. **Colonos italianos no Sul do Brasil**: reflexões partindo da obra de Bourdieu. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 30, n. 2, p. e2230210-e2230210, 2022.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: o Rio Grande do Sul Agrário do século XXI. Ijuí: Unijuí, 2002.